



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH**

DAIZYENNE SANTOS DA SILVA

**MEMÓRIAS, SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS: O TRABALHO SEXUAL
FEMININO NA CIDADE DE MANAUS NAS DÉCADAS DE 70 E 80 DO SÉCULO XX**

MANAUS

2017

DAIZYENNE SANTOS DA SILVA

MEMÓRIAS, SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS: O TRABALHO SEXUAL FEMININO NA CIDADE DE MANAUS NAS DÉCADAS DE 70 E 80 DO SÉCULO XX

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro

**MANAUS
2017**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586m Silva, Daizyenne Santos da
Memórias, sociabilidades e resistências : o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 90 do século XX / Daizyenne Santos da Silva. 2017
129 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Gênero. 2. Trabalho Sexual. 3. Corpo. 4. Sexualidade. I. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DAIZYENNE SANTOS DA SILVA

MEMÓRIAS, SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS: O TRABALHO SEXUAL FEMININO NA CIDADE DE MANAUS NAS DÉCADAS DE 70 E 80 DO SÉCULO XX

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Data de Aprovação: 25 / 08 / 2017

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Presidente – UFAM

Prof. Dra. Eglê Betânia Portela Wanzeler
Membro Externo – UEA

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazo
Membro Interno – UFAM

*A meus pais e irmãos,
Meus parceiros de todas as horas
Minha gratidão eterna!
Às trabalhadoras sexuais, especialmente as que conheci,
Externo a minha admiração, pois me fizeram
Perceber o quanto força, resistências e
Amor fazem parte da verdadeira beleza da vida*

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos os que contribuíram de forma direta e indireta para que eu chegasse ao fim dessa jornada, apoiando-me por meio de conforto nos momentos difíceis e na troca de informações e ideias que me fizeram refletir em muitos aspectos em torno do estudo.

Às trabalhadoras sexuais que conheci, minha eterna gratidão, por deixarem aproximarme de seus universos, proporcionando-me grande aprendizado, pois são mulheres que têm um poder grande, onde se expressa na força para ver a vida e na resistência para enfrentar questões que ferem a violação dos direitos, sobretudo àqueles exercidos contra a mulher. Foi um privilégio estar com elas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que tornou possível a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), os meus agradecimentos, especialmente aos pertencentes à Linha 2 de pesquisa, com os quais tive maior proximidade.

Quero externar meu agradecimento ao Professor Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazo que ministrou *Memória e Militância no Brasil (século XX) a contribuição das fontes orais para a pesquisa em História*, pois foi uma disciplina fundamental e estratégica para que eu pudesse amadurecer a melhor maneira de como trabalhar com as minhas colaboradoras. Foi uma disciplina que possibilitou *insights* e que trouxe como referência obras que tiveram um impacto positivo, enquanto pesquisadora, dando-me bases para desenvolver o estudo.

As obras são: *Prostituição à brasileira* e o *Manual de História oral*, ambas de João Carlos Sebe, que me permitiram o conhecimento de formas de abordagem da história oral e suas infinitas possibilidades de apreender sobre as experiências e a memória em uma perspectiva coletiva e individual.

Ao Professor Dr. César Augusto Bubolz Queirós, que ministrou a disciplina: *História, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia* a partir da referência em Bourdieu, meus agradecimentos também, uma vez que, foi possível o diálogo com obras como a *Dominação Masculina*, que me permitiu refletir sobre como os pressupostos de percepção masculinos são dominantes e como estão presentes, capaz de refletir nos espaços físicos, onde ocorrem o comércio sexual, uma vez que sempre estão organizados de acordo com os interesses masculinos. Minha gratidão ao Professor Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, meu

reconhecimento pela troca de ideias em torno da pesquisa que aconteceu em seminários realizados pelo Programa de Pós-Graduação da qual fui discente, pois pude repensar diferentes perspectivas de como abordar o trabalho sexual. As contribuições dos três foram importantes durante o processo de desenvolvimento do estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP, grata pela receptividade e ensinamentos que foram viabilizados em função da missão de estudos promovido pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, no primeiro semestre de 2016.

Nesse ínterim, tive a oportunidade de cursar três disciplinas: *História e Cultura*, ministrada pela Prof.^a. Dra. Maria Izilda Santos de Matos; *Cultura e Representação*, ministrada pela Prof.^a. Dra. Estefânia Knotz C. Fraga; e por fim *Seminário Temático e Atividade de Pesquisa: Narrativas sobre os sentimentos: corpo, memória e poder*, ministrada pela Prof.^a. Dra. Denise Bernuzzi de Sant'Anna.

História e Cultura, ministrada pela Prof.^a. Dra. Maria Izilda Santos de Matos, proporcionou-me indicações de leituras, a percepção quase que psicanalítica do porquê da minha motivação pelo tema, o cuidado com as fontes, a atenção pela sistematização delas, além de apreender os tempos que envolvem a minha pesquisa: tempo do trabalho, da noite, do dia, da geração das mulheres que abordo, tempo da história presente, do passado dentre outros tempos que se relacionam e transcendem datas, além da abordagem da cenografia que envolve Topos [espaço] e o Cronos [tempo] dos sujeitos na pesquisa e tudo que circunda a dinâmica desse espaço em que atuam minhas colaboradoras.

Cultura e Representação, mediada pela Prof.^a. Dra. Estefânia Knotz C. Fraga, pude compreender que a cultura pode ser examinada na relação entre práticas e representações, correspondendo aos modos de fazer e perceber. Assim, pude refletir que as representações construídas acerca da mulher geram práticas e estas conseqüentemente motivam representações que propiciam um conjunto de mapas mentais de gestos e atitudes em que não é possível distinguir onde estão os começos [se em determinadas práticas ou se em determinadas representações.].

Por último, a disciplina *Seminário Temático e Atividade de Pesquisa: Narrativas sobre os sentimentos: corpo, memória e poder*, ministrada pela Professora Dra. Denise Bernuzzi de Sant'Anna, onde tive a oportunidade de despertar *insights* através de reflexões e discussões no campo do corpo que ampliaram horizontes e que transcenderam o aspecto acadêmico. A articulação da história do corpo, história do sujeito, memória e emoções em

uma dimensão que investiga a historicidade das representações do corpo e das sensibilidades na época contemporânea, me fez intuir como me vejo e como entendo meu corpo.

Aos colegas de turma de mestrado em Manaus, sou grata pelo convívio, conversas e intercâmbio de ideias em torno das nossas pesquisas.

Aos colegas de turma de mestrado em São Paulo no período que fiquei distante do meu estado, os meus sinceros agradecimentos pela receptividade, convívio e troca de experiências acadêmicas e pessoais.

A minha Orientadora Professora Dra. Maria Luíza Ugarte Pinheiro que pacientemente fez as suas críticas no sentido de melhor direcionar a pesquisa, agradeço as sugestões dadas ao longo de todo o processo, sem ser responsável pelos problemas que o estudo possa apresentar.

Aos colegas de graduação em história da turma de 2012 da Universidade Federal do Amazonas, que foram muito importantes. Não esqueço o incentivo dado desde o início do Processo Seletivo de Mestrado! Calinca Avelino, Aryane Rabelo, Thaina Abensur e Leonardo Bentes, grata pela parceria. Ao Leonardo agradeço por ter compartilhado alguns jornais comigo.

A meus pais Gilberto Gama da Silva e Maria José Santos da Silva que foram essenciais em tudo, sempre embarcando nas minhas aventuras, gratidão eterna. Foi por meio do meu pai que a pesquisa teve o pontapé inicial e da minha mãe que tive o suporte emocional para poder persistir nos momentos mais difíceis. Não poderia esperar nada além de uma mulher que veio do sertão nordestino e de um homem que veio da cultura ribeirinha.

A meus irmãos Diêmille Santos da Silva e Dimmy Goldman Santos da Silva, agradeço pela torcida e ajuda, inclusive nas atividades diárias de casa. Eles, muitas vezes, sobrecarregaram-se para que eu pudesse me isolar no processo da pesquisa e da escrita.

A meus familiares que residem em São Paulo e me proporcionaram a acolhida em outro estado, os meus sinceros agradecimentos por terem me recebido tão bem.

À Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC), que representada nas pessoas do Professor Mário Jorge Cruz Lima, Maria A. Oliveira de Carvalho e Marina da Silva Aguiar que possibilitaram a articulação entre trabalho e mestrado nesse momento final, os meus sinceros agradecimentos.

As minhas colegas de trabalho e parceiras na educação Ketty do Socorro Figueiredo Moreira e Ivoni Ramos Monteiro, grata pelo apoio motivacional nesse momento crucial na vida acadêmica.

Agradeço ainda aos demais familiares e amigos que torceram por mim e continuam acreditando no meu potencial.

*Flores Horizontais,
Flores da vida*
Flores brancas de papel,
Da vida rubra de bordel,
Flores da vida
Afogadas nas janelas do luar
Carbonizadas de remédios, tapas, pontapés,
Escuras flores puras, putas, suicidas, sentimentais.
Flores horizontais.
Que rezais?

Com Deus me deito.
Com Deus me levanto.*

(Composição de Oswald de Andrade e José Miguel Wisnik, interpretada por Elza Soares)

** Durante todo o texto da dissertação, iremos utilizar da licença poética para identificar as profissionais do sexo como flores com a finalidade de preservar as suas identidades.*

RESUMO

O estudo teve o objetivo de analisar o trabalho sexual feminino através da perspectiva da geração de profissionais que iniciaram sua prática nos anos 70 e 80, onde boa parte delas permanece no comércio sexual, com mais de 30 anos de profissão. Assim, o estudo pretende considerar a percepção das permanências e rupturas no universo do comércio sexual através do olhar das profissionais, bem como suas memórias, sociabilidades e resistências. Trabalhamos com fontes orais e alguns jornais da época que deram o suporte para que conseguíssemos compreender um pouco do universo pesquisado e os sujeitos que compõem um mundo permeado de estereótipos. Nossa intenção não foi dar a voz a estas mulheres, porque elas são perfeitamente capazes de dar sentido as suas trajetórias, mas de possibilitar que a fala delas nos mostre um pouco desse universo estigmatizado, com a finalidade de romper preconceitos, especialmente no tocante às mulheres que são oriundas das classes populares e trabalhadoras sexuais. Nosso intuito também foi entender as reais demandas da categoria e de que forma se organizam para responder a essas questões que no dia a dia influenciam sua prática cotidiana, desde o acesso às políticas públicas, a luta pela regulamentação da profissão e rupturas com ciclos de violência em suas múltiplas expressões exercidas sobre elas e as mulheres de modo geral.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Corpo. Trabalho sexual.

ABSTRACT

The study aimed to analyze female sex work from the perspective of the generation of professionals who began their practice in the 70s and 80s, where most of them remain in the sex trade, with more than 30 years of profession. Thus, the study intends to consider the perception of permanences and ruptures in the universe of sexual commerce through the professionals' perspective, as well as their memories, sociability and resistance. We worked with oral sources and some newspapers of the time that supported us so that we could understand a little of the researched universe and the subjects that make up a world permeated with stereotypes. Our intention was not to give voice to these women, because they are perfectly capable of giving meaning to their trajectories, but to enable their speech to show us a little of this stigmatized universe, with the purpose of breaking prejudices, especially regarding women. who come from the popular classes and sex workers. Our goal was also to understand the real demands of the category and how they organize themselves to answer these questions that influence their daily practice, from access to public policies, the struggle for regulation of the profession and breaks with cycles of violence. in their multiple expressions on them and women in general.

Keywords: Gender. Sexuality. Body. Sex work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Urbana e Rural no Estado do Amazonas	49
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Apresentação do Poder Público e Sociedade Civil às Trabalhadoras Sexuais	113
Figura 2 - Logotipo da Associação das Profissionais do Sexo do Amazonas	114
Figura 3 - Profissionais do sexo e seu cotidiano: Entre Resiliência, sensibilidades e lutas	114

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2 DE PROSTITUTA A TRABALHADORA DO SEXO	23
2.1 Problematizando conceitos: gênero, corpo, sexualidade e trabalho sexual.	23
2.2 As trabalhadoras do sexo nas falas de poder: Estado e Imprensa	42
3 ENTRE AMOR, SEDUÇÃO, TRAIÇÃO E VIOLÊNCIA	58
3.1 Aspectos do cotidiano de trabalhadoras do sexo em Manaus: Dália, Jasmim e Margarida. entre permanências e rupturas.	76
4 EM BUSCA DE SINDICALIZAÇÃO E DIREITOS	87
4.1 O trabalho sexual enquanto profissão	95
4.2 Pela auto-organização e busca de direitos	105
5 Considerações Finais	120
Referências	124

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde pequena, escutava sobre o mito das Amazonas¹, das mulheres guerreiras que eram conhecidas por sua coragem e por serem temidas. Com uma tribo composta apenas por mulheres e governada por elas, não havia o contato com homens, exceto quando chegava o período da reprodução.

Quando davam à luz a criança do sexo masculino, entregavam o menino ao pai, caso fossem meninas ficavam com elas e presenteavam o genitor com um talismã chamado *muiraquitã*, que na sua forma se assimilava a um sapo e funcionava como uma espécie de amuleto da sorte.

As coniuuiaras foram identificadas com as Amazonas míticas, guerreiras-guardiãs de um éden tropical. Como os colonizadores, essas mulheres tinham espírito de aventura, eram conquistadoras de outros povos e possuíam tesouros capazes de enriquecer o mundo inteiro. Esta situação especificava uma cultura exótica e refletia uma inversão do social – a desordem de uma sociedade governada por mulheres.²

Maria Izilda Santos de Matos (2013)³ discorre que a lenda das Amazonas desponta na América com a chegada dos europeus a partir da imagem de mulheres combativas que eles associaram aos mitos da Antiguidade Clássica que se mesclaram aos mitos que circulavam entre os indígenas sobre a existência de índias guerreiras que viviam sem a presença de homens que caçavam e guerreavam.

A autora explica que houve um processo de assimilação na qual se mesclaram as referências da Antiguidade Clássica a mitos que circulavam nas inúmeras sociedades indígenas presentes nos séculos XVI e XVII com a resignificação dada pelas

¹ Em 1540 [...] Francisco Orellana, escrivão da armada espanhola, participou de uma jornada exploratória na América do Sul [...] ele teria avistado, no pretense reino das Pedras Verdes, mulheres. Contam os índios que estas guerreiras teriam atacado a esquadra hispânica. Elas eram bem altas, brancas, cabelos compridos dispostos em tranças dobradas no topo da cabeça – descrição feita pelo Frei Gaspar de Carvajal, também escrivão da frota. O confronto entre os espanhóis e as Amazonas foi supostamente uma luta feroz, a qual teve como cenário a foz do rio Nhamundá – localizada na fronteira entre o Pará e o Amazonas. Eles foram assim [...] derrotados pelas mulheres, pondo-se rapidamente em fuga. No caminho os espanhóis encontraram um indígena, que lhes contou a história das guerreiras [...]. Ao ouvirem esta narrativa, os espanhóis, cientes da existência das Amazonas descritas pelos antigos gregos [...] acreditaram ter encontrado finalmente as [...] Amazonas. Deste pequeno equívoco nasceram e permaneceram os nomes do Rio, da Floresta e do maior Estado brasileiro[...] [esta informação encontra-se em: SANTANA, Ana Lúcia. *A lenda das Amazonas*. In: *Navegando e Aprendendo*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/mitologia/a-lenda-das-amazonas/>. 2006. Acesso em: 08 fev. 2017.>]

² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Viagens pelo Rio das Amazonas*. Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso), v. 38, p. 189-198, 2013.

³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Viagens pelo Rio das Amazonas*. Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso), v. 38, p. 189-198, 2013.

experiências e relatos dos que chegavam a América sob a forma de uma visão híbrida, mas que tinham na essência características bem específicas como: belicosidade e capacidade para autossustentação das mulheres.

Esses elementos causavam um misto de fascínio e estranheza para Frei Gaspar de Carvajal [1541-42] e Padre Cristóbal de Acunã [1638-39] que produziram suas crônicas ao longo de expedições empreendidas pela Amazônia.

A capacidade de auto-organização e de proverem suas necessidades, exerciam ao mesmo tempo uma atração e estranheza, na medida em que, era incompreensível para esses viajantes vincular as mulheres a estas ações e comportamentos, porque eram oriundos de uma sociedade governada por homens, em que o poder estava relacionado intrinsecamente ao universo masculino.

Ter uma sociedade governada por mulheres que operavam atividades associadas a guerra, governança e que não apresentavam a figura do homem como central em sua organização, se constituía como um mundo onde os valores estavam invertidos para estes cronistas.

Dentro dessas representações, fui criando um imaginário a respeito dessas mulheres combativas. A postura assumida por essas mulheres em sua sociedade exercia em mim verdadeiro fascínio. O que me chamava mais a atenção era o fato de que essas mulheres narradas agiam de uma forma que não era o comportamento esperado das mulheres na sociedade da qual faço parte. Elementos como força, coragem e uma postura ativa eram e são associadas à construção do universo masculino.

Desde muito nova, incomodava-me perceber as desigualdades entre meninas e meninos, mulheres e homens. Ao longo do processo de tornar-me mulher, sempre fiquei inquieta ao perceber e sentir essas diferenciações. Como criança, adolescente e mulher adulta, multiplicavam-se as questões no âmbito do gênero, sexualidade, feminismo e história das mulheres, sendo este último, um universo rico e plural que comporta diferentes meandros que vão desde aspectos sociais, econômicos, étnicos, culturais e geracionais.

Em meio a essas reflexões e interesses, desperto o olhar para as mulheres das classes populares. Interessava-me dentro de um universo marginalizado, como das mulheres, procurar o que era periférico nesse mundo que, por muito tempo, foi invisibilizada historicamente, socialmente, economicamente e politicamente.

Quando digo que há uma busca pelo periférico dentro desse universo feminino que foi ao longo do tempo invisibilizada e povoado de representações, quero dizer que

no universo plural de mulheres, meu foco se dá nas populares que exercem uma atividade impregnada de estereótipos, como o trabalho sexual e que no recorte do estudo se restringe ao baixo meretrício.

Ligando os interesses pessoais às oportunidades que foram surgindo, descobro em conversa informal com o meu pai, que o mesmo havia sido contador da Associação das Prostitutas e Ex-Prostitutas do Amazonas - “As Amazonas”⁴, uma associação nascida em 2008. Coincidentemente, o nome social que intitula a organização carrega a designação do mito que mais admirava quando criança.

Enxergo assim uma oportunidade perfeita ao unir gênero, sexualidade e história das mulheres, além de trazer a possibilidade de abordagem de uma profissão permeada por representações.

Michele Perrot (2007) discorre que “[...] as fontes jorram para o olhar de quem as procura. Esse olhar [portanto,] que faz o relato que é a história, ”⁵ e foi mais ou menos o que aconteceu comigo quando vislumbrei a possibilidade de registrar os relatos dessas mulheres no que compete as suas trajetórias de vida.

Penso que, quando me reporto as minhas motivações de ordem pessoal, parto também de uma postura política, haja visto que, enquanto mulher, sentindo o peso das diferenciações, senti a necessidade de ir em busca do entendimento de como se dava a construção do que seria ser mulher ou homem na sociedade e de como as relações de poder eram estabelecidas. Entendendo para poder compreender e a partir de pequenas ações no cotidiano, contribuir de alguma forma para que paradigmas que reforçam desigualdades sejam desconstruídos.

A escolha por trabalhar as mulheres das classes populares e que exercem um ofício marginalizado – como o trabalho sexual – já envolve uma posição política, na medida em que, há o interesse em conhecer a história dessas mulheres, suas trajetórias, lutas e resistências. Não no sentido de dar a voz, porque são perfeitamente capazes de serem protagonistas de suas lutas, mas de ir onde ninguém vai para compreender a dinâmica de vida dessas trabalhadoras e endossar a busca pelo acesso aos direitos em sua completude, pelo fato de serem mulheres e de serem donas de suas vidas e seus corpos. Da mesma forma que eu luto para ter acesso aos mais diversos direitos, penso que todas também devem ter.

⁴ Existe por parte da Associação das trabalhadoras a intencionalidade de mudança do termo de designação da categoria para Profissionais e Ex-Profissionais do sexo ou Trabalhadoras e Ex-Trabalhadoras sexuais.

⁵ PERROT, Michelle. *Escrever a história das Mulheres*. In: *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007. p.36.

A intenção não é vitimizar as mulheres, porque me vejo e as encaro como protagonistas das suas histórias. No entanto, as diferenciações e desigualdades existem, todavia não penso que a passividade seja um destino a ser seguido e algo que é determinado. Nesse aspecto, quando tenho um interesse em especial pelas mulheres das classes populares, me chama a atenção suas estratégias, suas táticas de sobrevivência em meio a tantas lutas cotidianas.

Ao mesmo tempo, trazer as mulheres que exercem a atividade sexual profissional, nos possibilita abordar questões que ampliam olhares sobre sexualidade, geração e trabalho que nos permitem desconstruir modelos que reforçam o vitimismo ou que porventura glamourizam esse ofício. A intenção é trazer a história dessas mulheres que ao narrar suas trajetórias nos permitem adentrar mesmo que de forma parcial nesse universo.

Nesse processo que se mescla a motivações de ordem pessoal e posições políticas, vou na historiografia motivada a buscar outros olhares, para além de representações que estavam em grande parte postas pelo olhar masculino, afinal por muito tempo foi escrito sobre as mulheres, mas o que elas escreviam? O que produziam?⁶ E nessa busca fui delimitando meus interesses.

Nacionalmente, muitos trabalhos têm como temática de estudo o trabalho sexual em suas múltiplas expressões, dentre os quais estão o trabalho sexual de luxo; de rua, exercido pelas camadas populares; pelas travestis; homens, dentre outras especificidades que compõem esse campo de trabalho.⁷ Desse modo, o recorte deste estudo se dá no campo das trabalhadoras sexuais femininas que atuam nas ruas do Centro de Manaus-AM.

Em Manaus, o que encontrei sobre o trabalho sexual feminino no que concerne ao campo da história, foram estudos que privilegiaram a atividade sexual comercial

⁶ SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: A escrita da História: novas perspectivas/Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. -São Paulo: Editora UNESP. 1992. – (Biblioteca Básica); SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990; FÁVERI, M.de. *Questões para estudos de história, memória e gênero*. Alcance (UNIVALI), Itajaí, v. n. 6, n.ano VIII, p. 67-72, 2001.

⁷ Ver: RIBEIRO, Miguel Ângelo. *Prostituição de rua e turismo em Copacabana – A avenida Atlântica e a procura do prazer*. In: Revista TERRITÓRIO, ano 11, nll 3, jul. /dez. 1997; FÁVERI, M.de; SILVA, K. *Mídias, mulheres e mercado do sexo: ambiguidades e consumo*. GAVAGAI - Revista Interdisciplinar de Humanidades, UFFS/Campus Erechim., v. 1, p. 70-81, 2014; FÁVERI, Marlene de. *Mercado do sexo e códigos urbanos no Tempo Presente*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

feminina exercida no final do século XIX, a início do século XX. Há, no entanto, em diferentes áreas do conhecimento em Manaus trabalhos que envolvem essa temática a partir da década de 90.⁸

Na época da *Belle époque*, há uma intensificação da atividade sexual comercial, especialmente no centro da cidade, por ser um espaço de grande circulação de trabalhadores, talvez por isso alguns poucos trabalhos que tratam do comércio sexual em Manaus no âmbito da história se concentrem no final do século XIX , a início do século XX.⁹

É importante destacar que, nacionalmente, há trabalhos no domínio da história que tratam da atividade sexual comercial, nas décadas de 60, 70 e 80¹⁰, contudo, percebi que havia uma lacuna referente as décadas de 70 a 80 em Manaus e concomitante a essa percepção, tive uma aproximação maior com as profissionais mais antigas no processo de articulação com a organização representativa da categoria no Amazonas, percebendo nesse processo colaboradoras em potencial, uma vez que, essas profissionais iniciam seu ofício nessas décadas, período em que a Zona Franca de Manaus está em seu pleno desenvolvimento.

A Zona Franca de Manaus foi um grande Polo de atração de trabalhadores, favorecendo uma amplificação das múltiplas expressões da questão social. Logo, será que a o trabalho sexual havia crescido no período, a exemplo do que houve na *Belle époque*? Alguns estudos nos mostram que a intensificação econômica estimula esse tipo de comércio em que há prestação de serviços amorosos.¹¹

Legardinier (2009) discorre que é um clichê argumentar que o trabalho sexual é a profissão mais antiga do mundo, e que por existir, legitima-se o inevitável. Para ela o

⁸QUEIROZ, RITA Suely Bacuri de. *Territórios do prazer: ambiente e prostituição na área central de Manaus*. 1999.115f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1999.

⁹ Ver Dissertação de mestrado: LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. *A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014; SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. *A Fisionomia do Suspeito: imprensa e criminalização do viver urbano em Manaus, 1890-1920*. 2011. 335f. Tese (Tese de Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

¹⁰ Ver: PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004; LEME, Edson Holtz. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. 2.ed. ver. e atual. – Londrina: EDUEL, 2009; GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

¹¹ Ver: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto- Manaus 1890-1920*. 2ª. Edição- Manaus: Editora Valer, 2007. p. 118.

fato social da atividade sexual comercial está relacionado mais: [...] à urbanização massiva e à aparição da sociedade de mercado[...]"¹²

Edinea Mascarenhas Dias na obra *A Ilusão do Fausto: Manaus-1890-1920*¹³, discorre que o aumento populacional em Manaus fomentado pela imigração de pessoas que vinham trabalhar na economia gomífera, nesse período em busca de melhores condições de vida, foram intensificado questões de inúmeras ordens, tais como problemas de abastecimento, higiene e habitação, além de ampliar as questões sociais, como mendicância, doenças diversas e prostituição, pois muitas mulheres oriundas de diferentes nacionalidades e estados se deslocavam para Manaus, atraídas, segundo a autora, pelo fausto da cidade, o que por sua vez, aproxima-se do que Legardinier (2009)¹⁴ chama de urbanização massiva e aparição da sociedade de mercado.

Com o decorrer do tempo, reflexões foram tomando forma, fruto do processo de maturação advindo do dia a dia do campo de pesquisa e da constatação de que boa parte delas permanecia no comércio sexual.

Assim sendo, as trajetórias dessas mulheres e suas perspectivas sobre as permanências e rupturas neste ofício, redirecionaram este estudo, que também se preocupou em ter essas mulheres como ativas no processo de pesquisa, pois foi por meio delas que olhares sobre sexualidade, gênero, direitos e trabalho deram forma ao estudo hoje intitulado: “Memórias, Sociabilidades e Resistências: O Trabalho Sexual Feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX”.

O recorte temporal anteriormente, restringia-se ao período que abarcava 68 a 89, por entender que com a implantação da Zona Franca, com um ano de funcionamento, muitas pessoas migraram para Manaus, provenientes dos interiores e até mesmo de outros estados do Brasil. Assim, será que com o grande fluxo de trabalhadores, o comércio sexual cresceu com clientes em potencial? Também, podemos considerar que nem todos conseguiram inserir-se no mercado de trabalho, especialmente as mulheres; deste modo, será que podem ter enveredado para o trabalho sexual? Há de se ponderar também o período ditatorial no país, para igualmente refletir como essas profissionais se movimentavam diante desse contexto.

¹² LEGARDINIER, Claudine. *Prostituição I*. In: Dicionário Crítico do Feminismo/Helena Hirata ...[et al.] (orgs.). - São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 198-199.

¹³ DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto- Manaus 1890-1920*. 2º. Edição- Manaus: Editora Valer, 2007. p. 118.

¹⁴ LEGARDINIER, Claudine. *Prostituição I*. In: Dicionário Crítico do Feminismo/Helena Hirata ...[et al.] (orgs.). - São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 198-199.

Com a ida ao campo, me surpreendi ao ver que boa parte das profissionais com as quais tive contato, seguia atuando no comércio sexual em Manaus. Dessa forma, mudei a proposta de análise, delimitando o recorte cronológico a partir das profissionais que tinham mais de 30 anos de profissão, culminando na criação da Associação das Profissionais do Sexo em Manaus no ano de 2008, abrindo possibilidades para a abordagem das permanências e rupturas na profissão dessas mulheres.

Tive a possibilidade de entrevistar sete mulheres, das quais apenas duas não exercem mais a atividade. O contato aconteceu via Associação das Prostitutas e Ex-Prostitutas do Amazonas – “As Amazonas” – em meados de 2014 e segue até o presente momento em função da aproximação que se deu entre mim e membros pertencentes à organização, onde se constituiu uma relação colaborativa de amizade, trabalho e compartilhamento de informações e aprendizado.

No estudo, utilizamos alguns depoimentos de parte das trabalhadoras que foram delineando as permanências e rupturas em torno da profissão. A escolha dos depoimentos que foram utilizados deu-se em razão de uma maior proximidade com as trabalhadoras em questão, o que possibilitou a autorização da utilização das entrevistas. Concomitante a isso, em virtude do tempo do Mestrado e de modo a explorar com maior profundidade algumas reflexões, foram selecionados esses relatos.

A metodologia da história oral serviu de base para que as trajetórias, estratégias e resistências ganhassem vida e cor ao longo dessas páginas. Autores como José Carlos Sebe Bom Meihy, Alessandro Portelli e Verena Alberti fundamentaram o modo de sistematizar as narrativas e de como extrair elementos significativos de cada experiência individual e coletiva.

“A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*”¹⁵. A história oral, nesse sentido, mais do que se preocupar com acontecimentos, nos traz as subjetividades dos sujeitos, indo além dos factível, de maneira a compreender as motivações, o que as pessoas acreditavam estar fazendo e como hoje percebem essas ações, importando nesse aspecto a atribuição de significados que os expositores estão atribuindo as suas narrativas.

¹⁵ PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 14, set. 2012. P. 31.

Segundo Alberti (2012)¹⁶, há diferentes formas de narrativas, que vão desde as ficcionais, literárias, jornalísticas e históricas, sendo esta última, alicerçada em um aparato documental que difere da narrativa ficcional que não precisa. A autora enfatiza bem essas variadas formas de narrativas com a finalidade de dizer que a narrativa na história oral tem um caráter de estabelecer uma organização temporal, do encadeamento das ações que se deram pelo sujeito, além da atribuição de significados para essas ações pelas pessoas.

Para Meihy (1994)¹⁷, ao analisar esses relatos, deve ser levada em consideração que existe uma preparação anterior que se desdobra em um método complexo que vai desde a elaboração de um projeto até o *feedback* à comunidade de pessoas que propiciou o desenvolvimento do trabalho, bem como publicizar o conhecimento produzido.

O estudo foi dividido em etapas, onde inicialmente me aproximei da associação que representa a categoria de profissionais. Foram muitas idas e vindas para que eu conseguisse a primeira entrevista, mas é importante destacar que houve um maior fortalecimento de vínculo entre mim e a comunidade de destino¹⁸, bem como a construção de uma parceria que foi estabelecida com algumas profissionais que se constituíram como sujeitos estratégicos para a busca de entrevistas em potencial.

Com a ida ao campo, foi perceptível que enveredar pela abordagem das trajetórias de vida, era o meio mais propício para que houvesse a narrativa das profissionais. Observamos, também, que quando a entrevista seguia uma ordem cronológica desde o nascimento, elas ficavam mais à vontade para relatar suas experiências.

As entrevistas seguiram um roteiro que não estava fechado, muito embora houvesse perguntas elaboradas que possibilitavam reflexões no campo dos anseios que o estudo se propunha.

Também fizemos levantamento acerca de jornais com a finalidade de buscar notícias relacionadas ao trabalho sexual de maneira a problematizar as representações

¹⁶ ALBERTI, Verena. De “*versão*” a “*narrativa*” no *Manual de história oral*. In: Trabalho apresentado na mesa redonda “Questões metodológicas”, no XI Encontro Nacional de História Oral “Memória, Democracia e Justiça”, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Instituto de História, de 10 a 13 de julho de 2012. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=information&op=readers>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

¹⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Definindo História oral e memória*. In: *Cadernos CERU* – Nº. 5 -Série 2 – 1994.

¹⁸ Comunidade de destino: conceito utilizado na história oral para denominar um agrupamento de pessoas que tem vivências e experiências que os aproximam.

que foram construídas em torno das profissionais do sexo nos anos 70 e 80, com o intuito de dialogar com a fonte principal utilizada no estudo, a fonte oral.

Os jornais principais utilizados foram os diários: *A Crítica*, *Jornal do Comércio* e *A Notícia*, o que de nenhuma maneira excluiu a possibilidade de utilizar outros jornais que estavam em circulação no período delimitado.

O trabalho com jornais implica no entendimento de que a imprensa representa interesses políticos e de segmentos específicos. Dessa forma:

O periódico que se destina a um público de elite caracteriza-se, geralmente, pela apresentação sóbria, [...] Os que se dirigem a outras faixas de mercado apelam, em maior ou menor grau, para ilustrações, títulos espetaculares, crime, sexo, humor, esporte, folhetins, etc.¹⁹

É clara a diferença de linguagem e a forma de abordagem das notícias em cada jornal. Houve essa percepção de que alguns diários abordavam de maneira mais comedida as notícias, especialmente as matérias relacionadas a sexualidade e trabalho sexual e em outros de modo sensacionalista. Todavia, matérias relacionadas a atividade sexual comercial costumeiramente estavam nas seções policiais.

Nessa lógica, além dos jornais seguirem e representarem determinados segmentos, há de se considerar a conjuntura em que eles foram produzidos. Assim, foi necessário a aplicação de uma metodologia que propiciasse a percepção de aspectos que nos permitissem apreender o lugar social que os discursos foram construídos, bem como perceber o tempo específico que engloba certas características que são frutos de cada conjuntura, para melhor extrair os sentidos que são atribuídos pelas pessoas que produziram as notícias e para quem são direcionados esses discursos.

[...] entre nós, já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte 'fidedigna' e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.²⁰

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. Coleção repensando a história. São Paulo: Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 15.

²⁰ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa*. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, [S.l.], v. 35, dez. 2009. p. 258.

Na análise empreendida nos jornais, há compreensão sobre o que a autora acima destaca, onde a imprensa não se coloca como uma fonte de verdade absoluta, uma vez que, ela traz representações assentadas em olhares que importam intencionalidades e que tem como quadro de referência uma conjuntura.

A dissertação está dividida em três seções, sendo o primeiro direcionado a problematizar as conceituações relativas ao trabalho sexual, gênero, sexualidade e corpo, além de trazer um pouco sobre os jornais e o que apresentavam de representações acerca do trabalho sexual feminino na cidade de Manaus. Construímos também um breve panorama da cidade nos anos 70 e 80 de forma a trazer os sujeitos da pesquisa, as profissionais do sexo, que iniciam sua atividade nesses anos, bem como os espaços de convivência onde ocorria o comércio sexual, uma vez que, certos espaços eram destinados para o exercício desse trabalho.

Na segunda seção, trabalhamos o cotidiano dessas profissionais, desvelando as resistências e estratégias empregadas por elas no exercício de seu trabalho. Há diálogo entre passado, quando iniciam sua atividade laboral e o presente, no qual boa parte segue trabalhando. É esse diálogo entre passado e presente que indicará as percepções das trabalhadoras no que compete as permanências e rupturas em torno do universo do comércio sexual.

Por fim, na última seção, traçamos uma reflexão sobre a fundação da Associação que representa a categoria profissional em Manaus, aliada à abordagem da busca dos direitos sociais e a regulamentação da profissão. A busca pela auto-organização se coloca como elemento de reflexão nesta seção que encerra o estudo realizado.

Portanto, a intenção foi mostrar que por trás dessas trabalhadoras e dos estereótipos construídos sobre elas, todas têm uma vida: são mães, amigas, trabalhadoras e mulheres com suas perspectivas, sonhos e frustrações, cujo ofício não as define unicamente, mas faz parte de quem são.

2 DE PROSTITUTA À TRABALHADORA DO SEXO

2. 1. Problematizando conceitos: gênero, corpo, sexualidade, trabalho sexual

O estigma explicitamente dirigido às [...] profissionais do sexo é implicitamente dirigido a todas as mulheres.²¹

É com este fragmento de Alexandra Oliveira²² que iniciamos a nossa reflexão, pois abordar temáticas como o trabalho sexual, envolve lidar com um universo permeado de estereótipos que circundam as trabalhadoras sexuais.

Considerar os estereótipos significa pensar como se dão essas construções que estão atreladas às categorias como as de gênero, prostituição²³, corpo, sexualidade, representações e trabalho.

Iniciamos com a categoria gênero justamente por este conceito nos permitir problematizar como se dão as construções acerca do que significa ser homem e mulher e como esses papéis sociais são estabelecidos.

Tais discussões são importantes para compreendermos a construção do feminino e masculino e, conseqüentemente, perceber a hierarquização dos sexos e de como essas relações de poder se estabelecem, porque é a partir dessa percepção da dinâmica de poder entre o dominante e o dominado que chegamos às desigualdades entre os sexos. Nesse sentido, tais discussões são essenciais, pois interferem, intermediam e definem no cotidiano as relações pessoais, familiares e de trabalho das mulheres.

Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas

²¹ OLIVEIRA, Alexandra. *Uma etnografia da prostituição de rua na cidade do Porto*. Ana Cristina Pereira. In: Antropologia: Gente como nós. Disponível em: <[https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.noticias_cont/Andar na vida. Alexandra Oliveira. pdf, br.](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.noticias_cont/Andar%20na%20vida.%20Alexandra%20Oliveira.pdf)> Acesso em: 29/09/2015.

²² Alexandra Oliveira é uma pesquisadora portuguesa que tem como áreas de interesse a educação para a saúde e da redução de riscos associados ao trabalho sexual. É publicamente reconhecida como perita na área do trabalho sexual. Uma de suas obras mais conhecidas, fruto de sua tese de doutoramento é: *Andar na vida: Prostituição de rua e Reaccção Social*. Informações disponíveis no site:<[https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/func_geral.formviewp_codigo=238075.](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/func_geral.formviewp_codigo=238075)>

²³ O vocábulo está estritamente utilizado em alguns momentos na dissertação como sinônimo de trabalho sexual, especialmente no decorrer do Capítulo 02, onde faremos referência através de jornais e narrativas aos anos 70 e 80, quando as trabalhadoras iniciam seu ofício. É um termo corrente no universo do comércio sexual, muito embora esteja associado por parte das profissionais do sexo como portador de uma gama negativa de significações. No Amazonas, parte das trabalhadoras, prefere ser identificada como profissional do sexo ou trabalhadora sexual. O uso da expressão profissionais do sexo ou trabalhadoras sexuais, passa a ser intensificado e mais utilizado nos anos 90, a partir da discussão sobre a regulamentação da profissão.

fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão sexual será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é ‘puro’, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância – mas sim uma organização variada que deve ser, ela própria, explicada.²⁴

Scott (1994)²⁵ enfatiza que esses papéis sociais não são estáticos e variam de lugar para lugar, abertos a disputas e redefinições ao longo do tempo. No entanto, perceber as diferenças entre homens e mulheres, para a autora em questão, é uma percepção que não é pura, pois na medida em que, percebemos as diferenças corporais, atribuímos um conjunto de significados favorecidos por uma série de esquemas mentais que são alimentados por pressupostos já internalizados dos padrões construídos e valorizados na sociedade como ideais.

Essa construção social que diz respeito a uma gama de significados que são atribuídos e que hierarquizam as relações entre homens e mulheres não estão desconectadas do que autora chama de uma ampla gama de contextos discursivos, de uma organização que, deve ser explicada e problematizada. É importante compreender como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e conservadas.

No artigo intitulado *Gênero, uma categoria útil para a análise histórica*²⁶, publicado nos anos 80 do século XX, o uso da categoria “gênero” enfatiza todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo e nem determina diretamente a sexualidade. Como uma categoria relacional, não se considera um único sujeito, mas a relação estabelecida entre homens e mulheres.

O uso da categoria gênero, segundo a autora, pode ser dividida em duas formas: descritivos, que acabam por se caracterizar como estudos que operacionalizam o gênero como sinônimo de história das mulheres e a utilização da categoria que problematiza as relações, considerando as hierarquias, os marcadores sociais e a construção cultural que

²⁴ SCOTT, Joan Wallach. *Prefácio a gender and politics of history*. In: Cadernos Pagu (3) 1994: pp.11-27.

²⁵ SCOTT, Joan Wallach. *Prefácio a gender and politics of history*. In: Cadernos Pagu (3) 1994: pp.11-27.

²⁶ SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

envolve os papéis sociais destinados a homens e mulheres. Observamos que boa parte dos estudos, especialmente na historiografia segue um desses caminhos.

Chamamos a atenção para o fato de que a escolha por um desses caminhos teóricos não invalida a outra abordagem. Cada uma tem a sua importância e, nesse sentido, a história das mulheres foi e continua a ser respeitada, pois foi por meio dela que muitos acontecimentos e realizações como a participação das mulheres foram mapeados.

Por muito tempo, as mulheres foram representadas pela fala do outro e ignoradas pela historiografia, deixando ausente nesse campo historiográfico suas subjetividades:

[...] descritas, representadas, desde o princípio dos tempos, nas grutas da pré-história, onde a descoberta de novos vestígios das mulheres é uma constante, e chegando à atualidade nas revistas e nas peças publicitárias contemporâneas. Os muros e as paredes da cidade estão saturados de imagens de mulheres. Mas o que se diz sobre sua vida e seus desejos? ²⁷

Por outro lado, vemos, conforme as autoras Scott (1990)²⁸ e Nicholson (2000)²⁹, no seio do movimento feminista, especialmente nas décadas de 70 e 80 do século XX, o uso da categoria gênero como forma de alargamento das abordagens tradicionais do que é importante historicamente, incluindo não só a esfera privada, mas também a pública, onde também as mulheres se movimentam, lidando tanto com os aspectos subjetivos, no que dizem respeito as experiências individuais, quanto as atividades públicas e políticas.

Do mesmo modo, o aspecto relacional ganha força e operacionalizar esta categoria, significava considerar homens e mulheres, não havendo possibilidade de estudar unicamente um sujeito sem considerar o outro no processo.

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar

²⁷ PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo. Editora Contexto, 2007. p .30

²⁸ SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

²⁹ NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.

qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la.³⁰

Quando Natalie Zemon Davis, na Década de 70, enfatiza que deveríamos nos interessar pela história tanto das mulheres quanto dos homens, ela chama atenção para operacionalização do conceito pela perspectiva relacional que problematiza as relações de poder construídas socialmente em torno dos homens e mulheres. Segundo esta autora, esse processo é apreender a relevância dos sexos dos grupos de gênero, a amplitude dos papéis sociais estabelecidos que não são fixos, bem como o simbolismo sexual nas mais diversas sociedades com a finalidade de buscar e resgatar os sentidos atribuídos que formatam um modo de ordenar o mundo, sendo o gênero um modo de organização social da diferença sexual.

Para Scott (1994)³¹, a abordagem histórica não se restringe apenas ao registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também estrategicamente como participante da produção do saber sobre a diferença sexual, que não é um saber fixo, mas dinâmico.

Ela complementa a sua análise, argumentando que as representações históricas do passado dão a base para construir o gênero no presente. No entanto, tece críticas à história social, no que concerne a sua retórica e disciplina, questionando que práticas que estão longe de serem objeto de atenção do historiador não são trabalhadas ou pouco investigadas.

Segundo Scott (1994)³², a história social não dá conta de explicar discriminações e assimetrias entre homens e mulheres, não conseguindo alcançar as particularidades de cada experiência vivenciada por homens e mulheres e de problematizá-las à luz da desconstrução do que é feminino ou masculino.

A autora critica de uma maneira radical e equivocada a história social, afirmando que a mesma “descreve apenas os acontecimentos, relações estabelecidas” e que os arquivos só dizem “verdades” sem problematizá-los e que categorias como homens e mulheres são transparentes, como se não houvesse aspectos ocultos a serem analisados. Para ela, é como se a história social ao considerar as estruturas, entendesse os sujeitos

³⁰ NATALIE Zemon Davis, “Women’s History in Transition: The European Case”, *Feminist Studies*, 3 (Winter 1975-76), p.90.

³¹ SCOTT, Joan Wallach. *Prefácio a gender and politics of history*. In: *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp.11-27.

³² SCOTT, Joan Wallach. *Prefácio a gender and politics of history*. In: *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp.11-27.

como incapazes de se movimentar perante a essas bases econômicas, culturais e políticas, endossando segundo ela, uma perspectiva de que nada pode ser alterado, justificando e legitimando pressupostos que perpetuam desigualdades, tais como fortalecer a ideia de uma diferença sexual inerte.

Na contramão de uma postura mais radical, Tilly (1994)³³ trata a história social em uma perspectiva crítica:

[...] uma história que respeite a iniciativa humana, assim como a história social das mulheres fez com tanto sucesso. Uma história que coloque problemas, descreva e analise os dados disponíveis, e explique. Uma história que trate das grandes questões históricas e contribua para resolver problemas já inseridos na agenda da história. Este tipo de história social analítica que estuda um passado marcado pelo gênero já existe.³⁴

Abordar a história social por um viés analítico que aprecie as ações humanas como atos que devem ser problematizados à luz das grandes questões históricas que considere os aspectos estruturais e que esmiúce os mínimos detalhes desvelados em suas especificidades, podem e devem propiciar uma reflexão promissora em uma história social articulada ao gênero, pois ainda que definidas pelo sexo, que sejam enfileiradas nessa estrutura binária, as mulheres são mais do que isso, fazem parte de uma classe específica e estão inseridas em uma estrutura social, política e econômica que também têm as suas especificidades étnicas, geracionais, de gênero, crenças e de situações familiares múltiplas.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres, são algo mais do que uma categoria biológica, elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.³⁵

Tilly (1994)³⁶ reforça que existe uma história das mulheres analítica, que não se preocupa apenas em abordar fatos que tragam a participação das mulheres em determinado evento, mas que entenda como foi essa participação, quem foram, de que classe eram pertencentes, quais os costumes e que em articulação com a categoria ora

³³TILLY, Louse. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: Cadernos Pagu (3) 1994: pp.29-62.

³⁴TILLY, Louse. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: Cadernos Pagu (3) 1994: p.51.

³⁵ TILLY, Louse. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: Cadernos Pagu (3) 1994: p. 31.

³⁶ TILLY, Louse. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: Cadernos Pagu (3) 1994: p. 31.

aqui trabalhada, proporcionam uma análise mais rica, uma vez que, as mulheres fazem parte de um grupo social distinto tanto em relação aos homens, como as mulheres perante outras mulheres, distintas em questões étnicas, de classe, de idade, dentre outros aspectos.

Reconhecer que as mulheres fazem parte de um grupo social distinto não significa pensar que essas particularidades constituam um fenômeno natural. Nesse sentido, é preciso problematizar e entender as construções no que se referem aos papéis sociais destinados a homens e mulheres, entendendo que pressupostos são construídos, legitimados e perpetuadores de certos padrões, não significando, entretanto, que não possam ser desconstruídos.

Nesse processo, não podemos apreender os sujeitos como desconectados de uma realidade macro que comporta uma estrutura econômica, política e social, pois os sujeitos sofrem os reflexos das condições concretas. Assim, ao aliar a história social ao Pós-Estruturalismo, que trabalha conceitos e subjetividades, abrimos possibilidades de apreender certas especificidades que uma análise unicamente macro não contemplaria, tais como pensar nas categorias como dinâmicas e detentoras de significados que devem ser analisados de forma aprofundada, inclusive considerando as construções e desconstruções das relações de poder que geram tensões.

Pensar nos processos conflituos, implica em ponderar os interesses opostos, bem como as relações de poder, o que dá um caráter político, demandando que se pense tanto no macro: nas estruturas de ordem econômica, política e social quanto no micro: no cotidiano das lutas diárias que fazem parte de determinado universo de sujeitos, que vivem inseridos nesse mundo macro, mas que simultaneamente se movem no cotidiano traçando suas estratégias de sobrevivência.

Acredito que é possível articular as contribuições advindas de historiadoras como Natalie Zemon Davis, Louise Tilly, Eleni Varikas, Michele Perrot, Joan Scott, Judith Butler e Linda Nicholson, que são alguns dos exemplos de estudiosas que nos possibilitam enxergar, independentemente de haver divergências, que o fundamental é ter a possibilidade, enquanto historiadora das mulheres, de problematizar as questões que se colocam, pois não basta descrever os processos, uma vez que, não se pode analisá-los de modo a-histórico, porque o que refina as análises é compreender os sentidos da construção social empreendida.

Por exemplo: em que condições as mulheres construíram e modelaram os movimentos sociais; em que medida tal ou tal grupo de mulheres lutou por seus direitos; quais mulheres gozaram de estatutos sociais mais elevados (como definí-los?) e quais eram os fatores que contribuíram para esta situação; de que atividades as mulheres eram excluídas, e em que circunstâncias pode-se observar uma maior ou menor exclusão? A resposta se encontra na utilização do gênero enquanto categoria de análise histórica.³⁷

A forma como se operacionaliza o conceito gênero enquanto categoria de análise histórica, faz toda a diferença quando há compreensão que os sentidos da construção social empreendida estão interligados às transformações mais globais das estruturas de ordem econômica, social e política, onde os sujeitos se movimentam no cotidiano.

Operacionalizando conceitos de forma a analisar construções e desconstruções, o diferencial, segundo Tilly (1994)³⁸, é poder articular os métodos da história social, bem como proporcionar a problematização do gênero, como categoria de análise histórica.

Ao pensar em um universo tão plural como o das mulheres, não há como deixar de considerar que elas são “Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças [...] [comete]considerar [não a história da mulher, mas] a ‘história das mulheres.’ ”³⁹

Como parte de um universo plural, quais os grupos de mulheres que eram e ainda são mais excluídos? O que é periférico nesse mundo que por muito tempo foi invisibilizado? Em um cenário que tem como pano de fundo a modernidade que traz consigo uma perspectiva de um mundo que sofre transformações rapidamente, a fragilização das relações humanas e a mercantilização inclusive das relações, a prostituição, em específico da mulher que ora se coloca como objeto de estudo, traduz-se como uma das expressões desse cenário.

Sob essa ótica, a prostituição moderna aparece como fenômeno essencialmente urbano, inscrevendo-se numa economia específica do desejo, caracterizada por uma sociedade em que as relações são mediatizadas pela troca e na qual todo um sistema de codificações morais- que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a fidelidade feminina - destina um lugar específico ao que considera sexualidade insubmissa.⁴⁰

³⁷ TILLY, Louse. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: *Cadernos Pagu* (3) 1994: p.42.

³⁸ TILLY, Louse. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: *Cadernos Pagu* (3) 1994: p.52.

³⁹ SOIHET, Raquel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399.

⁴⁰ ADORNO, Sérgio. *Prefácio*. In: *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. RAGO, Margareth – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.16.

Nesse sentido, precisamos discutir o conceito de corpo, pois “o próprio corpo humano é tanto objeto do desejo como fornecedor da satisfação. É uma fonte de prazer capaz de satisfazer o desejo”⁴¹. Para Parker (1991)⁴², o corpo não é dado pura e simplesmente, porque ele é construído socialmente, através de simbologias e significados. Dependendo do sistema de referência pelo qual é analisado há ressignificações e perspectivas diferentes.

Parker (1991)⁴³ ao trabalhar o campo do erótico, discorre que neste âmbito não é levado em consideração na análise do corpo a hierarquia de gênero, porque nesse quadro de referência, segundo ele, o corpo é visto como fonte de prazer e objeto de desejo em vez de símbolos de poder. O que muda quando adotamos como sistema de referência o gênero, onde as relações de poder são consideradas e problematizadas à luz de um corpo que é subjugado a um outro em uma relação de dominador e dominado

Logo, em que momento há a ressignificação do corpo como objeto de desejo e como fonte de prazer? No que isso se reflete nas práticas sexuais que se manifestam de modos diferentes, em tempos diversos para pessoas distintas?

“Há quem diga que o século XX inventou o corpo! Corpo novo e exibido. Mas, também, um corpo íntimo e sexuado que, lentamente veria afrouxar as disciplinas do passado em benefício do prazer”⁴⁴. O corpo, antes visto como mero instrumento de reprodução, tendo a Igreja como referência e tido também como objeto de curiosidade da Medicina e diferentes campos do conhecimento, vai nos mostrando a historicidade do corpo que no decorrer do tempo é controlado, vigiado e fomentador de curiosidade.

No século XVIII e XIX, o sexo era visto como pecado e assunto proibido, visão advinda da concepção do Cristianismo que percebia como negativo tudo que proporcionasse prazer ao corpo, pois segundo esta perspectiva, o ato sexual deveria objetivar unicamente a reprodução dentro da Instituição do Casamento.

A sociedade que se desenvolve no século XVIII — chame-se, burguesa, capitalista ou industrial — [...] instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre [...] [sexo]. Não somente

⁴¹ PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo.: Editora Best Seller. 1991. p.162.

⁴² PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo.: Editora Best Seller. 1991. p. 161.

⁴³ PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo.: Editora Best Seller. 1991. p. 161.

⁴⁴ DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. – 2. Ed.- São Paulo: Planeta, 2014. p.106.

falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada.⁴⁵

Ao longo do século XIX e parte do século XX, a medicina em particular, produziu discursos: o que antes era visto como pecado pela Igreja no que concerne ao uso do corpo no ato sexual para obter prazer, mais tarde é visto também como fonte de contaminação e de perigo.

Seguro era cercar-se de todos os cuidados para que esse corpo não fosse contaminado por doenças. Do mesmo modo, a alma também deveria ser resguardada, uma vez que, exposta aos comportamentos tidos como “anormais” ou inadequados com os padrões ditados pela sociedade, poderia propiciar um estado de descontrole e refletir em uma amoralidade expressa em comportamentos tidos como transgressores na esfera sexual.

Os discursos produzidos pela medicina no decorrer dos séculos XIX e XX e da religião construído em séculos anteriores irão coexistir com outras narrativas que influenciaram o delineamento das percepções sobre como esse corpo é compreendido no Brasil.

Com normativas que estabeleceram padrões de comportamentos de gênero e sexuais, externar desejos e fantasias, torna-se uma necessidade, especialmente para os homens que em busca de exercitar práticas sexuais definidas até então como “antiquadas”, procurarão outros espaços para realizar essas práticas.

Dos cafés-teatro aos bordéis, vários espaços de sociabilidades masculinos vão se modificando e intensificando-se, constituindo-se como locais onde o sexo é exercido com a finalidade de proporcionar prazer por meio das mulheres que prestavam serviços sexuais.

“No início do século XIX, o número de [...] [trabalhadoras sexuais] aumentaria, no entender de estudiosos [com o desenvolvimento das cidades].”⁴⁶ O crescimento das cidades e sua urbanização possibilitaram que novos espaços de sociabilidade fossem criados, inclusive espaços destinados ao público masculino, onde aconteciam atividades recreativas, até mesmo para exercer uma vida sexual livre que permitisse expressar seus institutos mais carnais, que não poderiam ser manifestados com todo o vigor dentro da Instituição do Casamento, que boa parte das vezes, eram arrançados.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.31.

⁴⁶ DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. – 2. Ed.- São Paulo: Planeta, 2014. p. 85.

Nesse quadro onde se misturavam casamentos por interesse e concubinatos, a prostituta tornou-se necessária. O adultério masculino era, nessa lógica, necessário ao bom funcionamento do sistema. As mulheres ocupavam-se da casa e iam à igreja; os homens bebiam, fumavam charutos e se divertiam com as prostitutas. Mas quem eram essas mulheres?⁴⁷

As mulheres que prestavam serviços sexuais eram aquelas que iam em desencontro com o que era ditado como os papéis essenciais da mulher “ideal” e de “família” com a sexualidade reprimida. As trabalhadoras sexuais eram as que exerciam a sua sexualidade de modo a usar o seu corpo como instrumento de trabalho para proporcionar e/ou obter prazer, bem como prover sua sobrevivência.

A [...] [trabalhadora sexual] era visualizada [e ainda é] como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. [nessa lógica colocava-se como questionamento e ainda se interroga:]. Como a mulher era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada. Ela simbolizava, assim, a fragmentação do **sujeito moderno** [grifo nosso] e a separação radical entre o erótico e o amor.⁴⁸

A separação entre o erótico e o amor reflete especialmente nesse contexto do ideário da modernidade. A comercialização do sexo que se intensifica nesse cenário, vai se organizando em níveis internacionais, demandando tal atividade na conjuntura capitalista.

Ao lado da expansão econômica, do progresso, do desenvolvimento das cidades guiadas por valores que se norteavam pelos moldes de ordem europeia, a comercialização do desejo e prazer expande-se e ganha forma dando movimento a cidade, especialmente pela atuação de mulheres que, em boa medida, compõem esse universo dos trabalhadores sexuais.

Nesse contexto, os sujeitos são vistos como mercadoria, sendo que as mulheres são, de acordo com Bourdieu, vistas “como objetos oferecidos no mercado de bens simbólicos, convidadas ao mesmo tempo, a fazer tudo para agradar e seduzir ”⁴⁹

Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, o discurso em torno da mulher que comercializa o corpo, tem sido redirecionado como um discurso que apregoa esta

⁴⁷ DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. – 2. Ed.- São Paulo: Planeta, 2014. p. 84.

⁴⁸ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.38.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 9ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160p. 84.

atividade como uma prestação de serviços, “[...] a lógica consumista invade todos os domínios da vida e a expressão ‘trabalhadoras do sexo’ legitima a ideia de que a mercadoria sexo se tornou um dado indiscutível da economia moderna.”⁵⁰

Entender o que está por trás destas concepções, para além de aspectos econômicos e sociais, demanda compreender como a cultura em torno da mulher é percebida na sociedade e foi construída no decorrer do tempo, justificando assim a necessidade de abordar a temática por um viés que contemple a categoria gênero.

De tal modo, problematiza-se entre os estudiosos os modos teóricos-metodológicos de como trabalhar essa temática que envolve por si só uma gama de significações que são atribuídas pela sociedade.

Como narrar a experiência de pesquisar o mundo da prostituição [...] Universo povoado por muitos estereótipos e clichês, tudo aí é muito antigo e já conhecido, pois acredita-se no senso comum, e não apenas nele, que a prostituição é ‘a profissão mais antiga do mundo’: reatualizações intemporais. Os lugares estão bem demarcados, as explicações prontas e as imagens projetadas sobre os personagens-prostitutas seminuas e infelizes [...] parecem ter aderido aos corpos e se cristalizado. Por onde penetrar neste universo difuso? ⁵¹

Estudar o universo do trabalho sexual, especialmente o feminino, é lidar com um mundo povoado de marcas sociais negativas, mas também lidar com concepções vivas no imaginário coletivo de que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo.

De Maria Madalena a Bruna Surfistinha, muitos elementos sofreram transformações em virtude das especificidades de cada temporalidade, mas ainda, há permanências que são arraigadas em torno da profissão, como a ideia de que a trabalhadora sexual enveredou por este caminho por necessidade financeira unicamente e que não é realizada em diferentes áreas da sua vida, já que para a sociedade não vive de acordo com os padrões vigentes.

Muitos autores optam por iniciar as suas análises sobre trabalho sexual à luz do século XIX, para situar muitos dos elementos que ainda permanecem nas representações do que significa ser mulher “decente” e ser a “prostituta”. Muitos foram os discursos construídos, especialmente nesse século, acerca da conduta moral da mulher, reforçando

⁵⁰ LEGARDINIER, Claudine. *Prostituição I*. In: Dicionário Crítico do Feminismo/Helena Hirata ...[et al.] (orgs.). - São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 200.

⁵¹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.19.

sempre a existência de dois polos entre o que é ser considerada um modelo de mulher ideal e aquela que foge à moralidade de cada época.

Optei por enfrentar as representações e mitologias que constituem o imaginário do submundo. E, logo, uma primeira constatação: o interesse que a prostituição suscitou entre médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas, desde meados do século XIX, esteve estreitamente ligado a preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, num momento de intenso crescimento urbano-industrial.⁵²

Com base nas questões suscitadas em torno dos interesses que esse universo provoca, fomentadas a partir de discursos médicos, biológicos, higienistas, jurídicos, jornalísticos e masculinos, evoca-se constantemente, em particular no século XIX, a constante vigilância em torno da disciplinarização e controle do corpo da mulher, que nos faz refletir: “O corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo [...] o corpo possuído pela história se apropria de maneira imediata das coisas habitadas pela mesma história.”⁵³

O corpo é constantemente conhecido e reconhecido como objeto de curiosidade e interesse, desencadeando em diferentes áreas do conhecimento, como nas ciências e nas artes novas reflexões e intervenções.

As descobertas relacionadas ao corpo não constituem na contemporaneidade um dado novo, pois historicamente o corpo constitui-se como objeto de interesse e curiosidade. No século XIX é grande a atenção sobre o corpo, especialmente pela medicina que terá nele a sua intervenção.

Sant’Anna (2000)⁵⁴ reflete que no século XX, especificamente nos anos 60, há com os movimentos sociais uma redescoberta do corpo, especialmente no âmbito das artes, ciências, política e mídia.

Para Sant’Anna (2000)⁵⁵, há uma certa mudança de perspectiva com a Revolução Sexual nos anos 60, ao perceber este corpo como símbolo da liberdade que é livre de repressões e pode proporcionar a ampliação dos sentidos de forma consciente e

⁵² RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.19.

⁵³ BOURDIEU, Pierre, 1930- *Meditações pascalianas*; tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. p. 185.

⁵⁴ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *As infinitas descobertas do corpo*. In: Cadernos Pagu (14) 2000: pp.235-249.

⁵⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *As infinitas descobertas do corpo*. In: Cadernos Pagu (14) 2000: pp.235-249.

inconsciente. Essa nova perspectiva confrontou-se com a moralidade até então construída, pois houve nesse sentido um conflito de gerações, haja vista, que os mais velhos se assustavam com essa redescoberta do corpo que transcendia a perspectiva de educá-lo como mero instrumento de trabalho e/ou procriação.

A história de certo modo é uma história de como o corpo é disciplinado e moldado de acordo com os pressupostos dominantes que permanecem ou se rompem em conformidade com cada época e dado modo de produção.

Na conjuntura capitalista, o corpo é educado para o trabalho, tornando-o útil e produtivo a partir da disciplinarização de gestos, atitudes e comportamentos.

[...] no século XVII, [...] com o desenvolvimento do capitalismo: [...] [e] ordem burguesa. [...]. Um princípio de explicação se esboça [...]: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, [...]; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, [não] poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se [...]⁵⁶

Com o desenvolvimento do Capitalismo e fortalecimento da ordem burguesa, de acordo com Foucault (1988)⁵⁷, o sexo é visto como algo que não é proibido, mas que deve ser regulado, restringindo-se para fins de reprodução, com o cuidado de não “desperdiçar” a energia ou potência que deveria ser direcionada para o exercício do trabalho unicamente, embora isso não signifique que o corpo utilizado para o sexo não buscasse paralelamente outras finalidades, para além da reprodução. Deste modo, Foucault (1988)⁵⁸ relata a existência de lugares para o exercício das sexualidades ilegítimas:

[...] dar lugar às sexualidades ilegítimas, [...] [importaria exercer] noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. O rendez-vous [...] serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente [circunscritos na lógica mercadológica]”⁵⁹

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 10

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 10

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 10

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 09.

Quando Foucault (1988)⁶⁰ argumenta sobre a sexualidade e corpos, pondera que essas duas categorias estão a serviço das relações de produção e de mercado. Se em dado momento, a regulação da sexualidade está para preservar a potência e energia do sujeito para que o mesmo possa empregar essa energia na força de trabalho, em outros momentos pode manifestar seus desejos em espaços que são destinados para o exercício do sexo clandestino, onde ocorrem a prestação desses serviços, que também seguem a lógica de mercado, assim o exercício comercial da afetividade também terá seu espaço. “O grande mercado liberal assimila e monetariza os prazeres[....].”⁶¹

A ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar importante a afetividade e, mais ainda, as transações afetivas com o ambiente social.⁶²

O corpo não é apenas disciplinado para o trabalho, muito embora na sociedade capitalista seja central a categoria trabalho. O corpo é também disciplinado na afetividade, na medida em que, categoriza os sexos e impõe papéis sociais a serem exercidos em uma sociedade que é inscrita na divisão entre os sexos. Esse fato acaba por refletir na sexualidade, sendo em certa medida, controlada e vigiada, inclusive por nós próprios que internalizamos muito das pressuposições dominantes na sociedade, de forma inconsciente e consciente, porque fazemos parte desse corpo social.

As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto, [...] O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre os sexos nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se etc. E os ritos de instituição constituem apenas o limite de todas as ações explícitas pelas quais os grupos trabalham para inculcar os limites sociais, ou, o que dá no mesmo, as classificações sociais (por exemplo, a divisão masculino/ feminino), a naturalizá-las sob a forma de divisões nos corpos, as *hexis* corporais, as disposições, das quais se sabe serem tão duráveis como as inscrições indeléveis da tatuagem, e os princípios coletivos de visão e de divisão. Tanto na ação pedagógica cotidiana (‘fica direito’; ‘segure a faca com a mão direita’) como nos ritos de instituição, essa mão psicossomática se exerce muitas vezes por meio da emoção e do sofrimento, psicológico ou até físico, mormente

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 09.

⁶¹ LEGARDINIER, Claudine. *Prostituição I*. In: Dicionário Crítico do Feminismo/Helena Hirata ...[et al.] (orgs.). - São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.200.

⁶² BOURDIEU, Pierre, 1930- *Meditações pascalianas I* Pierre Bourdieu; tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. p. 172.

aquele que se inflige pela inscrição de signos distintivos, mutilações, escarificações ou tatuagens, na própria superfície dos corpos.⁶³

A ordem social em que os corpos se inscrevem desvelam todo um processo de construção do poder e normatização das condutas, bem como das classificações sociais que podem ser expressas na divisão social do masculino e feminino e do que significa ser homem ou mulher.

A construção da normatização de condutas e hierarquias vão naturalizando discursos que refletem inclusive na divisão sexual do trabalho, ao conferir certos espaços laborais ao sexo feminino ou masculino, elucubrando também a divisão entre o espaço público e o privado, em que impõe a mulher a esfera privativa do lar como âmbito de sua atuação em que a família deve ser sua prioridade.

Assim sendo, como a mulher que fugia dos padrões do que seria ser uma “mulher de família” ou “mulher direita” se colocava e era vista na sociedade? Sobretudo as pertencentes às classes populares e que atuam como trabalhadoras sexuais? Muitas são as razões que podem levar as mulheres a enveredar por esta profissão e atribuir uma motivação específica inviabiliza a consideração das inúmeras possibilidades que trouxeram estas mulheres para esta ocupação.

Neste estudo, as mulheres que iniciaram sua atividade laboral, nos anos 70 e 80 do século XX, informam que as razões envolveram desde aspectos econômicos a questões que abarcam a busca de liberdade e autonomia feminina, indo na contramão de uma época em que há uma supervalorização do casamento e de uma vida idealizada feminina, que por sua vez, é reflexo da conjuntura em que essas mulheres cresceram, pois há uma criação de expectativas sociais de como as mulheres devem se comportar. Não podemos esquecer de que essas trabalhadoras foram criadas por mulheres que são oriundas da geração dos anos 50 e 60.

Em uma época em que havia a supervalorização da Instituição Casamento, uma trabalhadora aqui identificada como Dália⁶⁴ se opõe para conseguir a tão almejada *liberdade*, palavra que constantemente evoca em sua narrativa.

⁶³ BOURDIEU, Pierre, 1930- *Meditações pascalianas I Pierre Bourdieu*; tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. p. 172.

⁶⁴ Flor que simbolicamente significa perspicácia. “Ela pode ter diversas formas, tamanhos e cores. A dália, floresce por longos períodos de tempo, superando a maioria das outras flores do jardim.” Fonte:<<http://ohpinturas.blogspot.com/2012/05/significado-das-flores-dalia.html>>

Eu era muito presa, minha família, minha mãe não me dava liberdade! Eu queria liberdade e foi por isso que eu casei, mas eu não gostava do meu marido. Casei com 17, não chegou nem a um ano [risos] [...] eu não tinha minha [...] liberdade total. [...] Com 17 [...] eu conheci uma moça, ela me levou para o “La Hoje”, [...] Começou a arranjar uns programas pra mim. Aí, eu fiquei lá. Aí eu ia pra casa de programa, arranjava namorado pra curtir [...] Eu que quis, foi de livre e espontânea vontade.⁶⁵

Dália⁶⁶ relata que sua busca sempre se deu em torno de sua liberdade e autonomia feminina; enveredar por esse caminho, foi uma alternativa de prover seu sustento, de exercer sua sexualidade, de viver como queria e como bem entendesse.

Em contrapartida, sua colega de profissão, aqui nomeada como Margarida,⁶⁷ discorre como foi sua experiência de adentrar no circuito do comércio sexual, onde foi inicialmente inserida de forma não voluntária.

Casei com um homem 22 anos mais velho que eu, tinha 15, 16 anos, me botou na rua, lá eu fazia tanto programa que não aguentava mais [...] eu chegava em casa e ainda tinha que fazer sexo com ele, eu chorava e ele achava que era de prazer, mas era de raiva [...] Ele chegou assim e falou: Olha você é uma menina bonita, você tem charme e elegância; eu vou comprar um monte de roupa pra você e vou te deixar bem mais bonita do que você é! Só que você vai fazer um trabalho na rua. Perguntei: O que vou fazer na rua? E ele disse: Na hora certa você vai saber [...]. Quando ele comprou um monte de roupa, sapato, bolsa, maquiagem, essas coisas, ele disse: Agora é hora de saber o que você vai fazer.⁶⁸

A informante Margarida, expõe como foi a sua experiência de trabalhar no comércio sexual: desde muito nova teve seu corpo intercambiado por dinheiro, não entrou nesse universo de forma voluntária, mas em virtude de circunstâncias e vicissitudes da vida.

Diferente da sua colega de profissão, que iniciou sua atividade ocupacional de livre e espontânea vontade, Margarida entra forçadamente pelas circunstâncias concretas que se colocaram, onde era explorada sexualmente. Por escolha pessoal, permanece na profissão atualmente, sem intermediadores.

⁶⁵ Informante Dália, 65 anos, 2015.

⁶⁶ Informante Dália, 65 anos, 2015.

⁶⁷ [...] flor[...] frágil [...] se adapta a vários tipos de solo [...] simboliza a juventude, simplicidade e inocência. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/flor-margarida/>>

⁶⁸ Informante Margarida, 56 anos, 2015.

Importante observar que as motivações são diversas e, como foi dito anteriormente, vão desde a busca da liberdade e autonomia à sobrevivência financeira e de vida. Nesse sentido, há o cuidado com as generalizações de modo que perceber cada história significa ouvir cada experiência, entendendo cada trajetória.

Se as pessoas que exercem este ofício carregam marcas sociais pela profissão que exercem, uma vez que é um universo povoado de representações, o uso do próprio termo prostituição já envolve uma carga de significações que desqualificam as pessoas que atuam nessa atividade.

Hoje, utiliza-se a expressão *trabalho sexual*, que por sua vez, é ressignificado como uma possibilidade de vender a força de trabalho de forma independente. A partir dessa nova perspectiva, a trabalhadora pode ser autônoma nesse processo, decidindo as regras do serviço que será ofertado.

Destarte, as palavras têm dinamicidade e gradativamente vão ganhando novos significados. Se o campo léxico não é fixo, as práticas do cotidiano e de trabalho também vão se transformando e sofrendo influências de uma conjuntura.

Há muito que se discute sobre o trabalho sexual e se o mesmo é uma profissão ou não, inclusive sobre o uso de termos como prostituição e trabalho sexual, pois são várias as concepções e linhas de pensamento jurídicas adotadas no mundo por diferentes países frente à questão.

A corrente de pensamento predominante no Brasil e que reflete na legislação brasileira é o Abolicionismo, que por sua vez, objetiva propor o fim de todo tipo de exploração sexual, inferindo a mulher que vende a sua força de trabalho para prestação de serviços sexuais como vítima.

Desde os anos 1970 até os dias atuais, o movimento feminista tem discutido, sem chegar a um acordo, se essas pessoas têm ou não uma profissão. Um grupo feminista, conhecido como 'abolicionista' propõe o fim de todo tipo de exploração sexual, entendendo que considerar a venda de serviços sexuais como profissão irá, por sua vez, transformar as pessoas que exploram esse comércio (Proxenas de todo o tipo: sejam privados ou públicos) também em profissionais. Afirmam, ainda, que a reivindicação de regulamentação da atividade, como profissão, implicaria camuflar as violências físicas, psicológicas e de gênero, presentes nessa atividade, pois, colocadas na situação de objeto de prazer sexual, essas pessoas tornam-se alvo de violência. São reificadas a serviço da sexualidade irresponsável dos homens. Lembrem, ainda, que aqueles que pagam pelo sexo não são, geralmente, apontados e punidos, enquanto que as pessoas prestadoras

desses serviços são definidas por sua atividade[...] com diferentes denominações desqualificadoras[...]⁶⁹.

No Abolicionismo, corrente que é defendida por uma parte dos grupos feministas, entende que mesmo com a regulamentação da prestação dos serviços sexuais, seriam encobertas violências sofridas que são comumente vivenciadas pelas profissionais, uma vez que, são colocadas nesse contexto segundo esse discurso como objetos de prazer que estão a serviço do cliente, mercantilizando cada vez mais nesse processo os corpos femininos, reforçando a desigualdade de gênero. Além disso, os “cafetões” se profissionalizariam, legitimando a exploração sexual.

Vimos anteriormente que o Abolicionismo é a corrente que direciona essa questão no Brasil até os dias atuais, todavia, há uma pluralidade de perspectivas no âmbito do uso do corpo na prestação de serviços sexuais que difere da corrente dominante no Brasil, posição esta que defende que comercializar o corpo para estes fins é também vender a sua força de trabalho.

O outro grupo feminista, com uma posição diferente da acima mencionada, defende que este é um trabalho como outro qualquer, configurado a partir das reivindicações das prostitutas que, nos anos 1970, passaram a lutar contra a criminalização dessa atividade pelo estado e contra a perseguição dos policiais às mulheres. Estas lutam, portanto, ao lado das pessoas que se consideram ‘trabalhadoras do sexo’, contra as condições de exploração e a violência existente nessa atividade [...] Entre os seus argumentos está o estranhamento de que o capitalismo vem, há muitos séculos, enaltecendo formas de trabalho que exijam a utilização de diferentes partes do corpo: mãos, pés, bocas, pernas, cérebro, olhos, ouvidos, etc.; entretanto, interdita o genital como fonte de renda. Talvez assim proceda para construir uma separação entre os trabalhos considerados ‘vergonhosos’ e os considerados ‘honrados’ [...] ⁷⁰.

Esta perspectiva que prevê a regulamentação da profissão defende que assim como qualquer pessoa tem a possibilidade de vender a sua força de trabalho utilizando partes do seu corpo para realizar um ofício, não há motivos para desconsiderar o segmento dos trabalhadores sexuais que oferecem um tipo de serviço que também utiliza partes do corpo para ofertar a sua força de trabalho e conseqüentemente gerar renda.

⁶⁹ PEREIRA, Ivonete. “*As decaídas*”: prostituição em Florianópolis (1900-1940). – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 9-10.

⁷⁰ PEREIRA, Ivonete. “*As decaídas*”: prostituição em Florianópolis (1900-1940). – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 10.

Se para o capitalismo é espontâneo o emprego do cérebro, pernas e braços, para o exercício de uma profissão, não há motivos para que as genitais sejam excluídas como uma possibilidade de vender força de trabalho. Ainda, segundo este argumento, a regulamentação possibilitaria o acesso aos mais diversos direitos, tais como os trabalhistas que lhes assegurariam melhores condições de trabalho, deixando-as menos vulneráveis às vicissitudes do ofício, pois estariam protegidas juridicamente.

A regulamentação se colocaria como uma tentativa concreta de assegurar proteção a essas trabalhadoras que estão submetidas a todo tipo de abusos, principalmente quando não tem nada que regule a atividade e viabilize a fiscalização dos espaços onde ocorrerem o exercício do trabalho sexual.

As divergências são muitas em relação a considerar este ofício como profissão e os códigos morais têm grande influência nas instituições e legislação diante dessa discussão, especialmente no Brasil. Destarte:

[...] desfilam os códigos que regem a prostituição, códigos que enredam em uma teia social fina ‘homens de bem’ [“mulheres de bem”] e ‘mulheres públicas’. Todos [...] [concorrendo] para pôr em funcionamento formas de sociabilidade, fundadas na mercantilização da libido, do desejo e do prazer, nas quais se evidenciam a desigualdade entre os gêneros, a opressão feminina e a violência que lhe é intrínseca e subjacente.⁷¹

Desse modo, são esses códigos que tecem uma teia social em que há os “homens de bem”, as “mulheres de família” e as consideradas “mulheres públicas”⁷², que inseridas em um mundo caracterizado por marcadores sociais, trazem à tona a desigualdade entre os gêneros, a opressão feminina e a violência.

Portanto, devemos pensar e questionar como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas, porque elas se corporificam nas instituições que prestam serviços e elaboram políticas, bem como refletem nas falas do poder, aqui exemplificados, nas figuras do Estado e Imprensa.

⁷¹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.p. 16.

⁷² Segundo a autora Gail Pheterson (2009), o comportamento que sai do padrão e é considerado transgressor no universo do que é construído como ideal feminino em determinado contexto, pode provocar atribuição de marcas sociais negativas como a ‘puta’ ou ‘prostituída’ ocasionando sanções na sociedade dessa mulher, independente da profissão que exerçam, desde que estejam no espaço público, trabalhando, viajando sozinhas ou na companhia apenas de mulheres, sendo intituladas como “mulheres públicas”. Disponível em: PHETERSON, Gail. *Prostituição II*. In: *Dicionário Crítico do Feminismo/Helena Hirata [...] [et al.] (orgs.)*. - São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 204.

2.2 As prostitutas nas falas do poder: Imprensa e Estado

Nos anos 50, houve um movimento significativo no mundo contra o tráfico de seres humanos e atividade sexual comercial. A prostituição, nesse contexto, foi associada à exploração e como algo que feria a dignidade humana e “ameaçava a família, bem como a comunidade”. O ápice desse movimento foi a Convenção realizada para a repressão do Tráfico Humano e da exploração do sujeito para atividade sexual comercial elaborada pelas Nações Unidas.⁷³

Ainda na década de 50, o Brasil tornou-se signatário dessa convenção, adotando uma postura quase que bélica contra a prostituição em muitos estados de sua federação, tolerando o exercício da atividade sexual comercial em determinados territórios da cidade, onde era exercido o controle do ofício através do Estado via polícia.

[O Estado em um de seus aparelhos que se manifesta na] [...] polícia se instrumentaliza para atuar no controle da disciplina em vários setores da sociedade, e no que se refere à prostituição cria-se uma instância policial responsável pelo controle do tipo de estabelecimento, de sua localização e do comportamento das mulheres, que restringe seu direito de circulação no espaço público[...] Os territórios de prostituição se institucionalizam neste momento enquanto organizações de domínio da polícia, e as casas de tolerância, reconhecidas pela lei, passam a predominar enquanto estabelecimentos para desempenho da prostituição feminina.⁷⁴

Desde o século XVIII, o sexo segundo Foucault (1988)⁷⁵ torna-se caso de “polícia”, reforçando a regulação do sexo por via de discursos úteis que fortalecessem o papel do Estado na defesa não só de uma moralidade, mas também da atuação no controle de aspectos que compreendessem taxa de natalidade versus população e trabalho de maneira que o Estado saiba o que se passa com a sexualidade dos cidadãos, o uso que dela fazem, envolvendo nesse processo a construção de uma teia de discursos, de saberes, de análise e de regulações.

No livro *Lenocínio e Prostituição no Brasil*⁷⁶ dos anos 60, é feito um breve balanço do trabalho sexual em muitos estados no Brasil, onde eram levantados desde as

⁷³ LAGENEST, H.D.B. *Lenocínio e Prostituição no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1960. p.121.

⁷⁴ FELDMAN, Sarah. 1989. *Segregações espaciais urbanas- A territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo- FAU-USP, São Paulo, 1989. p.22

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.p. 26-28.

⁷⁶LAGENEST, H.D.B. *Lenocínio e Prostituição no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

motivações que levavam as mulheres a enveredarem por esse caminho, a postura do Estado com relação a essas mulheres, especialmente as que atuavam no baixo meretrício, reprimindo ou/e permitindo a atuação desse trabalho em determinadas áreas da urbe.

Em Manaus, seguindo o fluxo do que ocorria em diversas cidades pelo país, certas áreas eram tidas como inadequadas para o exercício da prostituição. As profissionais eram descritas pela Imprensa de forma pejorativa e como ameaça a “sociedade de bem amazonense”, representando perigo sobretudo às meninas que estudavam nas mediações do Centro da cidade, uma vez que, poderiam ser confundidas com as mulheres de “vida fácil” ou “influenciáveis” por essas mulheres para que entrassem nesse campo.

O Dr. Paulo Pinto Nery, chefe de Polícia do Estado, expediu ordens, na manhã de ontem, dando o prazo de sete dias para que as mulheres de vida fácil, que ocupam essas casas nas Ruas Itamaracá, Frei José dos Inocentes, Henrique Antoni e imediações, se retirem das casas que ocupam. A medida, como é do conhecimento público, visa terminar com o meretrício que impera no centro da cidade, em desrespeito à sociedade amazonense, mormente levando-se em consideração que nas imediações existem dois estabelecimentos escolares, num dos quais estudam senhoritas e quando as aulas terminam ficam sujeitas a ouvir gracejos e pilherias ofensiva por parte de homens embriagados, que procuram os antros de perdição existentes nas áreas supra-citadas.

⁷⁷

É com essa nota de jornal dos anos 60 referente a expedição de ordens proferida pelo político e chefe de polícia do Estado Paulo Pinto Nery ⁷⁸, que iniciamos a fala sobre o trabalho sexual feminino, especificamente na parte central da cidade de Manaus, que ainda hoje se coloca como um espaço de atuação de mulheres trabalhadoras do sexo.

⁷⁷ MERETRÍCIO não funcionará mais no centro da cidade. *O Jornal*, Manaus, 02 jun. 1964.

⁷⁸ Paulo Pinto Nery, no fim do Estado Novo (1937-1945) foi delegado-geral de polícia, em 1947, foi eleito deputado estadual pela UDN, ajudando a elaborar a constituição amazonense, servindo depois como líder do governo Leopoldo Neves. Eleito deputado federal em 1950 e reeleito no PSP em 1954, foi derrotado ao disputar o Palácio Rio Negro por Gilberto Mestrinho em 1958 e Plínio Coelho em 1962. Eleito vereador em Manaus, em 1964 retornou à chefia de polícia e foi escolhido prefeito de Manaus em novembro de 1965 pelo governador Artur Reis e mantido no posto por Danilo Areosa até 1972. Fonte: PAULO PINTO NERI. In: CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-pinto-neri>. Acesso em: 12 de jan. de 2015.

Não é de hoje, que o Centro e a Área Portuária se destacam como campos de ação dessas profissionais. Pinheiro (2015)⁷⁹, na obra *cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no Porto de Manaus* (1899 a 1925), comenta que na área portuária e seu entorno eram espaços privilegiados de prostituição, onde havia uma grande circulação de trabalhadores como catraieiros, carroceiros e os próprios estivadores.

A prostituição [...] atraía a atenção do estivador, tão limitado as opções de lazer. Não por acaso ela generalizou-se e enraizou-se no entorno da zona portuária, numa proximidade nada casual que evidencia, mais do que um envolvimento contínuo, uma cumplicidade entre essas atividades, sendo, inclusive, essa associação [...] corrente não só no imaginário popular como também no de segmentos sociais mais favorecidos e cultos. Em Manaus, as referências feitas as ruas Itamaracá e/ou Frei José dos Inocentes são sempre depreciativas e remetem imediatamente a essa temática.⁸⁰

A autora informa que a prostituição se enraizou nas adjacências da área portuária nesse período, na chamada “zona estragada”, como era identificado, aglomerando Cabarés, Cassinos, Casas de Tolerância e Pensões, onde as profissionais atendiam os trabalhadores, em sua maioria ligada às atividades portuárias.

Pesavento (2007)⁸¹ ao trabalhar as inferências das construções de sociabilidades e valores referentes a um imaginário urbano, discorre que determinados espaços são apropriados como territórios estereotipados na cidade, atribuindo características e uso de expressões que podem ser representadas como a denominada “zona estragada”, qualificando-as como áreas perigosas, marginais e que são caracterizadas por ser uma área de atuação das profissionais do sexo.

Com a constante movimentação de pessoas e fluxo comercial, o Porto propiciava um espaço em potencial para a grande circulação de trabalhadores, de pessoas e a oferta dos mais diferentes serviços, abrangendo inclusive os serviços “amorosos”, bem como a disponibilização de espaços de sociabilidade masculinos.

Santos Junior (2005)⁸², ao abordar a prostituição e pobreza na *Belle Époque* nos anos de 1890 a 1920, dá ênfase para o chamado baixo meretrício:

⁷⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus* (1899-1925). – 3.ed.- Manaus: FUA, 2015. p.71.

⁸⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus* (1899-1925). – 3.ed.- Manaus: FUA, 2015. p.71.

⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, Junho, 2007.

⁸² SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Pobreza e Prostituição na Belle Époque manauara: 1890-1917*. In: Revista de História Regional 10(2):87-108, Inverno, 2005. p. 88.

[...] desde os primeiros contatos com as fontes [...] percebeu-se que estavam estampados, nos Jornais de circulação da época outros perfis de mulheres, outros segmentos da prostituição, que nada lembravam o perfil historicamente consolidado da meretriz local. As fontes também demonstravam prisões, multas, reprimendas, repressão, vigilância e queixas direcionadas a segmentos da prostituição que não foram contemplados por parte da historiografia local, ou seja, eram mulheres não vistas e ouvidas pela História de Manaus da virada dos séculos XIX e XX.⁸³

O baixo meretrício convivía com a prostituição de luxo e delineava um dos elementos da cidade que compunham o cenário citadino em Manaus. No entanto, o que incomodava o poder público e a imprensa era a prostituição que acontecia no baixo meretrício.

Eram nas Ruas Itamaracá, Estrada Epaminondas e Frei José dos Inocentes, com seus inúmeros bares, botequins e pequenos hotéis de 3º classe, ‘casas de tolerância’, [...] onde, segundo as autoridades, ‘reuniam-se indivíduos de toda casta’,[...] a prostituição se mostrava de forma mais explícita, com menor intensidade em outras áreas.⁸⁴

Observamos que no decorrer do tempo a área central da cidade se sobressai como um dos campos espaciais de atuação dessas trabalhadoras, em virtude principalmente de estar próxima de uma área portuária e de intenso comércio, favorecendo uma concentração masculina considerável.

A presença da atividade sexual comercial nesse território era uma constante e permanece até os dias de hoje, resistindo às tentativas do Poder Público de controlar a atividade nesta área.

A exemplo do que aconteceu *no primeiro e segundo ciclo da borracha*⁸⁵ e anos posteriores com a zona franca, houve uma circulação comercial e movimento migratório

⁸³ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Pobreza e Prostituição na Belle Époque manauara: 1890-1917*. In: *Revista de História Regional* 10(2):87-108, Inverno, 2005. p. 88.

⁸⁴ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Pobreza e Prostituição na Belle Époque manauara: 1890-1917*. In: *Revista de História Regional* 10(2):87-108, Inverno, 2005. p. 94.

⁸⁵ O primeiro e o segundo ciclo da borracha estão relacionados a momentos específicos da história econômica e social do Brasil, no que diz respeito a extração de látex da seringueira na Amazônia e sua comercialização. O Primeiro Ciclo situa-se no final do século XIX e no início do século XX. Segundo Edineia Mascarenhas Dias (2007), foi nesse período que Manaus sofreu seu primeiro processo de urbanização em virtude dos investimentos propiciados pela acumulação de capital via economia gomífera na Amazônia. “Embelezar e modernizar Manaus foi o grande objetivo dessa época. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para imigração, o capital e o consumo. “ Ver em: DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto- Manaus 1890-1920*. 2.ª. edição- Manaus: Editora Valer, 2007. p. 18/ O Segundo Ciclo por sua vez, ocorreu entre os anos de 1942 a 1945, durante o contexto da Segunda Guerra Mundial. Em 1941, o governo brasileiro fez um acordo com o governo norte americano

intenso para a cidade de Manaus. Tentando uma vida melhor, muitas pessoas apostaram a vida nessa cidade, reconfigurando no espaço citadino a criação de ambientes de sociabilidade para os trabalhadores. O que antes era caracterizado pelas casas de tolerância e pensões, anos mais tarde transformam-se em Bares, “Bregas”, Hotéis e Lupanares.⁸⁶

Segundo Lená Menezes de Medeiros (1992)⁸⁷, a atividade sexual comercial, bem como o lenocínio são tão antigos quanto a história ocidental. Porém, sua estrutura e funcionamento mudam de acordo com as condições históricas específicas em meio a rupturas e permanências.

A existência das profissionais do sexo coexiste com as concepções que reforçam a imagem de uma mulher a qual deve ser submissa, com a missão de criar os filhos, ter papel central na família e no espaço privado. De tal modo, tudo que fugisse a esse padrão, transgredindo as regras do jogo social, colocavam-nas na fileira de mulheres “não direitas”, pois eram consideradas como mulheres de caráter duvidoso, reforçando estereótipos em torno da mulher, em maior grau, as que são oriundas de classe mais pobre e que viviam na contramão do que era representado como ideal feminino.

As representações construídas em torno da mulher como ideais, se encaixam na perspectiva de Chartier (1990)⁸⁸, quando as representações são apreendidas como classificações e divisões que organizam a captação do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis de acordo com as aspirações dos grupos ou classes sociais e anseiam pela universalidade. As representações não são discursos neutros e se expressam nas falas do poder que produzem e reproduzem estratégias com a finalidade de estabelecer uma autoridade para legitimar a difusão de padrões que são considerados e percebidos como ideal, devendo gerar práticas ideais.

José D'Assunção Barros, no texto intitulado *História Cultural: um panorama historiográfico e cultural*⁸⁹, discorre que, segundo Chartier, a cultura pode ser

para extração de látex na Amazônia. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha/>>. Acesso em: 14 mar.2017.

⁸⁶ Ver a dissertação: PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

⁸⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)* – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 22.

⁸⁸ CHARTIER, Roger. *Introdução*. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

⁸⁹ BARROS, José D'Assunção. *História Cultural: um panorama historiográfico e cultural*. Disponível em:< <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>. > Acesso em: 15 junh. 2016.

examinada na relação entre práticas e representações, correspondendo aos modos de fazer e perceber.

As representações construídas acerca da mulher geram práticas. Estas conseqüentemente motivam representações que refletem em um conjunto de gestos e atitudes em que não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas ou se em determinadas representações.). Dessa forma, as representações construídas acerca da mulher geram expectativas e performances sobre a conduta ideal feminina.

Arquétipos dessas concepções podem ser expressos em jornais nos anos 70 do século XX, que trazem matérias atinentes ao trabalho sexual em Manaus, de forma pouco clara em parte das publicações, mas que transmitem e reforçam os pressupostos dominantes da ordem masculina hetero normativa branca cristã.

[...] a liberação sexual para jovens; cujo instinto natural seria o de constituírem família; acaba determinando pela prostituição; seríssimos problemas de doenças mentais segundo [...] pesquisadores norte – americanos. Recentes informações [...] demonstram [...] elevada incidência de doenças venéreas [...]. Sobretudo em adolescentes em consequência do uso das pílulas anticoncepcionais. Estes dados merecem; pois; ser devidamente destacados, como também o papel que a pílula exerce, no desenvolvimento do amor livre e a conseqüente deterioração de nossa juventude. Desta forma; consegue-se desagregar a estrutura das futuras famílias; que deverão constituir os alicerces da Civilização Cristã do dia de amanhã.⁹⁰

Ao ler este trecho de um jornal dos anos 70 do século XX, devemos considerar para fins de análise que nesta época simultaneamente os movimentos feministas no Brasil estavam ganhando força, ao lado de outro movimento que se posicionava contra o processo de emancipação da sexualidade da mulher, inferindo de forma negativa o uso da pílula anticoncepcional, que possibilitava exercer o sexo sem a finalidade de procriar e que buscava unicamente o prazer, independentemente de estar casada ou não. Portanto, a chamada revolução sexual ameaçava o que era preconizado como padrão de mulher ideal.

A tão propalada revolução sexual total para a mulher é um mito uma tremenda falsidade. Prostituição não é liberdade; é promiscuidade e

⁹⁰ PROFESSOR Haddad mostra risco no uso dos anticoncepcionais. *Comércio do Amazonas*. Manaus, 19 fev. 1970.

baixeza. Lembre-se da decadência do Império Romano; e irmão; abram os olhos. Há uma frase antiga e verdadeira: ‘O mundo inteiro não vale meu lar’; E uma mãe instruída e conhecedora da vida criará grandes filhos e filhas; sem; nem por isso deixar de viver e de ser gente. Não acham? ⁹¹

As imagens em relação à mulher e, em especial, a sua sexualidade, a exemplo dos jornais compartilhados neste texto, são sempre providenciadas a partir de discursos carregados de disposições que visam à manutenção do *habitus* predominante, naturalizando falas que as oprimem e as restringem em suas escolhas, atribuindo às mulheres que fugiam dos padrões, o julgamento negativo em relação a seus comportamentos, as suas escolhas pessoais e profissionais, pois eram vistas como transgressoras de uma ordem.

Respectivamente a essas representações, a Manaus anterior aos anos 70 do século XX, era uma cidade provinciana, mas que ao final dos anos 60 em diante passa a vivenciar com a industrialização uma nova ressignificação que remodelou o espaço urbano, conferindo a vinda de pessoas de diferentes localidades que buscavam alternativas de trabalho.

Essa nova racionalidade capitalista transforma a cidade de Manaus. A modernidade trazida pelo processo de industrialização afeta rapidamente o mundo da vida cotidiana dos amazonenses. A fisionomia da cidade modifica-se com o processo de industrialização. O espaço urbano ganha uma outra visibilidade, com o crescimento populacional e com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade. ⁹²

A remodelação da cidade de Manaus transformou a ordem estrutural do espaço citadino nas décadas de 70 aos anos 2000, o que acabou por refletir principalmente no aumento populacional no espaço urbano, conforme demonstra o gráfico produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

⁹¹ PROFESSOR Haddad mostra risco no uso dos anticoncepcionais. *Comércio do Amazonas*. Manaus, 19 fev. 1970.

⁹² SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: Desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*. - Manaus: EDUA, 2005. p. 29.

Gráfico 1 – População urbana e rural no Estado do Amazonas

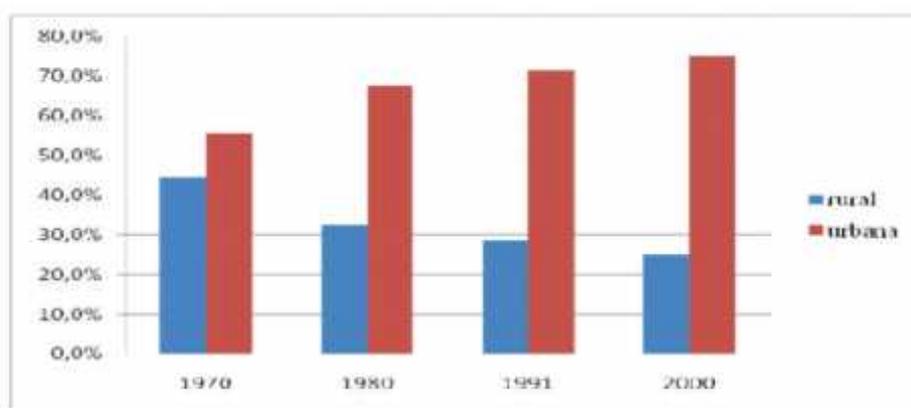


Gráfico 1 – População urbana e rural no Estado do Amazonas
 Fonte: IBGE/PNUD, 1970, 1980, 1991, 2000.

Fonte: IBGE/PNUD, 1970, 1980, 1981, 2000

A implantação do PIM inaugura um novo período econômico na região. Ao analisar as mudanças da cidade de Manaus a partir dos anos 1980, nota-se o surgimento de uma classe média mais numerosa, o acirramento das desigualdades sociais, o crescimento vertiginoso da violência urbana, o estrangulamento da malha viária, a intensificação da sensação de insegurança, a degradação ambiental com o significativo crescimento da produção de resíduos sólidos, entre outras expressões desses desequilíbrios.⁹³

Notamos, de acordo com os dados, um crescimento populacional expressivo na cidade, comparado à zona rural. Com o aumento demográfico que sucede a década de 70 e a consequente falta de ingresso a postos de trabalho para todos que migram para a cidade, o acesso aos mais diversos serviços básicos fica comprometido e não consegue suprir este contingente populacional que cresce no decorrer das décadas, resultando em um quadro de amplificação das múltiplas expressões da questão social.

Novas classes sociais [...] e novas formas de sociabilidade se engendram. Um novo proletariado urbano, majoritariamente composto por trabalhadores que migram do mundo rural, dão uma nova configuração a cidade de Manaus, que se torna a cidade para o capital. Nessa conformação- o espaço urbano e suas contradições – a ordem capitalista recém instalada engendra um caos urbano. A riqueza e a pobreza justapõem-se, numa estranha mistura[...] Os trabalhadores urbanos pré-existent, remanescentes do extrativismo da borracha, e aqueles que se encontram desempregados vão somar-se, na década de 70 e 80, aos novos excluídos do processo produtivo e constituir-se na superpopulação relativa, com o seu exército de reserva, que se entrega a toda sorte de atividades no setor informal, em busca de estratégias

⁹³ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: Edua, 2003.

de sobrevivência, mas também da mendicância, da violência, da criminalidade, enfim, compondo um cenário urbano sombrio ⁹⁴.

Observamos que nos anos 70 e 80, há um crescimento considerável do trabalho informal, uma vez que nem todos conseguem inserir-se no mercado de trabalho, lançando mão de estratégias para manter o sustento e sobrevivência na cidade. A esse respeito, Andrade (2012)⁹⁵ argumenta que os problemas sociais agravam-se com a falta de proteção ao trabalhador que passa a ter no mercado informal uma alternativa de prover o seu sustento sem nenhuma garantia trabalhista e previdenciária.

Concomitante ao processo de industrialização promovido pela Zona Franca em Manaus, o Brasil passou por um golpe militar que durou 21 anos e foi marcado pela censura e violência em suas múltiplas manifestações. O Golpe Militar que implicou na violação dos direitos civis e humanos, implantou no país um regime que materializou situações de censura, cassação de direitos políticos, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e exílio, tencionando as relações entre Estado e população. Nesse processo, também se intensificou a vigilância e a disciplinarização da moral e costumes.

[...] a história do Brasil entre 1964 e 1985 não se restringe à história da ditadura militar. Em relação ao problema da censura de diversões públicas, por exemplo, sobrelevam, evidentemente, os conflitos entre setores mais conservadores da sociedade de então e questões referidas às mudanças comportamentais (como o movimento hippie, a liberalização das práticas sexuais e as manifestações artístico-culturais das 'vanguardas').⁹⁶

É em meio a esse contexto, o policiamento de comportamentos intensifica-se, constituindo-se como parte integrante da estratégia do aparelho estatal para exercer a vigilância perante o corpo social. Desse modo, o controle e a vigilância dos sujeitos, especialmente àqueles que estavam fora do mercado formal de trabalho, eram elementos que estavam presentes no cotidiano juntamente com as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Com o crescimento urbano industrial, a cidade alarga-se e novos bairros periféricos vão tomando forma, dando margem para o surgimento de novos espaços de

⁹⁴ SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: Desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*. - Manaus: EDUA, 2005. p.30.

⁹⁵ ANDRADE, Aldair Oliveira de. *Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais*. In: Somanlu, ano 12, n. 2, jul./dez. 2012. p. 94.

⁹⁶ FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. In: Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. p. 38.

sociabilidade e lazer, tais como Prostíbulos e Bares que até então concentravam-se no Centro da cidade. Esses espaços com o tempo, foram segregados para áreas mais distantes, sendo constantemente vigiados e controlados, conforme ilustra a nota de jornal abaixo:

Os agentes da Delegacia de Ordem Política e Social iniciaram ontem a guerra aos marginais [...] e [...] detenção de desocupados que pervertem a vida noturna da cidade. Só ontem o DOPS conseguiu prender 18 elementos que não portavam carteiras de identidade [...] e apreendeu mais de 53 facas, além de diversos punhais, canivetes e luvas de ferro. – Ninguém mais vai andar sem documento na rua, disse o Delegado Manoel Freire, de Ordem Política e Social. AS MERETRIZES: A noite o comissário José Matias vem empreendendo batidas visando as transferências das meretrizes para outro local distante da cidade. A mundana que for agarrada fazendo ‘tratoir’ [buscar clientes na rua, o caminhar que as prostitutas fazem quando ficam à espera de seus clientes.] no centro será metida no xadrez, sendo que as detenções variam diariamente nas diversas sub-delegacias de Polícia dos subúrbios[...] maconheiros e prostitutas se misturam para perverter a ordem a noite.⁹⁷

O Centro nas cidades é o local em que ocorrem a interação entre diferentes elementos funcionais que expressam as relações comerciais e econômicas, bem como formas de trabalho e sociabilidades. De acordo com Villaça (2001) apud Kneib et al. (2011)⁹⁸ o Centro é considerado um dos elementos principais da estrutura espacial urbana, pois comporta uma aglomeração de empregos e comércio de diversos produtos e serviços.

O centro, nesse sentido, funciona como ponto espacial estratégico da urbe, por isso é visado e controlado, tanto pelo Poder Público quanto pela Imprensa que tendem a reforçar as ações de vigilância e repressões operadas, em particular, contra as pessoas marginalizadas pela sociedade e pelo mercado do trabalho formal que circulavam naquela área. Logo, as pessoas que não portavam documentos oficiais eram repreendidas pelo Poder Público e Imprensa, pois atribuíam o status de não “cidadãos” a esses sujeitos, como nos leva a inferir a nota de jornal acima.⁹⁹

⁹⁷ DOPS inicia guerra a marginais armados. *A Crítica*, Manaus, 06 out. 1969.

⁹⁸ KNEIB, Erika Cristine; SILVA, Paulo Cesar Marques da. Centralidades urbanas e geração de viagens: análise hierárquica no contexto do planejamento de transportes. In: XXV ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes – Belo Horizonte – MG- 07 a 11 de novembro de 2011.

⁹⁹ Importante situar que foi no contexto do Estado Novo (1937-1945), que o Brasil assistiu à criação da chamada Lei da vadiagem. Villela (2014) reflete que em um país com históricos problemas de desemprego, em particular para a população de renda baixa e pouca escolaridade, a legislação previa a punição por ociosidade de uma pessoa considerada apta a trabalhar. Essa lei, criada no Governo Vargas e que exercia a repressão a “vadiagem” foi utilizada, em muitos casos, como instrumento para encobrir o

A nota de jornal traz o enfoque para o que chama de: “[...] a detenção de desocupados que pervertem a vida noturna da cidade. ”¹⁰⁰ Declara-se guerra às pessoas que são vistas como “perigosas”.

Segundo o olhar normalizador do jornal, do jornalista e dos agentes da polícia, as pessoas que são consideradas “ameaçadoras” se encaixam nos grupos denominados de “Marginais”, “Desocupados” e “Meretrizes ” que deveriam ser combatidos e reprimidos. Dessa forma, há um movimento no sentido de redirecionar Prostitúlos, Bares e Trabalhadoras sexuais que atuavam nas ruas para bairros mais afastados do Centro da cidade.

[...] o ‘olhar normalizador’ ‘do exame’, a maneira de observar e apresentar a realidade [...] era distorcida e dominada pela intenção prévia de focar certos indivíduos [...] seus comportamentos virtualmente ‘perigosos’ para os salientar entre a população em geral e combatê-los .¹⁰¹

Marocco (2004)¹⁰² argumenta que os jornalistas, ao representar esses sujeitos, recorriam ao “exame” e à “classificação” para desenvolverem uma retórica de combate às pessoas consideradas “marginais”. Os jornalistas não ouviam os sujeitos que tomavam como objeto de exame, apenas realizavam uma coleta de informações alheias, sem buscar o que de fato havia ocorrido, e assim declaravam guerra ao que era considerado marginal na sociedade.

Os jornais em seus títulos, boa parte das vezes, anunciam uma postura bélica que travava uma batalha diante da prostituição, que por sua vez, era abordada como “caso de polícia”. Em uma das notícias de jornal no final dos anos 60, observa-se a existência de locais de prostituição em outros bairros que não correspondiam as áreas adjacentes ao centro da urbe que se localiza na zona sul da cidade de Manaus.

abuso de poder da polícia nas prisões efetuadas para averiguações. O autor discorre que até meados da década de 70 e 80, era rotineira a autuação nas delegacias e prisão de pessoas que não estavam portando documentos. “Policiais que faziam a ronda diária pelas ruas [...], levavam de camburão as pessoas ‘flagradas’ sem documentos para a autuação nas delegacias. Lá eram enquadradas por infração ao artigo 59 da Lei de Contravenções Penais. ” (VILLELA, 2014) Leia mais: VILLELA, Gustavo. *Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune ‘vadiagem’ com prisão de três meses*: Num país com histórica falta de trabalho para pobres, há 75 anos pessoas sem documentos passaram a ser presas como ‘vadias’. Em 1975, ‘crime’ era o 2º. mais praticado. Rio de Janeiro, 04/12/2014. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298#ixzz5eFPmDJGR> stest>. Acesso em: 01 de jan.de 2017.

¹⁰⁰ DOPS inicia guerra a marginais armados. *A Crítica*, Manaus, 06 out. 1969.

¹⁰¹MAROCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. Editora Unisinos, 2004. p.35.

¹⁰²MAROCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. Editora Unisinos, 2004. p.35

Bairros pertencentes a outras zonas da cidade dão sinais de sua existência, conforme intitula a matéria dessa nota: “Guerra aos prostíbulos da Compensa”¹⁰³.

Mais um prostíbulo foi fechado. Desta vez foi no Bairro da Compensa, onde o delegado Luís Lima, atendendo a uma queixa feita pelo cidadão Paulo Rodrigues, mandou lacrar o ‘ninho’ pertencente à mulher Francisca das Chagas, a ‘Chaguinha’. Localizado na Rua Santa Luzia, esquina da Três de Outubro, a aparência era de uma casa comum, respeitável, ‘mas tinha dia que se faziam filas para utilizar os quartos’ frisou o policial ‘Louro’, que comandou os agentes no trabalho de fechamento. TABELA: ‘O grande movimento era nos finais de semana, quando a turma estava cheia da ‘nota’ e nem dava tempo para limpar as camas ou os quartos’, continuou o policial. Na entrada da casa, uma tabela definia os preços: ‘Colchões de molas, Cr\$10,00 a hora’ ‘Colchões de palha, Cr\$ 5,00 a hora’. E como estava indo de vento em popa ‘Chaguinha’ já havia mandado construir outros quartos, que se encontram em fase final para serem utilizados pelos fregueses, mas a polícia estragou tudo. O cidadão que apresentou a queixa, explicou aos policiais que a falta de pudor, os palavrões e as brigas constantes estavam colocando as famílias em polvorosa, pois não havia noite que uma briga grande não surgisse, acompanhada de palavrões. ‘Mas o maior perigo era de nossas filhas e mulheres serem agarradas pelos usuários do bordel, que embriagados faziam ‘propostas’ e muitas vezes partiam para a agressão [...]. FIM DO CRIME: Na delegacia, a proprietária do prostíbulo disse que o advogado José Lima, de quem é cliente, lhe recomendou que ‘deixasse o ambiente limpo nos fins de semana [...]’ ‘O nosso trabalho contra os infratores da lei é grande, mas temos certeza que venceremos. Já sentimos um clima de tranquilidade no bairro, com a aceitação de nossa atividade pelos cidadãos de bem, mas os elementos como esta mulher, sentirão todo o rigor da lei, pois vamos dar um fim ao império do crime que era a Compensa, antes de nos estabelecermos aqui’, explicou o delegado Luís Lima¹⁰⁴.

Nesse fragmento de jornal, o que nos chama a atenção é o discurso de combate ao lenocínio dos agentes que vão ao local para repreender as trabalhadoras e fechá-lo. Em dado momento, o Policial que comandava a operação denominado “Louro” revela detalhes de como funcionava a casa, quando ele informa quais eram os dias de maior movimento e quando discorre sobre a dinâmica desse espaço de sociabilidade masculino. Isso nos mostra quão os membros da justiça e do aparato estatal eram também frequentadores desses espaços. Assim, ao mesmo tempo, em que vigiavam e puniam, se faziam valer do “mal necessário” de quem sobrevivia da “difícil vida fácil”.

Também nos chama a atenção a preocupação com as mulheres que viviam próximas às imediações do prostíbulo, pois era urgente para os moradores do gênero

¹⁰³ GUERRA aos Prostíbulos da Compensa. *A Notícia*, Manaus, 06 nov. 1969.

¹⁰⁴ GUERRA aos Prostíbulos da Compensa. *A Notícia*, Manaus, 06 nov. 1969.

masculino, proteger suas filhas e mulheres dos perigos eminentes de frequentadores tomados pelo álcool e lascívia.

Nesse contexto, o trabalho sexual é cada vez mais marginalizado, especialmente o feminino e praticado por mulheres oriundas das classes populares. Sua presença gerava incômodos e os espaços de atuação eram deslocados para áreas mais afastadas. Conseqüentemente, as trabalhadoras nesse processo, se movimentavam para continuar a exercer sua atividade laboral.

O centro da cidade passou a escandalizar as famílias cristãs, [...] compondo a paisagem de uma cidade em rápida transformação [...] dos costumes, determinando a busca de soluções que pudessem disciplinar o prazer, condicionando-o a determinadas, regiões [...] ¹⁰⁵

Novos bordéis vão sendo criados e ficando cada vez mais distantes da área central da cidade, instalando-se na “estrada” ¹⁰⁶. “Ituassú, ” “Lá hoje”, “Verônica”, “Ângelos”, “Iracema”, “Piscina Club”, “Rosa de Maio”, “ Maria das Patas” e “Saramandaia, são alguns dos locais de sociabilidade masculino instituídos entre as décadas de 60, 70 e 80 do século XX na capital do Amazonas. Entretanto, mesmo com o condicionamento de áreas longínquas na cidade para o exercício do comércio sexual, persistia no centro de Manaus, mesmo que de forma clandestina, o funcionamento de bares e bordeis, conforme a divulgação da nota de jornal abaixo veiculada no início dos anos 60:

[...] recentemente, foram fechados [...] pela Delegacia de Segurança Política e Social todos os rendez-vous e dancings, localizados no centro da cidade [...] apesar disso, nesses últimos dias, alguns desses bordeis vinham funcionando furtivamente, burlando a vigilância da Polícia. A propósito, nossa reportagem procurou ouvir, ontem, o Sr. Walter Rodrigues, que exerce, eventualmente as funções de Delegado de Segurança Política e Social, [...] [que] nos informou: - ‘Os lupanares do Centro da cidade continuarão fechados. Os que se insurgirem contra essa determinação da DSPS serão exemplarmente punidos. A Polícia está de atalaia para os desrespeitadores da ordem pública’. FISCALIZAÇÃO RIGOROSA – interpelado sôbre se a DSPS, com efeito, estava [...] fiscalizando com rigor os conventilhos interditados, retorquiu o Delegado Walter Rodrigues: - ‘ A Polícia está vigilante nas suas funções. Aliás ontem mesmo, de ordem do dr. Paulo Nery, Chefe de Polícia, processamos uma [...] batida em todas

¹⁰⁵ PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. p. 54.

¹⁰⁶ Expressão utilizada para designar áreas mais distantes.

as casas de tolerância que foram fechadas. Como decorrência disso, foram fechados novos bordéis de pequena monta'. COMBATE AO LENOCÍNIO – Indagamos do senhor Walter Rodrigues se essa campanha contra o lenocínio se circunscreve tão somente ao fechamento puro e simples das casas suspeitas, ao que redarguiu: - 'O dr Paulo Nery está seriamente interessado no combate ao lenocínio, porquanto essa campanha não se restringe exclusivamente no fechamento dos dancings. As rondas que constantemente efetuamos nessas casas, [...] fazem parte do plano de guerra: prostituição, Batidas e rondas estão sendo feitas, visando a tolher a expansão da prostituição'. E finalizou o Delegado: - 'A polícia está atenta sob o comando do dr. Paulo Nery.¹⁰⁷

Observamos nos jornais do período estudado, percepções que estão por trás do discurso de combate ao lenocínio. Permanece a visão da mulher como um ser desprotegido que demanda “certos cuidados”, dependendo de ações do poder público para proteger a honra das “mulheres de família” e “mulheres honestas”.

Outro aspecto a ser analisado é a transferência para áreas mais afastadas da prostituição exercida nos bordéis mais populares e das trabalhadoras que atuavam nas ruas, pois era o que incomodava o Poder Público e a Sociedade. Vista como ameaçadora, a prostituição no baixo meretrício era associada à criminalidade e à violência, muito diferente do que acontecia em outros espaços em que havia a atividade sexual comercial de luxo que ocorria em lugares como o Acapulco¹⁰⁸ e que continuavam funcionando .

A Imprensa foi um dos veículos utilizados para construir opiniões, reforçar pressupostos que avigorassem modelos ideais de cidade que envolvessem a urbanização e a limpeza moral da urbe. Não é ao acaso que é frequente a exposição de como as mulheres devem se comportar ou não.

Para Pereira (2004)¹⁰⁹, a Imprensa, ao conferir o espaço nas notas policiais às trabalhadoras sexuais, teve como intenção maior divulgar um modelo que não poderia ser seguido pelas “mulheres de bem”.

Verificamos também que mesmo com as ações repressivas que objetivavam a manutenção da ordem pública e disciplinarização do prazer, o chamado Baixo

¹⁰⁷ PROSTÍBULOS continuarão fechados. *O Jornal*, 09 jun. 1964.

¹⁰⁸ Clube de luxo que começou a funcionar em 1958 e encerrou suas atividades na década de 70, possuía um cassino, bar e restaurante, frequentado pela nata da sociedade manauara. Na década de 70 não ostentava todo o luxo de seus anos iniciais. Informações disponíveis em: O CLUBE ACAPULCO DE MANAUS. In: Blog do Rocha, 2016. Disponível em: <http://jmartinsrocha.blogspot.com.br/2016/05/o-clube-acapulco-de-manauas.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

¹⁰⁹ PEREIRA, Ivonete. “As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 9-10.

Meretrício, desde o final do século XIX e início do XX, permanece vivo no Centro da cidade de Manaus:

Rua Itamaracá e em suas adjacências desde século XIX [...] [servindo] às classes de menor poder aquisitivo. Os homens com médio e alto poder aquisitivo, no final dos anos 1990, voltaram a procurar um novo local, não só para a prática de sexo pago, mas também de sociabilidade dentro [...] de Manaus, surgindo desta forma, no centro da cidade, mais precisamente na Rua Lobo D'Almada, diversas boates que exibiam *Streep tease* e ofereciam prostitutas para seus fregueses, tendo como pioneira, a boate *Rêmulos*.¹¹⁰

A Praça da Matriz, que abriga uma igreja e um terminal de ônibus em suas mediações, localizada no Centro da cidade, também se coloca como um dos espaços conhecidos pela atuação das trabalhadoras sexuais, o que por sua vez, está relacionado à intensa circulação de pessoas, especialmente de homens que em boa parte trabalham nas proximidades do centro, como estivadores, comerciantes, industriários e turistas que visitam a cidade.

É importante pensar que o Centro enquanto um espaço estratégico na cidade, comporta um conjunto de relações sociais construídas cotidianamente pelas pessoas que lá circulam, trabalham e que consomem mercadorias e serviços. Nesse sentido, por ser um ambiente de grande fluxo de pessoas, lugares de sociabilidade são criados, inclusive para oferecer serviços “amorosos”. Assim sendo, não é um dado novo na contemporaneidade que a prestação dos serviços amorosos, ainda façam parte da realidade da cidade, guardadas as devidas especificidades de cada conjuntura.

Dos Cabarés, Prostíbulos, Ruas e das Ruas a Bares, Bregas e Motéis, as mulheres exerceram e continuam atuando em uma das atividades tidas no senso comum como a mais antiga de todos os ofícios.

Mas, afinal quem são essas mulheres que atuam na profissão no recorte temporal que estudamos? Perguntar é saber questionar e compreender à luz da reflexão sobre a construção social do gênero que os estigmas explicitamente dirigidos às profissionais do sexo são dirigidos implicitamente a todas às mulheres.

Nesse sentido, faz-nos refletir sobre como se dá a organização sexual e de gênero na sociedade, pois é a partir de classificações e da legitimação dos

¹¹⁰ PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. p. 54.

comportamentos que se fazem presentes nas falas do poder, que podemos compreender as ações empreendidas pelo Estado e analisar o conteúdo moralizador na Imprensa, por meio da veiculação de suas notícias, sobretudo, dirigido às trabalhadoras sexuais que são publicadas principalmente nas páginas policiais.

Portanto, quem são essas trabalhadoras, representadas de forma negativa ou pejorativa nos jornais e que frequentemente são noticiadas nas páginas policiais? Quem são essas mulheres que estão presentes no imaginário das pessoas, despertando a curiosidade, estigmas, compaixão, condenação e desejo? Por onde ressoam suas vozes?

3 ENTRE AMOR, SEDUÇÃO, TRAIÇÃO E VIOLÊNCIA: ASPECTOS DO COTIDIANO DAS MULHERES POPULARES DE MANAUS

Toda a mulher é flor
 E algum desavisado irá dizer:
 ‘Sim, elas são um poço de fragilidade’.
 Não, definitivamente não:
 As flores persistem,
 Resistem ao frio que afasta a vida,
 Resistem aos duros golpes das tempestades,
 Ao calor que agride.
 Toda a flor é uma selvageria,
 Alma exposta em pétala,
 Delicadeza indomada
 Que perfura o mundo.
 Por isso eu digo:
 Toda a mulher é flor.
 Pela fragilidade e beleza?
 Não! Pela selvageria de resistir sem perder a ternura

Zack Magiezi ¹¹¹

Muitas são as representações acerca de quem exerce a atividade da prestação de serviços sexuais. Parte dos estudiosos que se dedicam a este campo de pesquisa, tecem as suas análises desconsiderando a voz desses sujeitos. Assim, como contemplar esses sujeitos que compõem esse universo plural e ao mesmo tempo assombrado por estereótipos? Oportunizar o relato de suas experiências e trajetórias de vida, podem significar estudos mais ricos que tragam o cotidiano mais próximo da realidade vivida por estas trabalhadoras permeadas de histórias ardidadas e ardentes.

A história oral apresenta-se como uma possibilidade, porque as fontes orais se colocam como capaz de captar a “outra história”, aquela que não é contada pelas fontes oficiais. Desse modo:

A contribuição que estas fontes representam para o estudo de grupos até então negligenciados nos documentos oficiais e por uma lógica de pesquisa que não os levava em consideração levou os historiadores que se interessavam pela história das chamadas minorias (imigrantes, trabalhadores, mulheres, crianças, idosos) [trabalhadoras sexuais] a

¹¹¹ Conhecido nas redes sociais, por escrever poemas curtos datilografados que falam sobre sentimentos, amores e perdas.

utilizar as fontes orais como uma possibilidade de reconstituição da trajetória destes grupos.¹¹²

As fontes orais propiciam ouvir grupos que até então eram excluídos da chamada história oficial. Nesse aspecto, este tipo de fonte constitui-se como um elemento revolucionário, na medida em que, ao se abordar o conjunto de experiências da vida de uma pessoa, há uma busca, segundo Meihy (2005)¹¹³ pela versão que cada sujeito traz, a partir das experiências que foram vivenciadas. Logo, os sujeitos são vistos como colaboradores no processo da pesquisa.

Nesse sentido, esta seção pretende abordar alguns dos aspectos presentes no cotidiano dessas trabalhadoras. Aspectos como a entrada na atividade sexual comercial, independência feminina, saúde e as vicissitudes do trabalho, nos permitirão traçar um breve panorama a partir desta perspectiva.

Traçaremos um paralelo de elementos que estavam presentes nos anos iniciais de sua inserção no universo do comércio sexual aos dias atuais, onde são veteranas nesse mercado. Abriremos com a fala de Dália¹¹⁴.

Eu era muito presa. Minha família, minha mãe não me dava liberdade! Eu queria liberdade e foi por isso que eu casei, mas eu não gostava do meu marido. [...] casei com 17 anos [...] não chegou nem a um ano [risos] [...] não dava certo, ele não deixava eu sair, eu queria ir pra festa, [...] eu não tinha minha [...] liberdade total. Ele [...] falava [...] que eu era jovem, que ele tinha ciúme. Deixei ele, fui eu que deixei! [...] eu não queria mais mesmo! Eu era jovem! Bonita! 17 anos! Era um bebê né! [...] Com 17 mesmo [...] eu conheci uma moça, ela me levou pro “La Hoje” [...] Começou a arranjar programas pra mim. Aí, eu fiquei lá. Aí, eu ia para casa de programa, arranjava namorado, para curtir [...] eu que quis, foi de livre e espontânea vontade. Minha família daqui veio atrás de mim. Eu disse que não! A vida era minha, então eu não dependia de parentes [...]¹¹⁵

Dália nasceu em Manaus, morou por um tempo em um município do Alto Rio Negro, mas voltou bem nova para a cidade de Manaus, casada aos 17 anos. Quando

¹¹² SELAU, Mauricio da Silva. *História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais*. In: Revista Esboços, v. 11, nº. 11 – Revista do programa de pós-graduação em História da UFSC. – Santa Catarina, 2004. p. 218-219

¹¹³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹¹⁴ Flor que simbolicamente significa perspicácia. “Ela pode ter diversas formas, tamanhos e cores. A dália, floresce por longos períodos de tempo, superando a maioria das outras flores do jardim.” Fonte: RUIVO, Margarida. *Significado das flores - Dália*. In: Blog Ohpinturas. Disponível em: <<http://ohpinturas.blogspot.com/2012/05/significado-das-flores-dalia.html>. > Acesso em: 23 ago. 2016.

¹¹⁵ Informante Dália, 65 anos, 2015.

criança, Dália¹¹⁶ lembra que era muito disciplinada na infância e que por essa razão acreditava que quando casasse e saísse da casa de seus pais, teria a tão almejada liberdade.

Com 17 anos e casada, percebe que a Instituição do Casamento não lhe dava a liberdade que tanto cobiçava. Não casou por amor, mas como tática para sair da casa dos pais, por achar que poderia sair a qualquer momento e ir para as festas. Com um marido ciumento, não suporta por muito tempo e separa-se. Em alguns momentos da entrevista, fala que “ele correu muito atrás dela”, assim como alguns familiares que ao descobrir que ela se tornara profissional do sexo, tentaram dissuadi-la de não continuar no ofício.

Dália agia de forma diferente do que era preconizado para as mulheres nos anos 60 e 70. Enquanto boa parte das mulheres estava preocupada, segundo Pinsky (2014) em contrair Matrimônio e conservar esta relação conjugal, pois “[...] toleravam [muitas situações] para manter o tão desejado casamento [...]”¹¹⁷, Dália alimentava outras aspirações de ser livre e independente.

Aos 17 anos, entra no universo comercial do sexo, através de uma moça que viabiliza sua entrada no “La Hoje”¹¹⁸, onde essa colega começou a arranjar programas. A partir desse momento crucial, não saiu mais, inclusive acrescenta em sua entrevista que gostava de ir, porque além de arranjar programas, conseguia namorados para “curtir” a vida, exercendo assim sua afetividade e sexualidade, sem necessariamente estar associada ao trabalho sexual ou a um casamento.

Pela fala da colaboradora, foi possível perceber que iniciar no final dos anos 60 como profissional do sexo possibilitou que tivesse uma fonte de renda que pudesse prover o seu sustento e também arcar com o seu lazer. Nesse sentido, por meio da sua ocupação consegue ter a autonomia que tanto desejava.

Dália, aos 17 anos, inseriu-se no ofício em uma conjuntura que tinha como pano de fundo uma revolução sexual e ampliação dos movimentos feministas, conflitando por sua vez, com uma moralidade que supervalorizava o casamento e demarcava bem os papéis das mulheres nessa sociedade.

¹¹⁶ Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹¹⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.p. 102.

¹¹⁸ O “Lá-Hoje”, se localizava onde hoje é a Estação Rodoviária de Manaus no bairro Flores. “Era um casarão enorme, em formato circular, afastado da estrada, com pista de danças [...]. Nos fundos do terreno, que era grande, havia uma série de quartos destinados aos casais que desejassem ter uma intimidade maior. Fechou na década de 70, Informações disponíveis no site: INSTITUTO DURANGO DUARTE. Os puteiros de Manaus. 1 de agosto de 2016 às 08:00. Disponível em: <<http://idd.org.br/acervo/os-puteiros-de-manau>. > Acesso em: 20 ago. 2016.

As mulheres tinham papéis sociais bem demarcados. Casar e ser a “rainha do lar” nos anos 50 e 60 estava no centro das relações familiares, de acordo com Padilha e Santos (2014)¹¹⁹. Cabia à mulher ser a responsável pelo bem-estar de todos da família, enquanto os homens saíam para trabalhar no espaço público e prover o sustento da casa.

Pinsky (2014)¹²⁰ discorre que elementos como doçura, feminilidade e ingenuidade, especificamente quando se trata de sexo, se colocavam como requisitos para esposas ideais e mãe exemplares nessas décadas. Há uma divisão bem delineada a respeito das performances das mulheres e homens, dividindo o mundo do trabalho como domínio do masculino e o mundo doméstico como espaço do feminino, onde a mulher como a “rainha do lar” tem seu papel definido nos bastidores.

Em contrapartida, uma mulher no espaço público, causava estranhamento, fomentando a atribuição de classificações negativas entre as mulheres e pela sociedade de modo geral. Revistas da época como *Claudia* reforçavam esses modelos, conforme informa a autora.

[...] as distinções entre termos de valorização social criam uma hierarquia entre as próprias mulheres: as ‘moças de família’ (ou ‘boas moças’) estão acima das ‘levianas’; e as prostitutas ocupam o grau inferior nessa escala de respeitabilidade. Tachar uma moça de ‘leviana’, torná-la ‘mal falada’, acaba sendo uma forma de marginalizar o que é diferente, o que foge à regra.¹²¹

Com papéis sociais bem definidos e a hierarquização dos sexos, sistemas de classificações eram utilizados para categorizar as mulheres entre si, inferiorizando àquelas que por ventura não seguissem o padrão vigente de moralidade. Este padrão não poderia ser posto em risco, pois era necessário vigorar a ordem para se manter a respeitabilidade das mulheres “decentes” e das “famílias de bem”. Assim, rebaixavam-se as mulheres que transgrediam as regras do jogo social, inferindo segundo a sociedade, comportamentos desviantes.

Mulheres que não pensavam em se casar, que almejavam trabalhar fora de casa e que eram mais sociáveis, eram tachadas de maneira negativa e mal faladas. Quanto mais os comportamentos fossem considerados transgressores, como exercer a prostituição, mais marginalizados eram àquelas que fugiam às regras da moralidade vigente.

¹¹⁹ PADILHA, A.C.B; SANTOS, M.R. *Pedagogias de gênero em casa & jardim: a constituição da dona de casa moderna no espaço da cozinha (anos 1950 e 1960)*. In: Caderno Espaço Feminino, Uberlândia/MG, V.27, N.2, P. 501-527, jul. /dez.2014.

¹²⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 274.

¹²¹ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 124.

Mulheres como Dália¹²² eram vistas na sociedade como àquelas que iam na contramão dos padrões ideais. A este respeito, a autora afirma que existia mulheres que se opunham e se firmavam fazendo as suas escolhas. Mesmo em uma época conservadora, como nos anos 50 e 60 do século XX, é possível encontrar indícios da vivência de mulheres que não estavam preocupadas em corresponder às expectativas sociais de seu tempo, mas de seguirem seus próprios caminhos, extintos e subjetividades. Isto não significa que tenha sido um processo livre de tensões, uma vez que a existência de mulheres como Dália, colocava-se como resistência diante de padrões ideais construídos sobre o gênero feminino.

[...] não há como negar que as jovens ‘rebeldes’ – que não correspondem as expectativas paternas e sociais e agem distintamente dos modelos vigentes e de acordo com outras noções, mais subjetivas, que regem sua sexualidade e seu comportamento moral- representam possibilidades da própria época em que vivem. De um modo ou de outro, moças com tais atitudes acabam participando da reformulação dos significados de gênero, pois, de fato, *resistem e se contrapõe* às representações fixas (dicotomias como mulher de família *versus* puta; boa moça *versus* leviana; homem ativo *versus* mulher passiva; e imagens como a da jovem pura e ingênua); às normas que definem o ‘próprio’ e o ‘impróprio’, o permitido e o proibido; e a dupla moral sexual vigente. Assim, suas atitudes também fazem parte das forças que promovem mudanças nas relações de gênero ao longo da história.

123

Dália foi criada em meio a valorização de conceitos como a honra feminina e virtudes sexuais, onde ser virgem e ser subordinada possibilitava que a sexualidade das mulheres fosse controlada, favorecendo uma hierarquização em que o poder masculino sobre as mulheres e seu corpo fosse predominante.

Dália fez prevalecer a sua vontade, subverteu as histórias tomadas como padrão, não seguindo os pressupostos dominantes de modelo ideal do que seria ser uma mulher “direita” e “rainha do lar”. Assim, não há como deixar de considerar a sua busca incessante pela liberdade e pela independência. Mulheres como Dália promoveram ao longo do tempo atitudes que conforme a autora, gerou uma carga de mudanças no campo das relações de gênero no decorrer da história.

¹²² Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹²³ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 126.

Nessa conjuntura, o assunto sexo era evitado entre as mães e as filhas. Dália¹²⁴ relata em determinados momentos, quando rememora a infância, que não conversava com sua mãe sobre esses assuntos, mas tinha noção do que era virgindade e menstruação. Menstruou aos 09 anos de idade e revela que aos 14 anos fez as primeiras descobertas com o seu corpo, “brincando “ com ele, mas sem envolver ainda o ato sexual entre duas pessoas, pois só perdeu a sua virgindade com o marido aos 17 anos.

Pinsk (2014)¹²⁵ discorre que dificultar o conhecimento sobre o corpo feminino era uma das estratégias adotadas para evitar que as mulheres expressassem a sua sexualidade livremente e sem medo. Ao longo do tempo, a sexualidade feminina foi controlada, especialmente das casadas e futuras esposas em potencial.

Todavia, nem sempre foi possível exercer esse controle de forma ilimitada e situações como gravidez indesejada, bem como a incompatibilidade conjugal, poderia ocorrer de acordo com a autora. A experiência de Dália desvela a situação de incompatibilidade marital.

Em correlação, outra trabalhadora identificada no estudo como Jasmim,¹²⁶ adentra na atividade possivelmente por levar adiante uma gravidez indesejada, embora não deixe claro em sua narrativa: “[...] Eu entrei na prostituição de 17 pra 18, mas eu já tinha no início uma filha arranjada de homem e não era casada”.¹²⁷ Ela dá indícios que uma das motivações para entrar no mercado sexual foi o de prover o sustento de sua filha, pois não contava com o suporte financeiro e emocional de ninguém.

Para Dália e Jasmim, a prostituição apareceu como um caminho possível diante das situações conturbadas que ocorreram nas décadas de 60 e 70 do século XX em suas vidas. Igualmente, Dália ao buscar sua autonomia para viver em meio a uma situação de incompatibilidade conjugal e Jasmim com uma gravidez indesejada, procuram elaborar estratégias de prover seu sustento, surgindo, nesse contexto, como exemplos de resistência perante uma conjuntura em que ser a “rainha do lar” e estar na esfera do privado eram as únicas perspectivas que poderiam existir para as mulheres. Sendo assim, as duas criaram oportunidades para si por meio do trabalho sexual.

¹²⁴ Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹²⁵ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 126.

¹²⁶Jasmim – “[significa] alegria, bom humor, sensualidade, amor, beleza.” Fonte: MULHER VIRTUAL. Jasmim. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mulhervirtual.com.br/flor/Jasmim.html>. >Acesso: Acesso em: 20 ago. 2016.

¹²⁷ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

Em contrapartida, Margarida ¹²⁸ que veio do Estado da Bahia tem uma trajetória diferente. Foi inserida no universo sexual comercial de forma involuntária. Sua história se inicia quando nasce no interior da Bahia, com uma infância sofrida, trabalhando desde cedo em plantações de café aos nove anos de idade.

Seu pai almejava ter filhos homens, mas vieram 14 mulheres. Cresceu ouvindo o pai dizer para mãe “dê essa menina pra quem quiser, eu não quero ouvir choro”. Sua avó ouvindo a conversa, decidiu levar Margarida para que a mesma ficasse sob seus cuidados, contudo não ficou por muito tempo porque adoeceu e a trouxe de volta. Entre idas e vindas em que residiu na casa dos pais e por vezes na residência da avó, acabou sendo vítima de uma tentativa de estupro na casa da progenitora, quando tinha oito anos de idade por um familiar. Com nove anos, Margarida já tinha dois empregos, sendo eles: torradora de café e babá:

[...] eu trabalhava junto com a minha mãe. Quando eu tinha 09 anos [...] arrumei dois empregos [...] eu torrava café[...] e cuidava das crianças de uma senhora, essa senhora dizia: preciso de uma garota esperta como você”, [...]eu ficava cuidando das crianças pela tarde [...] Como mulher não precisava aprender a ler e nem escrever. Deus o livre quem aprender, não podia! Só era os homens que estudavam na época da cidade em que eu nasci. E eu tinha muita vontade de aprender! [...] a gente não estudava! As mulheres principalmente não podiam estudar. [...]comecei a estudar escondido [...] botei meu livrinho de baixo do braço e saí pedindo dos vizinhos, batendo de porta em porta perguntando se sabiam ler e escrever [...] e eles perguntavam de mim: Porque tu queres saber? [...] eu quero aprender!![...] Quando tinha 12 anos, 13 anos [...] arrumei um professor que morava perto de casa. Eu continuei ajudando a minha mãe e estudava a noite [...] foi esse homem que foi meu professor, ele me ensinou a ler e escrever, ensinou bons comportamentos, ensinou a falar, porque a gente falava: Oh, xente! E ele dizia que não era assim, mas que era pra melhorar. Esse homem me ensinou a ler e escrever como também ensinou outras coisas. Eu me apaixonei por ele e ele se apaixonou por mim [...] nós tivemos um romance [...]tinha 13 anos [...] Ele tinha 19 ou 20 [...] perdi a minha virgindade com ele. Quando minha mãe soube ele [...] foi preso, foi pro juizado de menores. Só que depois [.,] o pai dele[...] pagou a fiança e ele foi me buscar. Só que minha irmã já tinha entrado no meio da história, né!! Já tinha dormido com ele, aí eu não quis mais acompanhá-lo[...] com 14 para 15 [...] conheci um homem: ele era paraense, foi criado no Rio de Janeiro e foi lá com alguém, uma menina que ele vivia[...] foi deixá-la na Bahia [...]conheci esse homem e me prometeu que eu ia com ele pra Salvador, que eu ia estudar e trabalhar. Só que não foi assim!!Em

¹²⁸ “[...] flor (...) frágil, ela se adapta a vários tipos de solo [...]simboliza a juventude, simplicidade e inocência”. Fonte: SIGNIFICADO DE FLOR DE MARGARIDA. O que é flor margarida: a flor. 12/05/2016. Disponível em:< <https://www.significados.com.br/flor-margarida/>. > Acesso em: 20 ago. 2016.

Salvador não foi nada do que ele falou. Lá ele me botou na rua para ganhar um dinheiro. [...] Ele 22 anos mais velho, me botou na rua! Lá eu fazia tanto programa que eu não aguentava mais¹²⁹.

A trajetória de Margarida¹³⁰ nos faz pensar em muitas questões que se desdobram em problemáticas como o trabalho infantil, desigualdades sociais, de gênero e aliciamento de crianças, bem como a condição da mulher no espaço do campo.

As mulheres que vivem em área rural, em particular nas regiões do Norte e Nordeste, convivem com a pouca diversidade de oportunidades, quer seja de ordem educacional e de trabalho, dificultando o pleno desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres que residem no campo.

[...] o espaço socialmente atribuído às mulheres na área rural está circunscrito a casa, ao grupo familiar e à comunidade a que pertencem, [...] [cabendo] aos homens lidar com outros espaços sociais. Isso significa [para os homens] usufruir a liberdade de ir e vir [...] Como compete aos homens a gestão da unidade familiar, a aquisição de equipamentos para o trabalho, a comercialização dos produtos e o comércio de terras, eles desfrutam de espaços e de relações inerentes a essas atividades [...] [que estão inseridas no domínio público, tendo mais liberdade para circular e desenvolver as mais diversas atividades].¹³¹

Circunscritas a zona rural, as mulheres estão mais restritas às atividades domésticas e de trabalho que se apresentam, de forma a complementar a renda. Mulheres como Margarida que são oriundas da zona rural, representam uma dura realidade da mulher do campo, pois desde muito novas começam a complementar a renda familiar, atuando especialmente nas atividades ligadas à terra e sobretudo exercendo atividades outras que ampliem os ganhos financeiros, como foi o caso de Margarida e sua atuação como babá.

Margarida elaborou táticas para aprender a ler e a escrever, quando não podia frequentar o ambiente escolar. Mais tarde, traçou estratégias para que saísse de sua terra natal e por meio da migração, alçou novos voos, pois entendeu que naquele espaço da zona rural não teria oportunidades de estudo e trabalho.

¹²⁹ Informante Margarida, 58 anos, 2015

¹³⁰ Informante Margarida, 58 anos, 2015

¹³¹ TONELI, MJF. *Sexualidade, gênero e gerações*: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 138-139.

Leide, uma das colaboradoras com qual Meihy desenvolveu pesquisa que envolvia as profissionais do sexo, dizia: ” quem sai do sertão não volta. Parece castigo, praga, mas a terra não aceita a gente de volta [...]”¹³²

Muito nova, Margarida¹³³ passou por vivências intensas, onde chegou a ser intermediada por um membro da família para que saísse com coronéis da região, quando tinha entre treze e catorze anos de idade. Em troca dos “encontros”, os coronéis davam-lhes alguns “presentes” e os considerava segundo a sua fala como sujeitos que a tratavam bem e lhe ajudavam a suprir alguma necessidade, quer seja de ordem material, quer seja de conhecimento, quando ofereciam em permuta o ensino da escrita e leitura.

Elementos como o não acesso à educação em conjunto com as vicissitudes que passou na infância e sua condição social, “naturalizaram” para Margarida situações de abuso e violação dos direitos enquanto criança em condição peculiar de desenvolvimento. A perspectiva de Margarida com relação a esses homens que ofereceram presentes, ensinaram a ler e a escrever na infância era de que eles eram benfeitores.¹³⁴

Há, nesse sentido, uma normalização da violência para Margarida quando criança, partindo do pressuposto de que as situações de violência simbólica e de abuso eram rotineiras, pois para ela, naquele contexto apreendia como algo “normal”.

Jovem, Margarida conhece um homem que mais tarde torna-se seu companheiro e agenciador. Ela discorre que foi impactante saber como trabalharia, pois, realmente tinha expectativas de que ao sair de sua cidade interiorana, conseguiria se dedicar aos estudos e, por conseguinte, ter acesso a melhores oportunidades na vida.

Ele chegou assim e falou: Olha você é uma menina bonita, você tem charme e elegância, eu vou comprar um bocado de roupa pra você, eu

¹³² MEIHY, José Carlos Sebe B. *Prostituição à brasileira: Cinco histórias*. – São Paulo: Contexto, 2015.p. 39.

¹³³ Informante Margarida, 58 anos, 2015

¹³⁴ Uma pesquisa realizada no período que compreendeu setembro de 2015 a março de 2016, ouviu 1.404 crianças e adolescentes entre 08 e 17 anos que participam de projetos da Visão Mundial em 12 cidades: as capitais- Fortaleza, Recife e Maceió, e as regiões periféricas de Manacapuru (AM); Governador Dix-sept Rosado e Mossoró (RN); Catolé do Rocha (PB); Canapi e Inhapi (AL); Itinga (MG) e Nova Iguaçu (RJ) revelou : “ [...] a violência está naturalizada entre os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que a percepção da violência nos ambientes em que estão inseridos é grande, mas, ao mesmo tempo, a sensação de segurança também é elevada. A análise vale para ambientes como escola, casa e comunidade onde vivem. ” Ainda de acordo com a pesquisa divulgada residentes de cidades periféricas se sentem mais seguros em casa, representando 84%. Fonte: NITAHARA, Akemi. Direitos Humanos: Pesquisa mostra naturalização da violência entre crianças e adolescentes. In: Agência Brasil. Publicado em 26/09/2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-naturalizacao-da-violencia-na-percepcao-de-criancas>>. Acesso em: 28 set. 2016.

vou te deixar [...] mais bonita do que você já é. Só que você vai fazer um trabalho, [...] vai trabalhar na rua. Daí eu falei: Como é que vou trabalhar na rua? Você vai saber na hora certa! Quando ele comprou um monte de roupa, sapato, bolsa, essas coisas, brinco, maquiagem. Ele disse: Agora é hora de saber o que tú vai fazer! [...] não adianta chorar, você chorando ou não vai do mesmo jeito! [...] eu queria estudar, ele não deixou. Olha eu trabalhava, eu fazia 10, 12 até 15 programas por noite, de tarde até! [...] eu ficava de 1:00 até 9:00 pm [...]. Quando eu passava da hora que ele marcava [...] eu apanhava.

¹³⁵

Segundo a trabalhadora, o marido e cafetão nominava-a como “secretária de esquina”. Continuamente, ela teve no seu corpo algo que podia ser intercambiado e mediado por alguém. Inicialmente pela irmã e mais tarde pelo marido e cafetão, que além de explorá-la, cometia maus-tratos.

Mas, olha, aqui pra nós: Quando aparecia aqueles bonitinhos assim todo “saradinho”, mas como é que não faz gostoso?! Faz! Faz gostoso mesmo e com prazer [rsrsrs]. Mesmo que eu apanhasse, [...] valia a pena! Ali eu esquecia de tudo que estava acontecendo comigo naquele momento. Quem disse que não existe momentos felizes? [...] Cheguei a fugir[...]fugi para casa da minha mãe [...] só que quando cheguei lá encontrei com ele, cheguei e pensei: Oh, meu deus! Onde foi que eu errei?! [...]. Eu estava com 18 anos. [...] Fui para Vitória [...]depois fui obrigada a ir com ele para o Rio de Janeiro [...]. Passamos algum tempo no Sul em Bragança no Interior e depois [...]passamos em Santarém, de lá viemos para Manaus. ¹³⁶

Para Lená Menezes (1992)¹³⁷, não é de hoje que os cáftens existem. Esses homens são, segundo ela, negociantes marginais do prazer que são conhecidos por facilitar a exploração de mulheres para fins sexuais comerciais. Na obra *Os Indesejáveis*, informa que eles “tornaram-se os criminosos internacionais mais perseguidos na virada republicana.”¹³⁸

Para a autora, geralmente os cáftens conquistavam as mulheres e as envolviam de maneira a estabelecer uma relação de dependência afetiva para então inseri-las no meretrício. Foi o que aconteceu com Margarida, quando mais nova conheceu o homem que mais tarde veio a explorar a força de seu trabalho.

¹³⁵ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

¹³⁶ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

¹³⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 153.

¹³⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 153.

Conforme Margarida¹³⁹, este homem argumentou se ela saísse de sua terra natal, teria mais chances de progresso por meio dos estudos na cidade; ofereceu também apoio emocional em um momento que ela passava por uma gravidez indesejada aos 15 anos de idade, comprometendo-se a assumir a criança. Porém, a trabalhadora perde o filho posteriormente e mesmo assim continuou firme na decisão de sair de sua terra com aquele homem que mostrava “boas intenções”.

Com o decorrer do tempo chega a exercer outras atividades no mercado de trabalho, mas por sofrer pressões do sujeito que a explorava, retorna nos anos 80 a exercer exclusivamente a atividade sexual comercial.

Margarida, possivelmente seja uma das profissionais que tenha uma relação mais próxima com a Zona Franca, tendo em vista que ao chegar em Manaus, não encontra trabalho no mercado formal, acabando por se inserir na informalidade nos anos 80.

Eu já tava com três filhos, quando eu cheguei em Manaus. Quando chegamos aqui eu fui trabalhar como vendedora ambulante e ele também [...]. Em 81, final de 81 para 82. [...] Depois de um tempo que estávamos aqui, ele me propôs de novo. Eu já não fazia mais programa [...] eu fiz aonde andei! Foi em Brasília, Vitoria, Salvador. [...] Não fiz no Pará que era terra da família dele. Chegando aqui em Manaus eu trabalhei um tempo como vendedora ambulante, depois fui para rua de novo. Pude ganhar dinheiro mais rápido trabalhando como profissional do sexo, eu não sabia nem o que era profissional do sexo, daí ele que me falou: tem que encarar como uma profissão, como sempre encarou! Considero um trabalho [...]. É um trabalho né?! só que não é aceito pela sociedade de jeito nenhum¹⁴⁰

O mercado informal de trabalho, na década de 80 do século XX e anos posteriores, cresce muito em virtude de um número considerável de pessoas não conseguirem acesso ao mercado formal de trabalho, com Carteira assinada e na Zona Franca de Manaus, que era a grande empregadora nos anos 80. Como os rendimentos não eram suficientes para sanar as suas despesas, Margarida opta por voltar ao trabalho sexual comercial, função que exerceu em outros estados antes de chegar no Amazonas, sob a gerência do cafetão e marido, que continuamente exercia a violência contra ela para que continuasse no ofício.

A hierarquização dos sexos estabelece relações de poder e nesse processo há a incorporação da violência em suas múltiplas expressões, inclusive de ordem simbólica

¹³⁹ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

¹⁴⁰ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

que legitimam em uma relação de subordinação e domínio o emprego da violência e a imposição de controle sobre o corpo feminino.

A violência é um elemento contínuo na trajetória dessas mulheres, pois na fala dessas trabalhadoras frequentemente aparecem o delineamento de estratégias para minimizar prejuízos financeiros e prevenir a não ocorrência de situações de violência em suas múltiplas manifestações.

As estratégias empreendidas pelas trabalhadoras sexuais para garantir minimamente a segurança pessoal foram e continuam a ser as mais variadas. Andar armadas com o suporte de armas brancas, como canivete, eram e continuam a ser atitudes rotineiras, fruto de um cotidiano incerto, inseguro e muitas vezes perigoso.

De acordo com as colaboradoras, quanto mais novas fossem na profissão, mais riscos corriam de passar por alguma situação de violência. Jasmim¹⁴¹ pondera que no início da profissão, na década de 70, passou por situações de agressão e violência como relata nos fatos abaixo:

Eu não tinha colegas, andava só [...] era muita concorrência [...] cheguei ao ponto de sustentar homem, eu achava que tava conquistando aquela pessoa, eu era nova né, não tinha experiência, [...] cheguei a me apaixonar por cliente [...] eu gostei de um gigolô, ele me levava pro “La Hoje”, eu ia para o “La Hoje” com ele e ele me batia no meio do mato [...] eu peguei um tiro na minha nuca, quando eu fui pro motel com homem que não me pagou, [...] eu passei dois anos doente, logo no início, eu tinha uns 19 anos. Passei dois anos sem poder falar, eu cortei pneu do carro dele, encontrei ele aqui, mas não foi preso. Eu fui presa em Santarém, cortei também um homem, passei 22 dias presa.¹⁴²

Observamos também na fala de Jasmim que havia um homem que gerenciava os seus serviços quando era mais nova no ofício. Chegou a se apaixonar por seu cafetão e, conseqüentemente, estabeleceu uma relação de dependência afetiva, acreditando em poder conquistá-lo. Jasmim vivia uma relação abusiva de exploração e de violência física, chegando inclusive a sobreviver a uma tentativa de homicídio. Com o tempo, percebe que ficar naquela situação de dependência emocional e financeira com o “gigolô¹⁴³” não fazia parte de uma relação afetiva saudável.

Percebemos na fala das trabalhadoras Margarida e Jasmim que situações de violência permeavam o cotidiano delas. Violência doméstica, os abusos na infância,

¹⁴¹ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁴² Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁴³ Termo utilizado para nominar homem que vive às custas de uma profissional do sexo.

estupros e agressões praticados pelo cafetão e/ou marido eram elementos que estavam presentes no dia a dia de muitas trabalhadoras no que concerne à trajetória de seus corpos.

Exaltado como expressão de beleza, inspirador do desejo, fonte de prazer, de vida por meio da maternidade, símbolo da nação republicana, o corpo feminino, na França pós- revolucionária como no Brasil, é também lugar de violência – quer a violência física, espancamentos, estupros, etc., tão bem conhecida, quer aquelas outras formas de violência sutis, engenhosas, entre as quais, a chamada violência simbólica, que igualmente contribuem para a manutenção de desigualdades.¹⁴⁴

O corpo, entendido de diferentes formas, também é apreendido como tempo e espaço de violência, assim, há uma ressignificação do sujeito quando percebe esse corpo como objeto.

[...] há uma associação mais geral [...] entre sexo e violência [...], Entretanto, na prostituição, essa correlação é reforçada por vários fatores, na medida em que ela é percebida como um ‘mercado de sexo’ [...] A prostituição é uma modalidade de relação de troca em que há uma permuta de ‘coisas’ de natureza distinta. [...] [as profissionais] oferecem algo considerado pessoal- o corpo- em troca de dinheiro. Ao ser considerado um dos termos legítimos da troca, o dinheiro anula a pessoalidade do outro e impõe a ideia de compra. Nessa negociação há muito mais subtendido que os serviços estipulados no contrato [tácito]. Não é raro que para o cliente o preço (combinado) forneça a sensação de que tem direito a ‘tudo’, o que pode incluir dispor da mulher de todas as maneiras, [...] infligindo- lhe maus tratos físicos e psicológicos¹⁴⁵

Maria Dulce Gaspar, em estudo de 1985, intitulado *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*,¹⁴⁶ discorre que há uma associação entre sexo e violência e que em uma relação de prestação de serviços, onde o corpo é mediado pela troca do dinheiro, o corpo é reificado e que por sê-lo de acordo com a percepção do cliente, abre margem para que o usuário do serviço infira que tem direito a fazer de tudo, dispondo da profissional como objeto e não sujeito.

¹⁴⁴ SOIHET, Rachel. *O corpo feminino como lugar de violência*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, [S.l.], v. 25, ago. 2012. p. 270.

¹⁴⁵ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 36

¹⁴⁶ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

De acordo com a lógica mercantil da prestação de um serviço, a inserção do dinheiro, na visão do cliente tira a personalidade do outro, o que por sua vez, fomenta a vulnerabilidade dessa classe de trabalhadores a exposição de situações violentas que colocam em risco sua integridade física e mental.

“Algumas admitem ter sofrido violências, porém num tempo passado, quando não tinham a experiência que possibilitava uma classificação dos homens e perspicácia para que quando fosse necessário, virassem a situação ao seu favor.”¹⁴⁷

Jasmim¹⁴⁸ relata ter passado por situações violentas no início da profissão, destacando que por ser nova, faltou experiência para que pudesse lidar com as artimanhas do amor ou com as armadilhas do trabalho.

A violência, enquanto elemento presente, não era exercida somente por clientes, cafetões ou companheiros, mas também pelo Estado:

MERETRIZ DE MEIO SÉCULO ENGROSSA COM POLICIAIS: Armada com uma faca 'peixeira', a mundana Epifânia da Mota entornou o caldo resolveu desobedecer a ordem de prisão dos policiais de Santa Luzia, engalfinhando-se numa renhida luta corporal com dois agentes e só foi dominada depois de levar muitos sopapos. O espetáculo ocorreu ontem à noite, no bairro de Santa Luzia, quando os agentes do sub-delegado Setembrino Diniz realizavam batidas contra elementos armados naquele subúrbio. Epifânia da Mota trazia sob corpete uma faca de 8 polegadas e vai ser processada por desacato e agressão aos policiais; RESPEITOSA MADAME: Epifânia da Mota, 55 anos de idade, sendo 40 de perdição e vida fácil, é uma mulher prevenida, [...] quando contava suas façanhas de 'Shangri-lá' e 'Guaraciaba', às suas colegas[...][dizia:]. 'Meninas a gente tem que andá de psinê pros homens de hoje, sabe, afinal de contas 40 anos não é moleza de experiência, certo'. As outras gargalhavam, jogavam piada a veterana conselheira, até que chegou a Polícia. Tôdas se evadiram rumo a Estrada do Imbóca, e só Epifânia ficou no 'cá te espero'. SURURU FEIO: Depois de muita confusão, e de gritos de 'me larguem [...] não matei ninguém', Epifânia foi levada para se explicar ao sub-delegado Setembrino Diniz. O policial abriu o inquérito e não se limitou em escutar as lamentações da velha mundana, que se dizia apenas prevenida: 'isso é arbitrariedade, vou processar vocês [...]', e quis abrir 'quebra pau'.¹⁴⁹

Nessa notícia em particular, observamos que a trabalhadora em questão tinha larga vivência na atividade, falando orgulhosamente que dispunha de grande experiência, haja vista que já tinha mais de 40 anos de profissão, por essa razão se

¹⁴⁷ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 39.

¹⁴⁸ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁴⁹ MERETRIZ de meio século engrossa com policiais. *A Crítica*, 23 set. 1969.

precavia de muitas situações, alertando às colegas mais novas para ficarem atentas com relação aos homens.

É importante destacar as redes de solidariedade entre as trabalhadoras, pois embora exista a competitividade, há ao mesmo tempo, o sentimento de pertença a uma categoria que deve ser protegida. De tal modo, se certo cliente tem fama de ser violento, todas sabem e têm a referência por parte das outras colegas.

Nesse sentido, há união entre as colegas de profissão, quando alguma delas passa por dificuldades. Cada uma, dotada de habilidades, tomará atitudes para se proteger e defender as demais, de modo a prevenir e inverter uma situação inicial negativa. Existem trabalhadoras que tem habilidades com artes marciais, como é o caso de Margarida¹⁵⁰ que é capoeirista e que por ser praticante é respeitada pelas colegas e clientes.

Na notícia, há informação de que *Epifânia da Mota* estava munida de faca, que ficava escondida no corpete; essa atitude não difere de algumas trabalhadoras as quais entrevistamos, onde relataram andar até os dias de hoje com um canivete estrategicamente escondido no sutiã, o que reflete de alguma forma que se sentem vulneráveis, necessitando dispor de alguma ferramenta de defesa para proporcionar a sensação mínima de estarem protegidas.

Observamos também que na notícia, não há menção de que havia envolvimento em algum crime ou agressão por parte da trabalhadora, exceto depois da abordagem dos policiais, quando a trabalhadora entra em uma luta corporal com os dois agentes do Estado, após receber voz de prisão, mas infere-se que talvez pela mesma estar em um momento em que os agentes do Estado realizavam uma “batida”¹⁵¹ em busca de pessoas que estavam armadas naquele bairro, sua figura pode ter chamado a atenção de alguma forma e ter despertado a abordagem policial, pois segundo o senso comum construído, mulheres que andam sozinhas durante a noite, que se vestem de determinado modo considerado provocativo pelo corpo social, que são mais comunicativas e extrovertidas dentre outros aspectos fomentam no imaginário coletivo uma imagem negativa .

Jasmim¹⁵² relata que, nos anos 80, a tendência era usar collants e calças bem justas ao corpo para valorizar as curvas; sempre estava apresentável com a maquiagem bem feita e penteados elaborados de forma a chamar a atenção de todos. De acordo com

¹⁵⁰ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

¹⁵¹ Expressão utilizada para se referir a diligência policial realizada em lugares suspeitos.

¹⁵² Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

a sua fala, tinha um corpo escultural e usar esse tipo de vestimenta valorizava sua beleza, conseqüentemente, atraía uma clientela em potencial.

A aparência de algumas garotas fora do horário de trabalho, principalmente as mais novas, que estão na faixa dos 16 aos 23 anos, pode não se diferenciar da de outras mulheres jovens [...] nas boates, a maioria veste calças compridas e collants de lycra em cores fortes [...] Os saltos altos [...] são uma exigência tanto no período da tarde quanto da noite [...] a maquiagem, também sempre presente, põe em foco os olhos- órgãos [...] emissores de significados, principalmente no campo dos envoltimentos eróticos. [...] ¹⁵³

Gaspar (1885) analisa em seu estudo empreendido, na década de 80, que as roupas e calçados, assim como a maquiagem, bem como uso de acessórios fazem parte de um repertório culturalmente construído imbuído de signos não verbalizados que podem transmitir uma mensagem, possibilitando ou não a aproximação das pessoas. A autora destaca que embora seja tendência o uso de trajes mais justos e chamativos nesse período, “no caso da prostituição, a combinação do investimento estético sensual das roupas com a conduta da sedução fica particularmente explícita nesse período.” ¹⁵⁴

Não temos como saber as motivações da abordagem da trabalhadora no fragmento noticiado, mas podemos deduzir que por ser mulher, andar à noite, possivelmente estar com uma vestimenta e conduta específica que seja oposta ao padrão preconizado pela sociedade de mulher ideal, os agentes públicos tenham associado a trabalhadora em questão como profissional do sexo, o que despertou o desdobramento de mapas mentais que relacionam essas profissionais como desordeiras e criminosas.

É importante refletir que evitar conflitos e manter a segurança no trabalho não envolvem apenas a prevenção de situações de violência, mas significa também adotar hábitos profiláticos que permitam se manter saudável para que tenham uma vida longa na atividade, assim o uso do preservativo se coloca com uma das medidas necessárias de segurança no trabalho e que atualmente é enfatizada pela categoria de profissionais.

Ao longo dos anos 60 e 70 do século XX, muitas trabalhadoras não se preveniam, pois a preocupação com o uso do preservativo aparece nos anos 80, em virtude da ampliação da contaminação pelo HIV. A maioria das trabalhadoras relata que inicialmente faziam “no seco” querendo expressar que executavam o ato sexual sem

¹⁵³ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 30

¹⁵⁴ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 31

nenhuma proteção. Jasmim¹⁵⁵, Dália¹⁵⁶ e Margarida¹⁵⁷ lembram que nas décadas anteriores aos anos 80, não existia essa preocupação em se proteger das infecções sexualmente transmissíveis. Quando precisavam se tratar de algo que adquiriam no trabalho recorriam aos médicos ou aos tratamentos caseiros, para que pudessem posteriormente retornar a seus postos de trabalho.

Os anos 80 trouxeram a preocupação em relação a uma doença que era pouco conhecida e que associava às trabalhadoras sexuais como vetores da enfermidade. Como forma de proteger a sua saúde e de quebrar paradigmas que reforçavam a associação dessas profissionais com a doença, as trabalhadoras relatam que passam a ter nessa década a preocupação de usar o preservativo. Margarida relata que, desde os anos 80, é precavida na profissão e que anda munida de preservativos na bolsa, adotando como requisito básico e inegociável o seu uso, assim como as demais trabalhadoras entrevistadas que permanecem na atividade.

Hoje, Margarida ao refletir sobre a sua vida, discorre que não se arrepende de nada, apesar das grandes dificuldades pelas quais passou e que ainda passa, expressando uma beleza e vontade de viver. Com uma voz delicada que mistura inocência e malícia narra sua história cheia de altos e baixos.

Mulher, mãe e trabalhadora, com vontade de ser escritora, sempre soube se adaptar às situações mais adversas. Como a flor Margarida acomodou-se a diferentes solos, morou em diferentes estados até chegar ao Amazonas, mais precisamente na cidade de Manaus, onde até hoje atua como profissional do sexo, de forma autônoma, sem mediadores, gostando do que faz, aliando o econômico ao prazer.

Percebemos, através dos fragmentos relacionados às narrativas de Margarida, problemáticas como a difícil relação com o pai, trabalho infantil, o não acesso à educação formal, abuso sexual quando criança, exploração sexual, violência doméstica e questões de gênero. Margarida, embora tenha vivenciado situações adversas, não se vê como vítima, mesmo que tenha sido inserida inicialmente de forma não voluntária no ofício. Com o tempo, passa a exercer a atividade de forma autônoma, descobrindo na prática não só o ganho material, mas também o prazer como bônus da atividade.

A trajetória de [Margarida, Dália, Jasmim] coloca na berlinda algumas das premissas mais comuns e reforçadoras do suposto dominante da

¹⁵⁵ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁵⁶ Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹⁵⁷ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

‘vitimização’ dessas mulheres. E, em vista de suas trajetórias, não se quer apenas reconhecê-las como vítimas, agentes passivas, ainda que circunstâncias de vulnerabilidades lhes sejam sempre sombras.¹⁵⁸

O reconhecimento da vontade pessoal de continuar no ofício quando poderia exercer outra atividade afasta o determinismo em relação aos olhares que reforçam a vitimização. É importante refletir que Margarida¹⁵⁹ quando não trabalhava de forma autônoma no mercado do sexo, tinha também as suas resistências e estratégias de sobrevivência em meio à exploração sofrida. Quando o cafetão, que era seu marido, estava ausente, escolhia os clientes com quem queria sair, se fossem, segundo o seu conceito, atraentes, não cobrava os programas, o que nos faz pensar que em uma relação de poder as interações entre o explorador e o explorado são mais complexas.

Por mais que estivesse submetida a um regime de exploração, resistia em alguns momentos ao seu modo, rebelando-se nessa relação de subordinação e domínio. Pequenos ganhos talvez, na relação de força de exploração, mas que ainda sim funcionavam como táticas de sobrevivência que nos permitem visualizar uma postura mais ativa da trabalhadora. Nesse sentido, a categoria gênero possibilitou-nos perceber as relações de poder que eram estabelecidas em cada trajetória.

Desse modo quando parte das trabalhadoras escolher permanecer na atividade sexual comercial, temos que considerar uma postura mais ativa em meio aos discursos que categorizam as trabalhadoras sexuais, sob a condição de infelizes e subordinadas, que por sua vez, se colocam como falas muito presentes em obras dos anos 60, 70 e 80 onde tratam a prostituição, inclusive quando empregam o uso da expressão *prostituição*, relacionando-a a uma carga negativa de representações, pois não se discutia a perspectiva do ofício enquanto trabalho sexual.¹⁶⁰

¹⁵⁸ MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. – São Paulo: Contexto, 2015. p. 77.

¹⁵⁹ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

¹⁶⁰ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.; PEREIRA, Armando. *Prostituição: uma visão global*. 2.ed. Rio de Janeiro, Pallas, 1976; LÚCIA, Amara. *A difícil vida fácil: a prostituta e sua condição*. –Petrópolis, Editora Vozes, 1982.

3.1 Aspectos do cotidiano de trabalhadoras do sexo em Manaus: Dália, Jasmim e Margarida. Entre permanências e rupturas

Pereira Filho (2014), em sua dissertação¹⁶¹, aborda os espaços destinados para o exercício da atividade sexual comercial, delimitando o seu estudo em dois momentos: no fim do século XIX, quando houve a introdução da economia gomífera e na década de 70 com a introdução da Zona Franca de Manaus.

Segundo o autor, há uma transformação desses espaços de sociabilidade do “amor pago” que gradativamente ocorrerá nas décadas finais do século XIX até os anos 60 do século XX, transitando dos bordéis fechados para os abertos.¹⁶²

O fechamento desses espaços na cidade de Manaus fomentou o estabelecimento de locais mais distanciados do Centro que permitissem a continuidade da oferta da prestação de serviços sexuais, pois havia o interesse das autoridades em sanear os “inferninhos” do centro de Manaus.

Para as colaboradoras, os clientes mormente tivessem condição financeira que lhe permitissem chegar a essas localidades mais distantes, colocavam-se como clientes em potencial para as trabalhadoras.

Entrevistadora: Como funcionavam os Bordéis nos anos 70?

Jasmim: motel que vc fala né? Funcionava normalmente, era mais barato.

Entrevistadora: Quais eram os bares mais famosos no Centro da cidade?

Jasmim: Era o “vagalume” [...] o “Coqueirinho” que era aquele bar do seu Neto, na Itamaracá.

Entrevistadora: Eram só bares?

Jasmim: era só bares, motel fora à parte.

Entrevistadora: E os bordéis existentes na estrada como funcionavam?

Jasmim: Existia o “Verônica” que era boate e motel, tinha salão de dança e bebida! Tinha tudo! Também tinha o “La hoje”, “Novo Paraíso”, “Iracema”, “Guaraciaba”, “Saramandaia”, “Piscina Clube”, “Rosas de Maio”, que eu me lembre.

Entrevistadora: Como funcionavam?

Jasmim: Era só consumo, beber, [...], tinha quartos lá, todos eles tinham! Os homens pagavam os quartos, ou motel, os programas eram fora à parte.

¹⁶¹ PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. p. 94.

¹⁶² Ver a dissertação: PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

Entrevistadora: Você tinha preferência por trabalhar em ruas ou boates?

Jasmim: Boates, era mais escondido.¹⁶³

Quando Jasmim¹⁶⁴ rememora esses espaços e cita alguns dos bares que se localizavam no Centro da cidade, na Zona Sul de Manaus, possibilita-nos deduzir que os botequins apenas funcionavam como ponto de encontro para fomentar uma clientela. Caso fossem fazer algum programa, seguiam para os hotéis que ficavam adjacentes a esses bares.

Ao analisar esta fala, é possível inferir que os bares no Centro não proporcionavam a discricção que é enfatizada nos espaços mais longínquos, pois de acordo com o relato da trabalhadora, no que se refere aos Bordéis existentes na estrada, geralmente havia quatinhos disponíveis no mesmo local, bem como salão de dança e oferecimento de outros recursos que evitavam a circulação dos clientes e profissionais do sexo fora do perímetro daquele espaço de sociabilidade, proporcionando a sensação de segurança e discricção para os frequentadores do local, dentre os quais estavam as trabalhadoras.

Com os Prostíbulo que se retiravam do Centro, era comum a veiculação de notícias que relatassem a existência desses locais em outras zonas da cidade que se multiplicavam com a criação de bairros mais distanciados.

O Verônica era banhado por um igarapé [...] sendo o que hoje ladeia o Shopping Millenium; o banho do Ângelo ainda sobrevive, [...] na Avenida Djalma Batista. Quanto ao igarapé adjacente ao Rosa de Maio [...] era acessado por meio de três ou quatro bifurcações que saíam do bar, deixando os frequentadores em total privacidade; O igarapé do Shangri-lá tinha por característica ser mais distante das outras instalações e, por isso, prestava-se muito para a prática do ‘acocho’, momento em que o casal se lançava sofregamente a uma frenética sequência de beijos e abraços mais licenciosos, [...] Já o Piscina Clube, como o próprio nome indica, tinha como atração principal sua piscina, [...] Outra piscina semelhante que ficou famosa era a do Iracema [...] o Lá- Hoje, entretanto, era desprovido de um igarapé. Fora instalado no entroncamento da Estrada Torquato Tapajós com a Rua João Alfredo, atual Djalma Batista onde hoje está instalada a rodoviária da cidade.¹⁶⁵

¹⁶³ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁶⁴ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁶⁵ PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara*. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. p. 83-84.

De acordo com Pereira Filho (2014)¹⁶⁶, esses espaços onde eram exercidos a atividade sexual comercial reinaram por quase duas décadas com seus sujeitos, conforme suas regras e particularidades no contexto e cultura manauara, onde os principais personagens eram os clientes e as trabalhadoras sexuais.

Conforme o autor, os espaços em que ocorriam a prestação de serviços sexuais geralmente estavam próximas a um Igarapé, com exceção do "La Hoje", pois funcionavam como uma espécie de balneário, onde existia o bar em que eram executadas músicas para propiciar um ambiente de acolhimento às pessoas que utilizavam aqueles espaços como lazer em geral.

Dália detalha que quando frequentava as boates, havia um sistema de ganho de porcentagem em relação às bebidas, quanto mais estimulasse os clientes para o consumo das bebidas, teria uma pequena participação nos lucros e ela faz uma observação: "não era *whisky* e bebida, era refrigerante que eles colocavam que tomávamos e a cada dose de bebida alcoólica que o cliente tomava, a gente ganhava uma porcentagem, era dividido pra gente e pra dona da boate ou o dono [...]"¹⁶⁷

As informações contidas nos relatos das trabalhadoras corroboram quanto as instalações e funcionamento desses espaços nas décadas de 70 e 80, em que são descritos por Dália, a exemplo de outras trabalhadoras participantes da pesquisa, como comumente estruturados em salão de dança, bar e quartos nos fundos dos estabelecimentos.

Dália: Casa de programa era boate!!! [...] tinha quartos e era boate
 [...] os quartos ficavam em baixo ou nos fundos das boates
 Entrevistadora: Onde é que ficavam essas boates?
 Dália: na estrada!¹⁶⁸

Assim, temos a possibilidade de refletir sobre a permanência de certas características dos espaços de onde se exerce o lazer e o prazer masculino, pois os mesmos espaços, guardadas as devidas especificidades de cada época se organizam de acordo com os interesses masculinos. Nessa lógica, observamos como os pressupostos dominantes de ordem masculina permanecem ao longo dos anos, especialmente nos locais onde acontecem as atividades sexuais comerciais na Contemporaneidade.

¹⁶⁶ PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

¹⁶⁷ Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹⁶⁸ Informante Dália, 65 anos, 2015.

No tempo presente, observamos que independente do poder aquisitivo da clientela e do status do local, os espaços seguem a mesma estrutura que se configura em uma área destinada para jogos, onde usualmente tem uma mesa de sinuca, uma tela em que são transmitidos jogos e lutas, e/ou filmes pornográficos, bar, além de comportar um palco ou uma espécie de passarela em que são realizadas apresentações de *strip-tease* em que as mulheres dançam ou apenas desfilam e se desnudam ao som de diferentes gêneros musicais.

É necessário destacar que boa parte dos locais citados que correspondem aos anos 60 a 80 do século XX, eram frequentados por trabalhadoras sexuais que não eram de luxo, assim espaços como o “Acapulco”, raramente foram mencionados pelas trabalhadoras, uma vez que este ambiente comportava um luxuoso cassino, restaurante e bar, frequentado por pessoas de alto poder aquisitivo. Desse modo, as profissionais entrevistadas frequentavam espaços de razoável acessibilidade em termos financeiros, criando estratégias para se deslocarem para lupanares mais distantes, dividindo as despesas do transporte com outras profissionais para que pudessem chegar ao seu local de trabalho e buscar clientes que minimamente tivessem poder aquisitivo razoável.

No processo de chamar a atenção dos clientes, independente do espaço em que atuassem, quer seja em boates, bares ou ruas, as mulheres estavam sempre maquiadas e arrumadas de forma a provocar o olhar do outro de maneira que pudessem participar dos jogos sociais, mas de maneira que reforçasse a virilidade e poder dos homens no jogo social.

O objetivo era atrair e, por conseguinte, manter a sedução do cliente para concorrer com as demais colegas no espaço social que se apresentam, uma vez que a atividade sexual comercial pode ser vista como um campo que comporta agentes em uma constante disputa, quer seja pela busca de clientes, quer seja por quem chama mais atenção e quem cobra mais ou menos pelos serviços amorosos ofertados.

Embora a atividade sexual comercial se constituísse como um campo de tensões, havia também o compartilhamento de interesses em comum que dão forma à constituição de uma identidade que tem nas experiências proporcionadas por esse trabalho uma consciência que só é comum a elas, enquanto categoria profissional.

Quando Jasmim¹⁶⁹ é questionada sobre onde gostava de trabalhar, aponta que as boates eram melhores, pois proporcionavam uma certa discricção. Dália¹⁷⁰ compartilha

¹⁶⁹ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁷⁰ Informante Dália, 65 anos, 2015

da mesma preferência, quando relata que quando ficava nas boates “ninguém estava vendo”, assim há o entendimento de que havia uma menor exposição em relação às trabalhadoras que ficam nas ruas, além de citar variáveis como questão de maior segurança e conforto, conforme mostra seu relato abaixo.

Entrevistadora: Sempre atuou nas ruas?

Dália: Não! Já trabalhei em boate. Aqui tem muitas boates [...] casas de programa. [...] eu comecei a vir para a rua aos 30 anos [...] frequentava a praça, a Itamaracá [...]

Entrevistadora: Considera que tem diferença em atuar em boates, casas de programa e nas ruas?

Dália: Tem diferença!

Entrevistadora: Quais são as diferenças?

Dália: [...] na boate, a gente fica esperando o cliente né [...] fica dentro da boate, ninguém está vendo a gente, ninguém pega o sol, ninguém pega chuva e aqui é diferente, se chover [risos] a gente tem que correr [risos] se tiver que ficar na rua [risos].

Entrevistadora: Consideras a rua como espaço de atuação mais violento em comparação às boates?

Dália: É! Com certeza! Porque geralmente em boate tem segurança, né [...] ¹⁷¹

Dália¹⁷² relata que, nos anos 80, com trinta anos de idade, passa a trabalhar nas ruas predominantemente, *o que coincide com o fechamento de muitas boates que ocorreram em meados dos anos 70*¹⁷³, assim possivelmente essa transição ocorreu por influência desse fato e por já estar dentro da atividade sexual comercial com uma idade considerada avançada por muitas boates, o que pode ter restringido em certa medida os espaços de atuação, configurando as ruas como seu espaço laboral.

Deste modo, ela discorre que há muitas diferenças de estar atuando nas ruas em relação às boates, pois nas ruas está desprotegida, sofrendo as ações do tempo como a chuva e sol, além de não dispor de segurança, pois em espaços fechados destinados ao ofício sexual, existe a presença de pessoas que respondem pela segurança interna dos ambientes fechados.

¹⁷¹Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹⁷² Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹⁷³ De acordo com Raimundo Alves Pereira Filho (2104) que desenvolveu estudo sobre os lupanares e boates nas décadas de 60 a 80, com base em jornais e fonte oral, muitas boates fecharam nesse período em Manaus. Fonte: PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

No espaço público, estão mais vulneráveis, especialmente em termos de segurança pessoal, porque nesse espaço ocupacional são as profissionais que geralmente abordam clientes em potencial e em espaços fechados o cliente é que faz a abordagem.

Prostituição de rua e de interior: vantagens diferenciais e práticas articuladas. O negócio sexual de que aqui tratamos é aquele cujos trabalhadores solicitam em espaços públicos, como ruas, avenidas e praças. Este tipo de comércio sexual é habitualmente encarado de forma desvalorizada, por comparação com outros que são praticados em contextos que denominei de interior. [...] São vários os autores que partilham desta perspectiva, [...] que, ao enunciar as diferenças centrais entre a prostituição de rua e de prostituição de interior, refere que é entre as prostitutas de rua que se encontra o estatuto mais baixo e o estigma mais forte, que as experiências no trabalho são avaliadas mais negativamente e que existem mais problemas psicológicos e de auto-imagem. A prostituição aparenta, então, ser destituída de vantagens.¹⁷⁴

Alexandra Oliveira (2011) argumenta que frequentemente a prostituição de rua é associada como desvantajosa em relação à prostituição de interior, pois é no espaço público¹⁷⁵ que se encontram as profissionais mais vulneráveis da categoria, e que estão a mercê da falta de segurança e violência tornando este espaço mais complexo.

Observamos que há uma série de particularidades das profissionais do sexo que atuam nas ruas e em espaços fechados. A pesquisa empreendida com as profissionais que nos anos 80 e 90 vão predominante atuar nas ruas de Manaus, possibilitou-nos observar que as trabalhadoras que tem idade avançada notadamente estão nas ruas, avenidas e praças corroborando com estudo de Oliveira (2011) que acontece em Portugal, diferindo do perfil das que estão operando na *prostituição de interior*¹⁷⁶, principalmente quando consideramos a supervalorização da juventude em nossa sociedade.

Sant'Anna (2000) argumenta que na segunda metade do século XX, “À primeira vista, fica a impressão de que o corpo havia conquistado uma importância maior do que aquela da alma [...]”¹⁷⁷. Nos anos 90, essa ideia ganha mais força e categorias como a beleza, juventude e corpo saudável em que as marcas do tempo não pesam, passam a ser os padrões mais valorizados em nossa sociedade contemporânea.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Alexandra. Andar na vida: *Prostituição de Rua e Reacção Social*. – Ed: Almedina, 2011. P. 70.

¹⁷⁵ Espaço público: expressão utilizada para se referir as ruas, avenidas e praças.

¹⁷⁶ Prostituição exercida em espaços fechados, como boates.

¹⁷⁷ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. As infinitas descobertas do corpo. In: *Cadernos Pagu* (14) 2000: pp.235-249.

As mulheres mais velhas, embora para a sociedade não sejam consideradas atraentes, de acordo com esse discurso de supervalorização do corpo jovem, mostra-nos que a sexualidade não tem idade e que estar nas ruas como trabalhadoras sexuais não significa que necessariamente só há desvantagens. Se em determinados momentos de suas narrativas citam as dificuldades de estarem atuando no espaço público, por outra perspectiva citam também que exercer seu ofício na rua pode representar mais autonomia em relação ao seu trabalho, pois não teriam uma relação direta com donos de pensões e boates.¹⁷⁸

Uma das vantagens da prostituição de rua é ser um trabalho independente. Não existe qualquer relação laboral entre as prostitutas de rua e os donos das pensões e algumas das mulheres nem sequer recorrem àqueles estabelecimentos hoteleiros. Elas (es) são autônomas (os). Pagam um preço por cada vez que usam um quarto, mas este contrato informal dura apenas (...) enquanto a mulher estiver no quarto com o cliente. (...) tudo na relação comercial de sexo com o cliente – as práticas, o preço cobrado, a duração e demais regras impostas – é definido por si.¹⁷⁹

De acordo com a fala das trabalhadoras entrevistadas, ter a possibilidade de fazer seus horários, escolher os dias da semana na qual exercerá sua atividade, além da relação sexual ser bem mais rápida do que acontece na prostituição de interior¹⁸⁰, propicia a elas que uma maior quantidade de programas seja alcançada, pois na autonomia do ofício, decidem livremente a quantidade de programas a serem realizados, quais os clientes que atenderão, bem como o preço a ser cobrado por seu serviço.

A questão do preço cobrado e ao tempo a ser disponibilizado em cada relação sexual, Dália¹⁸¹ relata que atualmente os programas duram em média de meia hora, e que diariamente faz um mínimo de cinco programas, o que não difere do que fazia décadas atrás, pois passou boa parte dos anos atuando nas ruas.

¹⁷⁸ Importante enfatizar que independentemente de haver falas no sentido de que as ruas representam uma possibilidade de ter mais autonomia em relação ao exercício da atividade sexual comercial e de não haver atualmente a figura de uma pessoa que gere o serviço das mulheres entrevistadas, isso não significa que não exista um intermediador para alguns profissionais que atuam no espaço público. Portanto, no universo pesquisado todas informaram exercer o trabalho sem mediadores no tempo presente.

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*. – Ed: Almedina, 2011. p. 71.

¹⁸⁰ Expressão utilizada por pesquisadora portuguesa no livro: OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*. – Ed: Almedina, 2011 para designar o ofício sexual exercido em ambiente fechado como boates.

¹⁸¹ Informante Dália, 65 anos, 2015.

Em um programa simples¹⁸², Dália¹⁸³ hoje cobra em torno de R\$ 40,00 a R\$50 reais, mas não lembra dos valores que eram cobrados antigamente por seus serviços. Margarida¹⁸⁴, por sua vez, cobra em torno de R\$ 50 a R\$ 100 dependendo da especificidade do que o cliente solicita.

Nesse sentido, os pedidos são bem variados, inclusive já houve demandas de clientes que propuseram a Margarida agir como um homem. Por meio das narrativas, foi possível perceber que essas experiências não surpreendem muitas trabalhadoras, pois ocorrem com certa frequência.

Acácia¹⁸⁵ também relata que já foi solicitada para que adotasse performances como homem e desempenhasse o papel de militar. A colaboradora fala que nessas situações se diverte e entende que alguns clientes não querem ter uma relação com um homem necessariamente, mas ficam à vontade para solicitar das profissionais do sexo performances masculinas, pois elas encarariam a situação de modo profissional, sem fazer julgamentos, mas deixa claro que nunca fez algo que não se sentisse à vontade.

A exemplo das outras trabalhadoras entrevistadas, Acácia relata que não aceitava a imposição de determinadas idiosincrasias sexuais. A este respeito, Gaspar (1985)¹⁸⁶ analisa que as trabalhadoras estabelecem um modo particular de se relacionar com o próprio corpo, delimitando limites, inclusive de ordem simbólica, do que pode ou não realizar em relação a cada programa.

Boa parte das mulheres entrevistadas passaram por diferentes experiências no campo da comercialização dos prazeres. Das sete colaboradoras que conversamos, cinco passaram pela atuação em garimpos, bares, boates e ruas. Algumas dessas mulheres chegaram a ser traficadas, assim optaram por não relatar este período em que viveram em condições análoga à escravidão, o que por sua vez, foi respeitado.

As trabalhadoras lembram que nesse processo, passaram por experiências positivas e negativas no decorrer dos anos 70 e 80, mas ainda sim argumentam que antigamente os clientes eram melhores, pois se pagava bem e não tinha tanta violência e

¹⁸² Termo utilizado para designar a prestação de serviço sexual que corresponda ao que é demanda usual da rotina da profissional.

¹⁸³ Informante Dália, 65 anos, 2015.

¹⁸⁴ Informante Margarida, 58 anos, 2015.

¹⁸⁵ Informante Acácia, 63 anos, 2015. “ [...] [acácia] representa a inocência ou pureza, a segurança e a certeza. ” Informação disponível no site: COISAS DA TERRA. *Acácia, a flor símbolo do sol*. 17 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.coisasdaterra.com/encyclopedia/acacia/>. Acesso em 27 abr. de 2017.

¹⁸⁶ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 112

competitividade como é sentido por elas no tempo presente, conforme relata uma trabalhadora:

Melhor era antes, aqui não tinha tempo ruim, era uma vida boa, hoje em dia não é não! Hoje em dia tem muito ladrão, tú não podes usar nada! No meu tempo não tenho o que dizer, sempre tive sorte, não tinha homem mais velho, só aparecia mais novo, os velhos não gostavam de mim [risos] sempre fiquei com trabalhadores.¹⁸⁷

Percebemos que na fala de algumas profissionais existia um saudosismo com relação ao passado, adotando-o como um conjunto de memórias que são rememoradas de forma leve e positiva. A este respeito, segundo Eclea Bosi: “ a memória do velho é uma evocação pura, ‘onírica’, do passado. [...]”,¹⁸⁸ portanto, a memória nesse caso se coloca como contemplação do passado em forma de “sonho”. Em contrapartida, há profissionais como Jasmim¹⁸⁹ que discordam e acreditam que hoje se paga melhor, dependendo do que é acertado nos programas.

Portanto, esse campo de atuação vai sofrendo transformações ao longo do tempo pelas influências conjunturais; nesse aspecto, as trabalhadoras precisam se adaptar ao mercado caso queiram permanecer, haja vista que nos espaços fechados, predominantemente estão as profissionais mais jovens. Destarte, embora as ruas não proporcionem a segurança necessária contra as múltiplas manifestações da violência segundo as narrativas, parte considerável das trabalhadoras mais antigas entrevistadas tem preferência por estar atuando no espaço público, tendo vista a maior independência e flexibilização de horários para poder continuar atuando no ofício na velhice.

Se são reconhecidas certas vantagens ao trabalho sexual de interior, como um maior resguardo da reprovação social e das agressões, também são associados benefícios à prostituição de rua, a saber: ser um trabalho independente de qualquer forma de patronato em que os ganhos não são repartidos; as condições da relação com o cliente serem totalmente negociada pela trabalhadora do sexo, o que lhes confere maior controle sobre a escolha dos clientes e práticas; e ter flexibilidade de horários e dias de trabalho.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Informante Acácia, 63 anos, 2015.

¹⁸⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. - 3.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 60.

¹⁸⁹ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*. – Ed: Almedina, 2011. p. 72.

Ser profissional do sexo que trabalha nas ruas, reúne nesse sentido independência e liberdade. A autora citada acima argumenta em seu livro *Andar na vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*¹⁹¹ que muitas mulheres que permanecem atuando nas ruas em Portugal, já passaram por diferentes meandros do universo do comércio sexual e isso coincide com a fala das profissionais entrevistadas em Manaus e que hoje, embora estejam mais velhas, continuam com o trabalhando nas ruas.

Se antes, mais novas sempre alguém intermediava a atividade sexual comercial, hoje mais velhas negociam a sua força de trabalho e gerenciam os seus serviços. Como diz Dália: “Aqui no centro me olham de modo diferente porque sou uma coroa que ganha o meu dinheiro, acho que é despeito”.¹⁹²

Dália tem uma trajetória de vida rica desde sua inserção no ofício, pois sempre adotou como uma forma de ter sua autonomia financeira e pessoal, muito embora fosse oriunda de uma geração, em que o foco para as mulheres fosse o casamento e a constituição de uma família. Esta trabalhadora que, permanece no Centro da cidade como profissional do sexo, foi na direção oposta do que era preconizado como padrão nos anos 60 e 70 do século XX. Atuou ao longo dos anos na Região Portuária da cidade e, hoje veterana no ofício, enfatiza que mesmo com a idade avançada continua a ter sua independência, trabalhando na atividade sexual comercial.

Desse modo, ser uma mulher de idade avançada que trabalha como profissional do sexo, pode causar certo estranhamento para as pessoas que associam o exercício da sexualidade, especialmente o trabalho sexual à juventude e não à velhice. Assim, quando a trabalhadora expressa que a olham de forma diferente, por ser uma “ coroa que ganha o seu dinheiro” justifica o olhar das pessoas, como uma reação de despeito e como um olhar julgador. Para ela, o despeito funciona como sinônimo de inveja e cobiça pela liberdade que ela tem no seu modo de viver e de trabalhar sem esconder de ninguém o que faz e porque tem orgulho de ser quem é nas ruas do Centro de Manaus.

É neste local, que algumas trabalhadoras permanecem exercendo seu ofício sexual, ainda que muitas mulheres já tenham migrado desta região para outros pontos da cidade em função da revitalização da Praça da Matriz que influenciou na diminuição da clientela. Aliás, esse é um dos aspectos emblemáticos na disputa de espaços entre as trabalhadoras sexuais e o Poder Público, bem como a disputa territorial entre as próprias trabalhadoras que concorrem entre si para continuar nesta área da cidade ainda hoje.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Alexandra. *Andar na vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*. – Ed: Almedina, 2011.

¹⁹² Informante Dália, 65 anos, 2015.

Por um bom tempo, de acordo com as trabalhadoras entrevistadas, a Igreja solicitou que as profissionais saíssem deste espaço, porque alegavam que muitas fiéis acabavam por não ir à Igreja por medo de serem confundidas com as trabalhadoras sexuais. Ainda, segundo as entrevistadas, o Poder Público também organizou esforços para retirá-las com o discurso de que com a revitalização da praça, seria negativo associar este lugar às trabalhadoras sexuais.

Portanto, a luta por espaço profissional e sua legitimação, bem como a disputa territorial são problemáticas que caracterizam as demandas pelas quais a categoria de trabalhadoras sexuais amazonenses luta cotidianamente.

4 EM BUSCA DE SINDICALIZAÇÃO E DIREITOS

A busca pelo acesso aos mais diversos direitos sociais, bem como a aquisição dos direitos previdenciários e trabalhistas pela categoria das trabalhadoras sexuais, são questões que há muito tempo fazem parte da agenda dessas mulheres motivadas pelo direito de exercer suas escolhas pessoais e profissionais.

Diversas, as mulheres têm realidades e demandas diferentes, assim são expressos em distintos movimentos as lutas e resistências que fazem parte do cotidiano e são históricas.

Hoje se fala em feminismos e não feminismo para expressar a pluralidade dos movimentos presentes neste campo: feminismo negro, feminismo interseccional, feminismo radical, feminismo liberal ¹⁹³que correspondem a alguns segmentos que coexistem no campo dos feminismos.

Não podemos negar também a existência de diversas organizações que têm como foco as mulheres, onde discussões sobre gênero perpassam suas lutas. As associações das profissionais do sexo em diversas partes do mundo constituem exemplos dessas organizações.

Independente dos diferentes segmentos no âmbito dos feminismos terem demandas específicas, todos têm como pedra fundamental a igualdade de condições de acesso aos mesmos direitos e oportunidades, independente de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, para além das demandas específicas, lidamos com essa questão maior que embasa os movimentos feministas e de mulheres.

¹⁹³ Há quatro vertentes mais populares no feminismo atualmente: o feminismo negro, feminismo interseccional, feminismo radical e o feminismo liberal: *Feminismo negro* - nos anos 80 é segmento que se fortalece e tem como enfoque a dupla opressão sofrida pela mulher negra que não era representada por outros feminismos, incluindo questões de intolerância religiosa e valorização das religiões de matriz africana- Referências neste campo- Angela Davis, Audre Lorde e Patricia Hill Collins; *Feminismo interseccional* - procura articular as diferentes demandas de gênero das minorias dentro do universo das mulheres, o que torna-se complexo em certa medida conciliar, uma vez que, há múltiplos meandros a serem considerados- Referências neste campo- Simone de Beauvoir, Audre Lorde e Judith Butler; *Feminismo radical*- segundo essa perspectiva, a raiz da opressão feminina está relacionada aos papéis sociais construídos pela sociedade patriarcal, assim os homens devem ser excluídos dos processos de discussão - Referências neste campo- Phyllis Chesle, Monique Wittig e Mary Daly ; *Feminismo liberal* - preconiza que as mulheres podem vencer a desigualdade das leis e dos costumes gradativamente, combatendo as desigualdades pela via institucional, dessa forma busca uma maior representatividade em espaços de poder. No entanto, é uma perspectiva que não analisa de forma aprofundada o capitalismo, os sistemas jurídicos, a competição e a hierarquia- Referências neste campo- Naomi Wolf, Bertha Lutz e Betty Friedan. Maiores informações em: AGUIAR, Ione. *Qual é o seu feminismo?* Conheça as principais vertentes do movimento. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/06/14/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movim_a_21680114/> 14/06/2015 09:08 -03 |. Atualizado 26/01/2017 22:12 -02. Acesso em: 20/03/2017.

Posto isso, não é de agora que as mulheres se organizam para defender diversos direitos, além de lutar pela transformação de uma sociedade mais igualitária e justa. Destarte, é a organização pela defesa de direitos e união pelo compartilhamento de interesses que fomenta a elaboração e concretização dos mais diversos movimentos sociais que vão em busca do atendimento das suas demandas.

Os movimentos sociais têm esse caráter de buscar transformação e nesse processo se preparam para que suas demandas sejam atendidas e os projetos concretizados. De tal modo, as organizações e associações que vão surgindo e se construindo dinamicamente ao longo do tempo são frutos, na nossa concepção, de movimentos de determinados segmentos da sociedade que se movem na direção de seus interesses, a exemplo do que aconteceu com a organização da categoria das profissionais do sexo em diferentes localidades, inclusive em Manaus.

Muitos teóricos acabam se interessando por compreender as motivações que levaram um determinado grupo a se organizar em torno de interesses e experiências em comum. Autores como Frederick Krantz no texto intitulado *George Rudé e a Outra História*¹⁹⁴ analisou que ao estudar os movimentos sociais, Rudé sentia a necessidade de identificar as origens e o curso das ideias que apaixonam os movimentos, porque algo os move na direção da transformação.

Para Gohn (1995)¹⁹⁵, o movimento social é um modo de organizar um segmento da sociedade ou grupo, que ao construir suas subjetividades pode se expressar por meio de protestos, lutas e reivindicação de direitos para requerer mudanças ou fazer permanecer alguma decisão que seja favorável a um coletivo. Nessa perspectiva, é no construir das subjetividades da coletividade que se organizam as suas lutas provenientes da união de interesses e de compartilhamento de experiências em comum.

A experiência para Thompson associa-se com o que as pessoas vivenciam a partir das suas condições concretas de vida, que tem como pano de fundo um modo de produção, que por sua vez, estabelece relações produtivas, econômicas, sociais e culturais. A este respeito, Thompson (1981)¹⁹⁶ discorre que a experiência é um elemento unificador das ações dos trabalhadores.

¹⁹⁴ KRANTZ, Frederick. *George Rudé e a Outra História*. In: KRANTZ, Frederick (Org). *A Outra História: Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 10-15.

¹⁹⁵ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

¹⁹⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201. (Cap. XV).

Os homens e mulheres, [...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, [...] ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre a sua situação determinada.¹⁹⁷

Com base nas condições concretas de vida: situações pessoais, da coletividade e aspectos estruturais oriundos de um modo de produção específico, há a construção de uma consciência e uma cultura que são ressignificadas, a partir da elaboração de táticas para agir perante a sua realidade no cotidiano. Essa tomada de consciência das condições concretas pode acontecer de forma individual e coletiva.

Nesse aspecto, os movimentos feministas e organizações de mulheres têm em semelhança, guardadas as suas particularidades, o arcabouço de experiências em comum, que dão o sentido à formação de diferentes grupos, mas que têm na essência o sentimento de perceber o tratamento diferenciado entre mulheres e homens e mulheres perante outras mulheres. Dessa forma, os movimentos sociais têm caráter político e não estão desconectados do contexto social, político, cultural e histórico.

No século XX, sobretudo nos anos 60 e décadas posteriores, observamos uma proliferação de movimentos sociais, o que não significa que não existissem grupos que se movimentassem por algo e tivessem projetos de sociedade anteriormente.

Os múltiplos movimentos sociais do Ocidente, do Sul e do Leste que hoje em dia são denominados ‘novos’ constituem, com raras exceções, novas formas de movimentos sociais que existiram através dos tempos. Ironicamente, os movimentos ‘clássicos’ da classe trabalhadora e sindicais surgiram principalmente no século passado e, com o passar do tempo, parecem ser mais um fenômeno transitório relacionado com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Por outro lado, os movimentos camponeses, de comunidades locais, étnicos/nacionalistas, religiosos e até de mulheres/feministas existiram durante séculos e até milênios em muitos lugares do mundo. Mas hoje em dia, muitos destes movimentos são comumente denominados como ‘novos’, embora a história europeia conte com numerosos movimentos sociais ao longo da história. Exemplos destes movimentos são [...] de mulheres no século XII, alguns dos quais desencadearam à caça às bruxas e outras formas de repressão contra as mulheres [...]¹⁹⁸

¹⁹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201. (Cap. XV).

¹⁹⁸ FRANK, Gunder André; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. In: *Lua nova – São Paulo- junho 89 n° 17*. p. 19-48.

Muitos dos movimentos sociais que são designados como novos já davam sinais de sua existência, como foi o caso das mulheres, o que novamente nos faz pensar em sua historicidade e de como as lutas e resistências não são um dado novo da contemporaneidade. Os autores destacam através da historiografia que no caso das mulheres houve inclusive perseguições como a caça às bruxas, no século XII, que nos faz pensar que as mulheres constantemente sofreram inúmeras formas de opressão ao longo dos séculos.

Pensar em movimento social, implica refletir também que as lutas, assim como as opressões vivenciadas são permanentes e por vezes os ganhos são experienciados por futuras gerações, a depender do que se objetiva alcançar, dos valores, ideologias, e classes envolvidas no movimento.

Para as mulheres, que são diversas em suas condições e identidades, é importante ponderar que dentro de um universo o qual foi por muito tempo invisibilizado, o que é o periférico. Assim, procuramos no estudo restringir a análise das mulheres populares que exerceram e atuam em uma profissão permeada de estereótipos, para entender como se organizavam e se articulam enquanto categoria para traçar não só táticas para melhorar as condições de trabalho e de vida, mas também conhecer um pouco das experiências individuais dessas mulheres.

Mais que narrar aspectos de suas vidas, essas trabalhadoras revelam-nos para além dos relatos, os sentimentos e os significados atribuídos a determinados acontecimentos, a partir de suas perspectivas e experiências, pois antes não era possível ouvir as vozes dos sujeitos que não eram considerados pela história tradicional.

Os anos 60 do século XX foi um divisor de águas, especialmente no que se refere às mulheres e movimentos feministas, pois os movimentos que foram se organizando, possibilitaram trazer à tona a discussão de categorias como gênero, corpo e seus usos de forma autônoma, privilegiando nesse processo a experiência como forma de ouvir as vozes que na história oficial não eram contempladas.

Entre os historiadores feministas, por exemplo, ‘experiência’ ajudou a legitimar uma crítica das falsas asserções à objetividade de relatos históricos tradicionais. Parte do projeto de determinada história feminista tem se dedicado a desmascarar todas as asserções à objetividade como disfarces ideológicos de preconceitos masculinos ao destacar os defeitos, incompletude e exclusão na história oficial. Esse objetivo tem sido atingido pelo fornecimento de documentação sobre mulheres no passado que questionam interpretações nas quais gênero não foi considerado. Mas como podemos legitimar o novo

conhecimento se a possibilidade de toda a objetividade histórica tem sido questionada? Ao recorrer à experiência, [...] [conseguimos apreender, mesmo que de forma parcial a realidade e as subjetividades] [...] ¹⁹⁹

A experiência das mulheres distintas em sua condição étnica, geracional e de classe constituem a base da identidade política e histórica das diversas mulheres, bem como do feminismo. Desse modo, o ativismo dá forma aos acontecimentos como ocorreu na década de 70, na França, em 02 de junho de 1975, onde trabalhadoras do sexo ocuparam a Igreja de *Saint-Nizier*, em *Lyon*, para protestar e mostrar a sua indignação perante à morte de colegas e abordagem policial repressora que as impossibilitavam ou dificultavam o exercício do seu trabalho.

A socióloga Lilian Mathieu, da Sorbonne, ao tratar de forma mais detalhada esse movimento em estudo desenvolvido no ano de 2001, salienta que houve eventos anteriores que fomentaram a ocupação na Igreja de *Saint-Nizier* e que em 1972 houve uma mobilização significativa que cooperou para a concretização da ocupação em 1975.

200

Segundo a estudiosa, o comércio sexual em 1972, na cidade, havia padecido em função de escândalos que envolviam a polícia e políticos que desenvolviam atividades ilícitas; estas se desdobravam em ações de pedido de propina por policiais aos donos de estabelecimentos, pelo fato de que alguns políticos e policiais serem sócios desses espaços, a fim de cobrarem uma parte do trabalho exercido pelas profissionais do sexo.

Os escândalos abalaram o comércio sexual local, prejudicando as trabalhadoras sexuais que ganhavam a vida neste mercado, uma vez que houve o fechamento em massa de hotéis e bordéis onde funcionavam em *Lyon*, na França. É importante destacar que os estabelecimentos que favoreciam o comércio sexual eram proibidos por lei, mas funcionavam clandestinamente na pequena cidade.

Houve então a organização de uma ação coletiva que se expressou em uma pequena manifestação onde estava prevista para ocorrer no dia 25 de agosto de 1972, porém, poucas trabalhadoras compareceram a essa manifestação. A socióloga argumenta que muitas foram as razões para a pouca aderência à passeata, elementos como a exposição da sua figura enquanto profissional do sexo que colocavam em risco a

¹⁹⁹ SCOTT, Joan W. *A invisibilidade da experiência*. In: Projeto História, São Paulo, (16), fev. 1998. p. 312.

²⁰⁰ MATHIEU, Lilian. *An unlikely mobilization* : the occupation of Saint-Nizier church by the prostitutes of Lyon. In: *Revue française de sociologie*, 2001, 42, supplément. An annual english selection. pp. 107-131.

preservação de sua identidade e as ameaças sofridas pelo Poder Público inibiram a ação, mas anos depois, estimularam as bases para o movimento que se organizou em 02 de junho de 1975, quando um grupo de mais de 100 profissionais ocuparam a Igreja de *St. Nizier*, em *Lyon*- França. Este fato demarcou um dia a ser lembrado ao longo dos anos, pois esse dia converteu-se como uma data simbólica para as profissionais do sexo, as quais celebram as suas lutas.

Esse movimento teve repercussões em outras cidades francesas, como *Marselha*, *Montpellier*, *Grenoble* e *Paris*, onde profissionais do sexo entraram em greve. O movimento ampliou-se para outros países a partir da grande mobilização que este acontecimento teve na mídia.

No Brasil, ainda na década de 70, especificamente em 1979, um fato se colocou como um divisor de águas na disposição de movimentos em prol da organização da categoria e que anos mais tarde deu bases para o primeiro encontro nacional de profissionais do sexo em 1987.

O que se caracterizou como um divisor de águas na mobilização das profissionais no Brasil, foi a primeira passeata das trabalhadoras na Praça da Sé, em São Paulo, com o intuito de se manifestarem contra a repressão policial conforme relata Gabriela Leite²⁰¹

No Rio de Janeiro entre os anos 50 a 70, a “República do mangue”²⁰², área restrita para o exercício do baixo meretrício, foi ampliando o seu alcance, extrapolando os limites delimitados. Segundo Pereira (1976)²⁰³ as mulheres já estavam “invadindo” as vias públicas, “não respeitando” mais as famílias em bairros tradicionais como Copacabana, Tijuca e Catete.

A “República do Mangue” funcionava como um espaço onde o Poder Público segregava as trabalhadoras sexuais para que os homens pudessem contratar os serviços com maior discricção e as trabalhadoras pudessem ser controladas, não só por meio de cadastramento, mas também por exames médicos.

²⁰¹ LEITE, Gabriela. *Caminho aberto para a puta cidadã*. [online] Disponível em <<http://www.beijodarua.org.br>>. Acesso em 23/05/2017.

²⁰² Uma cidadela composta por pensões, casas, botequins, restaurantes delineava o espaço onde funcionava o comércio sexual do baixo meretrício. Uma cadeia de lupanares, onde grande parte dos estabelecimentos eram dirigidos pelas próprias meretrizes.: LEITE, Juçara Luzia: *A República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*; Rio de Janeiro, 1993 e PEREIRA, Armando. *Prostituição: uma visão global*. 2.ed. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.

²⁰³ PEREIRA, Armando. *Prostituição: uma visão global*. 2.ed. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.p. 66.

Com o tempo, o controle exercido nesse território despertou o sentimento de organização das profissionais do sexo diante das questões que se tornavam complexas como a violência, discriminação sexual e a proliferação de doenças.

No final do século XX, por volta dos anos 80, com o avanço da epidemia de HIV/Aids, há por parte do Estado uma intensificação da atenção voltada para as profissionais do sexo, uma vez que existia a ideia de que essas trabalhadoras compunham parte dos sujeitos que eram considerados como disseminadores desse surto, sendo incluídas no chamado “grupo de risco”.²⁰⁴

[...] os embates existentes no interior do discurso médico nas primeiras décadas do século XX em relação às doenças sexualmente transmissíveis (sífilis, gonorreia, etc). [...] envolviam desde a prescrição [de] determinados medicamentos até a adoção de novas práticas pelos homens e mulheres, contribuíram sobremaneira para a construção de uma representação social de doença no campo da sexualidade ainda presente nos dias de hoje. Por exemplo, quando eclodiu no país, nos anos de 1980, o considerado problema da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS) inicialmente observou-se um quadro muito semelhante ao que se passara naquelas décadas pregressas, uma vez que a doença foi também associada a [...] determinados grupos sociais tais como os homossexuais masculinos e os profissionais do sexo.²⁰⁵

A autora observa que se caracteriza como uma permanência desde as primeiras décadas do século XX, a associação de infecções sexualmente transmissíveis a determinados agrupamentos sociais que fazem parte da construção do imaginário sobre as doenças e a sexualidade, quando há a correlação da sífilis, gonorreia e demais infecções transmitidas pelo ato sexual às trabalhadoras sexuais, implicando na adoção de práticas que exercessem o controle sobre as trabalhadoras.

Os anos 80 do século XX desvela a permanência da associação de doenças à categoria dos trabalhadores sexuais que tem seus corpos frequentemente reificados como objeto de análise e intervenção nos discursos médicos, em particular, com o advento da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS).

²⁰⁴ Denominação que era atribuída a determinados agrupamentos de pessoas como mais propensas a contaminação do HIV: “(...) homossexuais, hemofílicos, haitianos e heroinômanos, além dos profissionais do sexo. O uso dessa expressão marcaria a construção histórica, cultural, imaginária e social da AIDS.” Disponível em: GOMES, Antônio Marcos Tosoli; SILVA, Érika Machado Pinto; OLIVEIRA, Denize Cristina de. *Representações sociais da AIDS para pessoas que vivem com HIV e suas interfaces cotidianas*. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 3, p. 485-492, junho 2011.

²⁰⁵ AREND, Silvia Maria Fávero. *As décadas: prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)*. In: *História Unisinos*, Vol. 10, n (1):106-108, janeiro/abril 2006. p. 108.

Atualmente, a experiência da vida sexual é compreendida como “produto dos símbolos e significados intersubjetivos associados com a sexualidade em meios sociais e culturas diferentes”.²⁰⁶ De tal modo, a experiência da vida sexual e a forma de como a sexualidade é exercida está articulada dentro de um contexto social e cultural que transcende os estereótipos estabelecidos em torno de determinados agrupamentos sociais.

A associação do profissional do sexo com a aids foi um dos elementos que em conjunto com a repressão policial e violência exercida contra às trabalhadoras, constituíram o motor para o desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos que estavam se articulando em diferentes pontos do país, culminando no ano de 1987, no nominado 1º. Encontro Nacional de Prostitutas.

A categoria cansada da rotina desgastante de discriminação, violência, perseguição policial e com uma nova demanda de reconhecimento público da profissão, organizaram este primeiro encontro, liderado por Gabriela Leite em parceria com algumas trabalhadoras sexuais do Rio de Janeiro no final da década de 80.

O 1º. Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido no ano de 1987, foi um dos movimentos que promoveram também a mobilização de trabalhadoras oriundas de outros Estados da federação a formarem suas associações com a finalidade de construir reflexões e traçar estratégias que pensassem os problemas regionais e, que estivessem articuladas às bandeiras principais da categoria, sendo uma delas a regulamentação da profissão.

As associações que gradativamente foram se formando compuseram, caso fizessem a opção de credenciamento, o que hoje denomina-se: Rede Brasileira de Prostitutas-RBP, que atua também formando parcerias com as demais organizações de alcance nacional da categoria, dentre as quais está a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais -CUTS e a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo – ANPS.

A ampla organização que foi construída no Brasil foi expandindo-se após o 1º. Encontro Nacional das Prostitutas (1987) e possibilitou que a fala dessas profissionais

²⁰⁶ PARKER, Richard G. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. – Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34. 2000. p. 31.

fossem ouvidas. Nesse encontro, muitas trabalhadoras externaram que estavam cansadas de aparecer nas páginas policiais da imprensa, associando-as à criminalidade.²⁰⁷

Marocco (2004)²⁰⁸ discorre que já no século XIX, a imprensa brasileira falava sobre um conjunto específico de indivíduos que se restringiam aos pobres, mendigos e prostitutas que se movimentavam pelos becos, cortiços e tavernas, descrevendo-os como foco de imoralidade e “perigo às pessoas de bem”.

A presença das trabalhadoras sexuais nas páginas policiais, associando-as à marginalidade, é uma permanência, especialmente, em jornais de cunho sensacionalista. Marocco (2004) a respeito dessa permanência reflete: “Em vários momentos os jornalistas se ofereciam para substituir a polícia convertendo-se nos olhos que a mesma não tinha ou não queria utilizar.”²⁰⁹

Vilela (2017) informa que o 1º Encontro contou com representantes da Associação de Mulheres “profissionais do sexo” da Bahia, o Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre -NEP, a Organização não governamental DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde e Igualdade, a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul e o Grupo de Prostitutas do Estado do Pará.²¹⁰

4.1 O trabalho sexual enquanto profissão

O trabalho sexual enquanto profissão é uma das principais bandeiras de luta da categoria. Esta discussão começa a dar sinais no final da década de 80 com o Primeiro Encontro Nacional das Profissionais e vai se intensificar no interior da categoria durante os anos 90, com o debate sobre a regulamentação da profissão.

Cauduro (2009) na monografia intitulada: *Profissionais do sexo: de fato e de direito?*,²¹¹ propõe esta discussão a partir da perspectiva de uma trabalhadora e da posição de alguns juristas em relação a regulamentação do trabalho sexual. A autora,

²⁰⁷ VILELA, Janaína Alcântara. *O movimento social das profissionais do sexo e a luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais*. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>> Acesso em: 28 março de 2017.

²⁰⁸ MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. Editora Unisinos, 2004. p. 15.

²⁰⁹ MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. Editora Unisinos, 2004. p. 41.

²¹⁰ VILELA, Janaína Alcântara. *O movimento social das profissionais do sexo e a luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais*. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>> Acesso em: 28 março de 2017.

²¹¹ CAUDURO, Maria Teresa. *Profissionais do sexo: de fato e de direito?*. 2009. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Direito) - Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2009.

também chama a atenção para o fato de que independente de posições contrárias perante à questão, há explicitamente, mesmo que de forma tácita, o estabelecimento de um contrato de prestação de serviço, onde ambas as partes têm ao firmar este acordo, um dever jurídico informal e que legalizando ou não, esses contratos informais continuarão existindo.

Partindo do pressuposto de que há um estabelecimento de um contrato informal de prestação de serviço, onde há interesses em jogo de quem contrata e de quem é contratado, a regulamentação proporcionaria o respaldo e proteção jurídica a essas trabalhadoras, levando em conta a vulnerabilidade dessa categoria que constantemente é marginalizada pela sociedade e que tem no seu cotidiano inúmeros riscos que podem afetar a sua integridade física e mental.

A regulamentação asseguraria direitos, tais como: aposentadoria, seguro desemprego, pagamento de horas extras, férias e acesso a demais benefícios empregatícios, além de impor limites e negociar os termos de sua performance para com os clientes.

Em 1997, há uma tentativa em regulamentar a atividade sexual comercial, manifesta pelo Deputado Wigberto Tartucce, filiado ao Partido Brasileiro Progressista.

Depois de muitas décadas, em 1997, assistiu-se a uma nova tentativa de incorporar uma perspectiva ‘regulamentarista’ [...] à legislação brasileira. Um Projeto de Lei tratando do tema foi apresentado no parlamento pelo deputado federal Wigberto Tartucce, eleito pelo Distrito Federal (1994-1998) e filiado ao Partido Progressista Brasileiro, [...]. Conforme [...] apresentado à Câmara Federal, seu objetivo era ‘a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a **prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor.**’ [...] ²¹²

A proposta de cunho moralista argumentava que as atividades não estavam “adequadas” e em sintonia com os costumes tradicionais, atentando contra o *status quo*. Ao mesmo tempo, havia também o entendimento de que a atividade sexual comercial era algo que precisava ser regulamentado, uma vez que existe. Contudo, regulamentar nessa perspectiva não significava proteger às trabalhadoras, mas à clientela.

A questão foi colocada novamente no campo da discussão no Parlamento Brasileiro no ano de 2003 pelo então deputado Fernando Gabeira, filiado do Partido dos

²¹² RODRIGUES, Marlene Teixeira. *O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão*. Soc. estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 151-172, junho 2004.

Trabalhadores, com a proposição de uma Lei exposta ao Plenário da Câmara Federal que tratava da legitimação de pagamento por serviço de natureza sexual, bem como propunha a supressão dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal.²¹³

Ao traçar a comparação da proposta de Lei sugerida no ano de 1997 em paralelo com outra proposição de Lei sugestionada no ano de 2003, observarmos mudanças de perspectivas. O que antes carregava um caráter moralista, passa a ser visto por um viés de consideração da atividade como um trabalho e que como tal precisa ter seu pagamento assegurado pelo serviço prestado, além da adoção de medidas que protejam os (as) trabalhadores (as) sexuais.

Importante dizer que o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, por meio da Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002, reconheceu a atividade de profissional do sexo como sendo lícita. Segundo a Portaria, estes profissionais são pessoas que buscam programas sexuais, atendem e acompanham clientes, além de participar em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão. Assim, foi incluída a atividade da profissional do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Isso significou um avanço no reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) da profissional do sexo como uma trabalhadora e inovou no enfrentamento da questão da prostituição no país.²¹⁴

A inclusão da profissão no *hall* da Classificação Brasileira de Ocupações –CBO, trouxe em certa medida o reconhecimento desse ofício, pois é nesse banco de dados que podemos vislumbrar a descrição detalhada de toda atividade laboral exercida, bem como os instrumentos de trabalho, o conhecimento mínimo exigido, dentre outras informações que dizem respeito à profissão.

²¹³ Art. 228 - induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009); Art. 229- Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009); Art. 231-Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) (Revogado pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência). Fonte: BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto Lei 2848/40 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 de jan. 2017.

²¹⁴ VILELA, Janaína Alcântara. *O movimento social das profissionais do sexo e a luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais*. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>> Acesso em: 28 março de 2017.

Anos mais tarde, a discussão sobre a regulamentação da atividade laboral sexual é retomada, com a submissão para análise e discussão do projeto de Lei nº. 4.211/12,²¹⁵ de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que por sua vez, é ligado às questões relacionadas às minorias.

A proposta de Lei nº. 4.211/12 tem proximidade com o que Fernando Gabeira propunha no ano de 2003, pois defende que a marginalização das pessoas que são trabalhadoras sexuais fomenta a exploração sexual, em particular as que não atuam na atividade sexual comercial de luxo.

Aquela prostituta de classe média alta, que divide um apartamento no Rio ou nos Jardins, em São Paulo, talvez seja menos vulnerável que o proletariado da prostituição, que depende das casas e de exploradores sexuais. Eu quero proteger os direitos delas, garantir a dignidade e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Digo, 'elas', porque a maioria das pessoas que realizam trabalhos sexual são do gênero feminino, mas o projeto também beneficia os garotos de programa.²¹⁶

Para o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), a proposição é importante porque protegeria os profissionais mais vulneráveis desse universo, abarcando aqueles trabalhadores que dependem das casas e boates ou que estão nas ruas, além de condenar a exploração sexual a menores, pois a partir do momento que define como um dos requisitos para a atuação neste campo a maioridade, legitima a criminalização do ato de explorar crianças e adolescentes para fins sexuais comerciais.

O projeto de lei foi batizado com o nome *Lei Gabriela Leite*²¹⁷ que faleceu em 2013 e que foi presidente da Organização não Governamental Davida e ex-aluna de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que tomou a decisão de atuar como trabalhadora sexual aos 22 anos de idade.

Há muitas perspectivas em torno da regulamentação da profissão, há inclusive quem discorde de tal projeto de lei, pois segundo o argumento dessas pessoas que vão

²¹⁵ Aguardando composição de uma mesa temporária para analisar o projeto em questão. No momento encontra-se desarquivado desde de 2015. Maior informação dos caminhos percorridos pelo Projeto de Lei encontra-se no site: CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 4211/2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. > Acesso em 20 de março de 2017.

²¹⁶ CAZARRÉ, Marieta. *Projeto que regulamenta atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara*. In: EBC-Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta>>

²¹⁷O projeto encontra-se na íntegra: WYLLYS, Jean. PROJETO DE LEI Nº _____/ 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. > Acesso em: 20 de março de 2017.

contra essa proposição mais atual, a regulamentação institucionalizaria o rufianismo, legitimando segundo esse pressuposto, situações de exploração sexual.

Uma das preocupações da pesquisa foi ouvir as profissionais com relação ao tema para que diante das narrativas das trabalhadoras que atuam em Manaus e que têm mais de 30 anos de profissão, reflexões fossem empreendidas, tais como a sua visão sobre o ofício e se o consideram como trabalho. Assim, o que pensam as profissionais no que compete essa discussão?

Dália- É trabalho! Contanto que ele pague o dinheiro, está tudo bem!
Tira a camisinha, tome banho. Pronto, acabou! Se ele gostar, ele volta.
Se não é problema dele, [risos]
Entrevistadora: Eles voltam?
Dália: Volta, volta porque eu trato bem, não roubo ninguém.²¹⁸

A informante Dália argumenta que é trabalho e que prestando um serviço, deve receber o valor correspondente ao que foi previamente acordado e que caso o cliente não esteja satisfeito com o serviço proporcionado, ele é livre para voltar ou não.

Como está em um mercado onde há concorrência por clientes, para ter a fidelidade da clientela trata todos bem, o que para ela se coloca como um diferencial em meio as suas colegas de profissão, além de deixar explícito que é uma profissional confiável, uma vez que, não comete furtos e que tem larga experiência em decorrência dos anos que se encontra no mercado sexual.

Outra trabalhadora entrevistada também reconhece como um trabalho, que como qualquer outro ofício proporciona através do dinheiro, o ganho pelo serviço realizado e, por conseguinte o atendimento das necessidades básicas ou de sobrevivência. Nesse sentido, enxerga-o como trabalho, conforme narrativa abaixo:

É um trabalho por necessidade [...] tem muitas que necessita [...], mas é difícil legalizar [inaudível]. Eu sem trabalho nenhum [...] resolvi sair dali, eu me senti bem porque eu pensei que ia morrer de fome, eu pensei que ia andar descalça, eu pensei que ia andar nua, eu pensei que eu ia viver pior do que tava vivendo ali e eu tô vivendo muito melhor [...] O que eu queria mesmo hoje era me sentir feliz [...] era uma aposentadoria ou então um benefício, [...] eu queria depender de tudo, menos de homem, não viver mais com ninguém, viver só, fora de homem e me dedicar a Deus [...] eu me arrependo de tudo, se eu fosse moça hoje não dava mais não! Porque é uma vida precipitada e de muito risco.²¹⁹

²¹⁸ Informante Dália, 65 anos, 2015.

²¹⁹ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

No primeiro momento, Jasmim²²⁰ entende o trabalho como meio de prover o seu sustento e arcar com as suas necessidades mínimas de sobrevivência, todavia ter um trabalho não significa apenas prover suas necessidades básicas e de sobrevivência, assim, quando ela relata posteriormente que ela gostaria de se sentir feliz e de ter uma aposentadoria, infere-se que a trabalhadora quer expressar que gostaria de ter segurança, através de um benefício, nos fazendo pensar que a categoria trabalho transcende o ganho financeiro e envolve a segurança do trabalhador em diferentes aspectos, significando também acessar direitos previdenciários e trabalhistas que as profissões reconhecidas têm, logo regulamentar este ofício, representa o acesso a esses direitos, tais como: Aposentadoria, Auxílio-doença, Férias, Auxílio-maternidade, dentre outros benefícios sociais.

Refletindo ainda sobre a categoria trabalho e como as trabalhadoras pensam a respeito dessa questão, observamos por meio das falas, que ter o reconhecimento do ofício significaria para elas poder acessar um conjunto de direitos trabalhistas, previdenciários e assistenciais, como a aposentadoria que é recorrente na fala das trabalhadoras.²²¹ Concomitante ao que foi argumentado, é o vínculo empregatício que gera a responsabilidade por parte do Empregador e Estado em proporcionar segurança, caso aconteça algum acidente ou adversidade que comprometa a integridade dessa profissional.

Para Jasmim, regular o trabalho sexual seria difícil porque a profissional do sexo é mal vista, pois é estigmatizada pelas pessoas. Ela demonstra a consciência do fato quando relata sentir pré-julgamentos das pessoas com relação a uma série de ideias associadas a essas profissionais.

Entrevistadora: A senhora considera que as pessoas olham você de uma forma diferente?

Jasmim: é, sabe por quê?!, porque a gente é sempre malvista né! A prostituta é desvalorizada perante as pessoas, difícil legalizar [...]. Basta dizer que é uma prostituta, [...] como que ela vive ali naquele meio? [...], ela é malvista porque a prostituta não enjeita homem: é casado, amigado, amancebado, é pilantra. Tudo que pintar rola, é verdade! [...] tem mulher que gosta da quantidade e outra da qualidade, eu gostava de qualidade. [...] homens querem fazer todo tipo de coisa com a mulher, a gente fica muito vulnerável [...] homem casado que tem mulher e faz isso com mulher de rua menina!²²²

²²⁰ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

²²¹ Maiores informações sobre os direitos previdenciários e trabalhistas encontram-se no site: <http://www.previdencia.gov.br>

²²² Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

Jasmim²²³ considera difícil legalizar o ofício, porque segundo a sua percepção, a profissional do sexo é vista de forma negativa, o que cria barreiras para que o trabalho seja regulamentado, assim percebe que a moral influencia o sistema legislativo e judiciário que elabora e implementa as leis respectivamente. Ao mesmo tempo, por fazer parte da sociedade, Jasmim também internalizou muito dos elementos atribuídos pelo corpo social perante essas trabalhadoras, quando ela faz distinções entre as mulheres, hierarquizando parte delas como mulheres de rua, inferiorizando-as, embora tenha atuado na rua como profissional do sexo. Desta forma:

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação.²²⁴

Para Bourdieu (2010)²²⁵ internalizamos os pressupostos dominantes, oriundo das estruturas históricas da ordem masculina que refletem na nossa percepção e apreensão do mundo. Destarte, à luz dessa perspectiva podemos compreender falas como a de Jasmim sobre as trabalhadoras sexuais e de como a mesma recorre a estereótipos para falar das profissionais, mesmo que tenha sido uma trabalhadora do sexo.

Esta reflexão também nos possibilita pensar que quando uma mulher se apresenta como uma trabalhadora sexual, isso remete às pessoas uma série de mapas mentais que delineiam de forma inconsciente ou não pré-julgamentos, que inclusive fomentam questionamentos frequentes, a saber: Porque que ela está naquele meio? O que a motivou a fazer parte daquele mundo?

Mais importante do que obter respostas ou categorizar as pessoas, é compreender que as razões podem ser tantas e tão diversas, que para Jasmim foi uma questão de sobrevivência, para outras uma imposição e para tantas outras mulheres necessidades de ter liberdade e alcançar a sua independência.

²²³ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

²²⁴ BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *A dominação masculina*. / Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhner.- 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 13.

²²⁵ BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *A dominação masculina*. / Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhner.- 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 13.

Outra trabalhadora sexual, Rosa²²⁶ também aponta a necessidade de se aposentar ou ter acesso a um benefício, para que as trabalhadoras possam ter autonomia e não se tornem dependente de pessoas, companheiros ou familiares.

Entrevistadora: A senhora considera o trabalho sexual uma profissão?
 Rosa: Olha sinceramente, [...] eu não considero. Não é um trabalho não! Porque não é fácil, mas [...] por outro lado eu acho que cada qual faz do seu corpo o que quer né, eu acho que todo mundo, desde o momento que ficou de maior, faz da sua vida o que bem entender, se querem que a prostituição seja um trabalho nada contra, [...] sei lá, eu não sei nem te explicar, mas eu sinceramente do fundo do meu coração, tenho que admitir que é um trabalho, porque é! Trabalha muitas meninas. Já está no CBO, uma ocupação né! [...]²²⁷

Inicialmente, Rosa alega que não considera o ofício como um trabalho, uma vez que não se dispõe das condições dignas para exercer tal atividade. Quando ela diz que não é fácil, muito provavelmente está se referindo às questões de ordem prática que estão presentes no cotidiano “da difícil vida fácil”.

A trabalhadora em questão parou de exercer a atividade sexual comercial com mais ou menos vinte e nove anos de idade, quando inicia em outro trabalho, de carteira assinada como garçonete nas mediações do Centro. Infere-se que Rosa não reconheça a ocupação sexual em sua fala inicial como trabalho, porque entende que estar na labuta como profissional do sexo, implica em exercer uma atividade que é carregada de estereótipos e que não é regulamentada, o que reflete do não acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, inviabilizando segundo a sua percepção, enxergá-la como trabalho.

Em contrapartida, ela reconhece a liberdade do sujeito, desde que seja maior de idade. Como adulto, está capacitado ao atingir a maioridade a fazer as suas escolhas profissionais, pessoais e de como vai dar sentido ao seu corpo, quer seja como ferramenta de trabalho, quer seja como instrumento de prazer, ou ambos, defendendo a liberdade de escolha do outro.

Nesse sentido, apoia a luta do movimento da categoria e admite que a atividade, mesmo que não disponha de uma regulamentação, tem elementos que o caracterizam como um trabalho, sendo impossível ignorar tal ofício, destacando ao final de sua fala

²²⁶ Informante Rosa, 59 anos, 2015. “Inúmeros são os mitos sobre a Rosa, em geral tem o significado do amor, seja espiritual, carnal, virginal. [...] Rosa tornou-se simbolismo do amor [...]” Informação disponível no site: DANTAS, Tiago. *O simbolismo da Rosa*; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/mitologia/o-simbolismo-rosa.htm>. Acesso em 27 de abril de 2017.

²²⁷ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

que já é uma ocupação presente na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Assim, reflete que pode sim ser um trabalho, pelas características que apresenta, ainda que conflite com a sua posição inicial, mas a defende enquanto participante do movimento em prol de condições dignas e salubres de trabalho.

Através desses discursos, podemos pensar que se a profissão fosse regulamentada, muitos benefícios poderiam ser viabilizados enquanto direitos adquiridos. Atualmente, o profissional pode contribuir de forma autônoma para a previdência, porém esta opção ainda não atende às necessidades dessa categoria em sua totalidade, o que seria diferente, caso a profissão fosse regulamentada e reconhecida.

Preciso ter minha profissão reconhecida, pois isso pode me garantir a cobertura de auxílio-doença em caso de um problema de saúde relacionado à minha atividade. Dependendo do problema, se eu tivesse apenas um registro de autônoma, não conseguiria o afastamento, pois o perito poderia alegar que ela não afeta meu trabalho [...]²²⁸

O Código Penal está embrenhado de perspectivas tradicionalistas, a julgar pela data de sua promulgação 07 de dezembro de 1940, código este que pouco diferiu dos anos 40 para os anos de 2009, quando houve atualização da nomenclatura do Título VI que antes era: *Dos Crimes contra os Costumes* e hoje é: *Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual*.

Houve poucas mudanças no Código Penal, um dos exemplos é quando se dispõe sobre o Art. 229 que consiste em manter, por conta própria ou por terceiros, a proibição dos estabelecimentos em que ocorra exploração sexual, havendo lucro ou não, o que na década de 40 restringia-se aos espaços onde o intuito era apenas o lucro. O caráter moralista é uma permanência que perdura e incide em policiar os comportamentos e a sexualidade.

A questão da liberdade sexual no Código Penal está muito mais voltada a abordar a violação das pessoas que são exploradas sexualmente, o que por sua vez, é importante, do que propriamente tratar também o direito da pessoa de exercer a sua

²²⁸ Caso Lilyth: os profissionais do sexo começaram a ser aceitos nos registros do INSS somente em dezembro de 2010, após a travesti Lilith Prado, de 32 anos, do Mato Grosso, conseguir se tornar uma segurada da Previdência. O que, à primeira vista, parece apenas a mudança do nome de cadastro previdenciário pode fazer a diferença para esses trabalhadores, especialmente na questão do auxílio-doença. Esta informação encontra-se em: COUTINHO, Gilson. *Profissionais do sexo podem obter auxílio do INSS*. In: Dois terços. Disponível em: <<http://www.doistercos.com.br/profissionais-do-sexo-podem-obter-auxilio-do-inss>> Acesso em 22 de abril 2017.

liberdade, inclusive para fins sexuais comerciais, o que se coaduna com uma perspectiva que vitimiza as mulheres, prevendo apenas como crime no Brasil o rufianismo.

Implicitamente, o código cerceia a liberdade do sujeito de exercer a sua sexualidade para prestação de serviços sexuais, deixando dúbia interpretação. Chega a ser confuso, na medida em que, não há nada que proíba a atividade no Brasil, todavia, através dos artigos fica implícito que exercer o uso do corpo para “explorar por conta própria” para fins sexuais pode ser uma conduta criminalizada.

Por fazermos parte de uma sociedade patriarcal, é importante observar como os pressupostos de ordem masculina estão enraizados no campo legislativo, Imprensa e demais Instituições. É perceptível, inclusive, pela fala de algumas profissionais, especialmente das que têm anos na profissão, que certos preconceitos dirigidos a estas trabalhadoras, também podem se reproduzir entre a categoria, porque elas fazem parte dessa sociedade patriarcal.

Jasmim²²⁹, revela em dado momento que se sentia vulnerável, uma vez que, de acordo com a sua fala *os homens querem fazer de tudo*. Nessa lógica, quando emprega essa expressão, desvela um dos meandros da sociedade patriarcal, onde o que conta são as vontades e necessidades masculinas e que nesse processo se reifica as mulheres.

Quando a trabalhadora revela que se sente vulnerável, acreditamos que ela queira dizer que está exposta a uma série de situações negativas como o contágio de doenças e exposição às situações de violência. Confessa que nos programas sempre procurou observar com atenção os clientes e “examiná-los” antes da prestação dos serviços, para garantir segundo ela, a sensação de que era seguro manter relações com o cliente que atendia.

Dentro dessa lógica, portanto, as [...] [trabalhadoras] não mantêm relações sexuais com pessoas que reputam ‘suja’, sendo corpo do cliente sempre motivo de atenta observação, em particular os órgãos sexuais, num esforço de detectar possíveis manifestações de doenças venéreas. Caso algo seja percebido, a [...] [trabalhadora] não levará o programa adiante.²³⁰

Esse relato que expõe o sentimento de sentir-se vulnerável, coincide com a fala de outras trabalhadoras que tem trazido para a agenda de discussão da categoria, o debate acerca da regulamentação da atividade, em virtude de muitas profissionais se

²²⁹ Informante Jasmim, 63 anos, 2015.

²³⁰ GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.p. 117.

sentirem expostas a doenças e a violência em suas múltiplas manifestações, independente de muitas trabalhadoras criarem táticas para se protegerem.

Portanto, situações de violência em suas variadas manifestações exercidas pela sociedade e Estado, problemas de saúde gerados de forma direta e indireta em função da atividade, bem como o reforço de imagens pela mídia que criminalizam e marginalizam a profissão, foram alguns dos elementos que arregimentaram as trabalhadoras perante o enfrentamento das suas questões e da reivindicação dos seus direitos, de forma a garantir condições salubres e dignas para o livre exercício profissional.

4.2. Pela auto-organização e busca de direitos no Amazonas

A violência exercida em suas diferentes manifestações, inclusive praticada pelo Estado, somadas às condições de trabalho indignas, deram fôlego para que a categoria pudesse reivindicar o acesso aos mais diferentes direitos sociais e inclusive a regulamentação da profissão.

O uso do termo “trabalhadores do sexo“ ou “profissionais do sexo” já desvela um posicionamento político e está articulado aos movimentos que ocorrem no final dos anos 80 e década de 90, com o intuito de também ressignificar as representações negativas em torno do trabalho sexual comercial, como uma atividade laboral qualquer.

No âmbito legal, não houve mudanças significativas, embora tenham tido avanços no sentido de haver a inclusão da atividade laboral no Cadastro de Ocupações no Ministério do Trabalho e a possibilidade de contribuir de forma autônoma para a Previdência.

As organizações em defesa dos direitos das profissionais do sexo têm buscado a articulação com outros setores do Estado e sociedade civil com o intento de acessar as mais diversas políticas sociais e, ao mesmo tempo no processo, trazer propostas em diferentes esferas de representatividade para que a pauta relacionada à categoria seja também ouvida e conseqüentemente atendam as reais necessidades deste público através de ações coerentes com a realidade destas trabalhadoras.

Ao introduzir suas demandas na agenda pública, esses movimentos no Brasil gradativamente foram ganhando mais espaço e na década de 90, intensificou-se a discussão de propostas e ações relacionadas ao campo do trabalho sexual comercial a partir da ampliação de organizações representativas da categoria.

A rede Brasileira de Prostitutas comporta um pouco mais de trinta organizações pelo Brasil, sendo a Associação das Prostitutas e Ex-Prostitutas do Amazonas – “As Amazonas”, uma das representantes da região Norte.

No Amazonas, a Associação das Prostitutas e Ex-Prostitutas do Amazonas- “As Amazonas” nasce no ano de 2008 e é juridicamente constituída no dia 26 de março do mesmo ano. De forma inesperada, sem recursos financeiros e humanos, a Informante Rosa²³¹ relata todo o processo de fundação da organização:

Entrevistadora: Como foi a sua aproximação com a Associação?

Rosa: Mana, tu sabe que quando essa associação surgiu, e convidaram pra ser coordenadora, eu fiquei com medo, [...] eu era uma pessoa há oito anos, a fundação tem oito anos, eu era revoltada com a vida, mas de oito anos pra cá minha vida mudou totalmente[...] sempre tive contato com as meninas, nunca as deixei, quando eu sai do trabalho como garçoneite, foi em 97, a minha carteira está até 97, aí de lá eu comecei a vender Avon, eu dizia: poxa eu tenho que saber com o que vou trabalhar, já tenho mais de quarenta anos, ninguém vai me querer mais para trabalhar e eu não dou pra ser doméstica, aí apareceu uma mulher pra me cadastrar na Avon, mas eu mesma tinha vergonha de oferecer as coisas, mas arranjei uma bolsa transparente, mandei até fazer no alfaiate e colocava os produtos, eu vinha pro centro, meu lugar era aqui no centro! Eu peguei um ritmo que estava sempre perto delas. Não tenho vontade de voltar a ser prostituta, eu tenho vontade de defender elas. Aí, eu tomei o gosto de estar o tempo todo com elas, mas quando me chamaram para ser coordenadora da associação, eu fiquei com medo, porque eu tinha uma vida fechada, era revoltada, não saía pra lugar nenhum, era só da casa pro trabalho e do trabalho pra casa, era daqui pro centro [...] Eu vivia em Manaus e não conhecia Manaus [...] quando me convidaram para ser a coordenadora eu fiquei com tanto medo que eu chamei uma das meninas para ser a coordenadora. [...] só que quando vieram fundar essa associação [...] umas pessoas [...] ficaram responsáveis por ensinar os primeiros passos de como a associação deveria surgir, só que eles foram pagos para isso e não ensinaram. O que eles fizeram: fundaram a associação e sumiram! É tipo assim: Deixou todo mundo numa canoa no meio do rio e disse te vira pra chegar lá na beira, sem remo, sem nada e nadar só com as mãos!! Eu penso que foi assim.²³²

De acordo com o relato de Rosa, o início da Associação deu-se de forma imprevista e até conturbada, pois ela iniciou não a partir de uma demanda de organização das profissionais em Manaus, mas sim de uma articulação da Rede Brasileira de Prostitutas, que na figura de algumas pessoas, especificamente duas,

²³¹ Informante Rosa, 59 anos, 2015

²³² Informante Rosa, 59 anos, 2015

tinham a incumbência de mediar o processo de fundação de uma associação para que então as profissionais na cidade tivessem um espaço para representá-las.

Para Rosa²³³, foi um processo difícil, porque quem veio para dar suporte na implantação da Associação, apenas se restringiu ao ato da fundação e não foi além de prestar maiores orientações, no que concerne aos caminhos que poderiam ser traçados a partir da constituição da organização. Sendo assim, não houve suporte para o processo de implementação da associação.

A sensação foi de abandono, quando Rosa expressa através de uma analogia, que largaram todos em uma canoa, no meio do rio e sem remos, tendo apenas as mãos para conseguir chegar à “beira”²³⁴. Sem nenhum recurso, Rosa, sentindo-se na responsabilidade de dar continuidade ao processo de implantação e implementação da organização, manteve o vínculo, mesmo que inicialmente tenha procurado uma das profissionais que atuava nas mediações no Centro da cidade, precisamente nas adjacências de um bar famoso chamado *Caldeira*²³⁵ para o posto de coordenação, conforme relata no fragmento abaixo:

A menina que eu botei para coordenadora fui atrás! Precisava de cinco na diretoria [...] eu fiquei na coordenação financeira. Em oito anos não entrou nada [risos]. Depois de cinco meses de fundação da associação, ela sumiu, aí eu me senti responsável pela associação, [...] convoquei ela para uma reunião [...] só que ela não veio, mandou uma carta de demissão dizendo que estava entregando o cargo [...] Ninguém queria assumir, aí eu pensei: agora eu vou assumir isso e seja o que Deus quiser! Eu não sei de nada, mas eu aprendo, [...] assumi! Eu não sabia que tinha que pagar um documento no cartório né?! [...] dinheiro, comecei a juntar [...] paguei o cartório, aí me tornei a coordenadora [...] eu trabalho de coração, mas aqui acolá eu arranjo alguém [...] que vem de vez em quando dar uma ajuda [...] Devagarzinho estamos conseguindo, [...] quando eu entrei como coordenadora eu disse: Agora eu vou brigar, não sabia nem falar direito, [...] Aí eu fui atrás [...] [dos que] eram os responsáveis por ajudar a fundar a associação, pelo menos na direção do que devíamos fazer, porque eles nos abandonaram[...]. Montando devagarzinho [...] cheguei nas outras meninas que estavam mais interessadas [...] No início me ajudaram bastante [...] foi aí que começamos a montar e as meninas já tinha amizade [...] e foi aí que conseguimos.²³⁶

²³³ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

²³⁴ Expressão para se referir à margem de um rio.

²³⁵ Bar conhecido em Manaus, que fica localizado na Rua José Clemente, 237 - centro e que tem mais de 40 anos existência.

²³⁶ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

Com cinco meses de funcionamento da associação, Rosa²³⁷ chegou a articular a aproximação com algumas profissionais para ajudá-la nesse início de implantação e implementação, uma vez que tinha uma relação bem próxima com as trabalhadoras que atuavam nas mediações do Centro da cidade. Algumas trabalhadoras que Rosa conhecia da época em que atuava como profissional do sexo e outras eram conhecidas por ela quando atuava como garçõete em um bar no Centro, um dos espaços utilizados por estas profissionais para conhecer clientes em potencial e articular programas.

Nos cinco meses de funcionamento, a trabalhadora que ocupava o posto de coordenadora não estava correspondendo às expectativas que o cargo exigia e Rosa vendo a necessidade da associação se firmar, convocou uma reunião, onde a coordenadora até aquele presente momento, não comparece e encaminha uma carta anunciando o seu desligamento. Esse acontecimento demarcou um momento crucial, porque questionava-se quem sucederia a coordenação e Rosa sentindo-se na responsabilidade de dar prosseguimento a Associação que até então era recente, assume o compromisso e começa a gerenciar a organização.

Ela discorre que foi uma transição significativa, porque ela não entendia nada, não sabia de nada e que há oito anos, sua vida era pacata e que pouco falava, vivendo da casa para o trabalho e do trabalho para casa. Com seu envolvimento com a Associação, sua postura mudou e embora não pensasse em voltar para a atividade sexual comercial que parou aos 29 anos, tinha a motivação de lutar pelas profissionais e defender os direitos da categoria.

A flor Rosa simboliza o amor em diversas culturas, assim a ex-trabalhadora identificada como Rosa expressa o amor que tem pelas mulheres, pois sempre destacou seu vínculo afetivo com as profissionais em sua fala e em seu compromisso de lutar por condições dignas de vida e trabalho para a categoria, independente de não atuar mais na atividade sexual como trabalhadora e de não receber recursos financeiros para o exercício da coordenação da associação.

Para Rosa, uma das motivações principais para se manter próxima das mulheres, segundo o seu relato, está relacionada a identificação com os problemas de suas colegas, porque ela conhece o cotidiano dessas trabalhadoras, sempre acompanhou de perto a rotina das profissionais do sexo, quer seja como trabalhadora no passado, quer seja como representante da categoria no presente. Rosa sempre se sentiu como parte

²³⁷ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

integrante desse grupo, mesmo que não estivesse mais no ofício, de tal modo sentia que o lugar dela era estar no Centro fazendo parte da dinâmica daquele espaço.

Notamos na fala de Rosa²³⁸ que aos poucos ela foi estruturando a Associação com a ajuda de algumas trabalhadoras, embora tenha tomado a dianteira de todo o desenvolvimento da organização. Aos poucos, foi angariando equipamentos, recursos materiais e humanos, através de parcerias que foram estabelecendo-se ao longo do tempo.

Observamos por meio desses fragmentos que ter participado desde o início da fundação da organização, possibilitou que Rosa vislumbrasse um lugar de fala, quando narra que era uma pessoa há oito anos, fazendo uma relação com a fundação da associação que também tinha a mesma idade na época da entrevista. Hoje, ela se vê como representante de uma categoria no que concerne a defesa da garantia de direitos para essas profissionais. Nesse sentido, há um empoderamento dela enquanto mulher, quando se reconhece nesse espaço de representatividade, dando vazão a sua voz e de outras trabalhadoras.

Não havia no início um espaço físico para o funcionamento da associação e então Rosa utilizava seu espaço privado, o da sua casa, para o funcionamento da mesma, longe do centro da cidade. Depois de algum tempo, a organização foi transferida para o prédio onde funciona o sindicato dos estivadores, adjacente à zona portuária, localizada no Centro de Manaus, um espaço estratégico, partindo do pressuposto de que era mais fácil das profissionais acessarem em virtude da proximidade espacial com o seu trabalho.

No entanto, no ano de 2016, foi preciso entregar a sala cedida, onde a organização retorna para o antigo endereço, localizado na residência de Rosa que fica na zona Oeste da cidade.

É importante destacar que mesmo nesse caminho de dificuldades financeiras, falta de recursos materiais e humanos, a Associação tem conquistado espaços de representatividade, quando argumenta que hoje fazem parte do Conselho Estadual das Mulheres, Conselho Municipal dos Direitos Humanos, além de ter uma relação próxima

²³⁸ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

com o Conselho Municipal e Estadual que trata das políticas de prevenção e trato das Infecções Sexualmente Transmissíveis –IST.²³⁹

Hoje fazemos parte do Conselho Estadual das Mulheres, temos uma cadeira no Conselho Municipal dos Direitos Humanos, tem nossa cadeira lá, a gente tem apoio da Coordenação Estadual e Municipal de DST, [...] e assim nós fomos indo.²⁴⁰

Ter acesso aos espaços como o Conselho Estadual das Mulheres e o Conselho Municipal dos Direitos Humanos nos possibilitam perceber o envolvimento de parte das trabalhadoras com esferas que tem relação direta com demandas que fazem parte do cotidiano dessas mulheres, quando questões de gênero e situações que violam os direitos humanos estão presentes na realidade de muitas profissionais.

Ter uma “cadeira” nesses espaços de poder propicia um momento de fala para que estas mulheres relatem suas realidades e coloquem suas reais demandas de forma que sejam pensadas políticas e ações que venham de encontro a essas necessidades, por isso é um avanço político se apropriarem desses espaços.

Ao adotar relações com os Conselhos Municipal e Estadual de Saúde e respectivas secretarias, as trabalhadoras envolvidas na Associação buscam trabalhar a articulação de ações de prevenção e trato das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST que são importantes e necessárias, mas que devem ser percebidas como parte das demandas das profissionais do sexo que compõem um conjunto maior de necessidades, que devem nortear por uma perspectiva que amplie a abordagem da saúde da mulher em sua totalidade.

A Associação promove mensalmente, todas as últimas Sextas-Feiras do mês, a distribuição de preservativos e informativos em uma ação externa de cunho educativo pelas ruas do Centro da cidade, fruto da parceria com o Ministério da Saúde. Também são promovidas reuniões, no decorrer dos meses, para que as profissionais compareçam e tirem dúvidas a respeito de temáticas dos seus interesses, culminando no encontro anual que objetiva discutir questões relacionadas ao trabalho, acesso à política de saúde, política assistencial e previdenciária.

²³⁹ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis-IST passa a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis -DST, porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

²⁴⁰ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

A Associação instituída no ano de 2008 tem como objetivos promover a não discriminação, a busca da cidadania, valorização dos direitos humanos, a não violência contra a mulher e a profissional do sexo, além de trabalhar a prevenção e tratamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Em linhas gerais, observamos que ao serem elaboradas ações para atender à categoria de trabalhadoras sexuais em suas necessidades, as ações e políticas pensadas pelo Estado e sociedade civil são restringidas ao campo da saúde sexual. Nesse sentido, é importante o cuidado para que não regressemos a uma perspectiva que patologiza sujeitos, a qual foi muito presente no discurso médico e higienista do século XIX e XX.

Diferente das ações voltadas para este público que costumeiramente estão circunscritas na perspectiva que patologiza sujeitos, a Associação adota uma abordagem transversal, perpassando por diferentes vertentes que ampliam a dimensão para o que deve se promover, indo além de ações voltadas para a saúde sexual. De tal modo, colocam-se como finalidades da organização, conforme Estatuto Social, alguns dos itens mais significativos:

- I- Promover a educação, saúde, direitos humanos, assistência social e voluntariado, bem como participar de fórum e instâncias de controle social relativos aos mesmos;
- II- Realizar cursos de capacitação nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, empreendedorismo e voluntariado;
- III- Incentivar, assessorar a formação de associações não governamentais cujas finalidades digam respeito aos objetivos das Amazonas- Associação das Prostitutas e Ex- Prostitutas do Amazonas;
- IV- Articular com os movimentos populares, sindicais e entidades corporativas governamentais e não governamentais visando o cumprimento dos objetivos das Amazonas- Associação das Prostitutas e Ex - Prostitutas do Amazonas;
- V- Colaborar para o processo da construção de novos direitos que garantam o exercício pleno da cidadania;
- VI- Promover a prevenção das DST/HIV/AIDS e hepatites virais;
- VII- Promover a cultura ligada às profissionais do sexo a as Prostitutas e Ex- Prostitutas;
- VIII- Coordenar e unificar a luta das profissionais do Sexo Prostitutas e Ex- Prostitutas na defesa dos seus direitos e pela emancipação política, social, econômica e cultural;
- IX- Lutar pela legalização da Profissão das Profissionais do Sexo Prostitutas e Ex- Prostitutas, bandeira de luta da categoria a nível nacional e internacional.²⁴¹

²⁴¹ Finalidades da Associação das Amazonas, enquanto organização social sem fins lucrativos, conforme preconiza o Estatuto Social elaborado, aprovado e registrado em cartório no ano de 2010.

Dentro das finalidades citadas, observamos que há uma perspectiva ampliada no que diz respeito ao acesso aos mais diversos aspectos sociais, englobando a saúde, educação, assistência social, ações educativas no campo da sexualidade, a defesa da dignidade humana e dos direitos da defesa das mulheres, além de estimular a participação nas instâncias de controle social e luta pela legalização da profissão.

A Associação até o ano de 2015 contava com 1.500 profissionais cadastradas de acordo com a fala de Rosa²⁴². Embora esteja preconizado uma contribuição mensal no Estatuto Social, na prática ela não acontece, pois não é cobrado das profissionais nenhum valor mensal.

Segundo Rosa, há também muitas dificuldades para que as trabalhadoras participem das reuniões, uma vez que pensam nas horas passadas nessas reuniões e isso implicaria na perda de possíveis programas, conseqüentemente, perderiam dinheiro. Diante disso, lança estratégias para realizar alguns encontros, tornando-os mais atrativos como: lanches, entrega de preservativos, bem como tratamento de assuntos variados, a fim de que possam vir pelo menos algumas mulheres.

Todo ano é realizado um encontro das profissionais organizado pela Associação desde a sua fundação, porém não tem um mês específico. Nesse encontro, é possível reunir um número considerável de trabalhadoras, uma média de 200 a 300 profissionais. Com o objetivo de atrair o maior número de participantes, são criadas estratégias como a oferta de almoço e apresentação de atividades culturais.

Para comportar um bom número de mulheres, os encontros acontecem em espaços, onde possam atender à perspectiva de público, sendo próximo da área de trabalho delas. Os dois últimos encontros aconteceram no *Les Artistes Café-Teatro*²⁴³, prédio histórico localizado no Centro da cidade.

Nesse encontro anual, são abordadas questões que são muito presentes no cotidiano dessas trabalhadoras, englobando assuntos relacionados às questões trabalhistas, direitos previdenciários, saúde da mulher, sexualidade, assistência social, violência doméstica, tráfico de pessoas e motivação.

Os encontros acontecem por via de parcerias, tornando possível a concretização do evento. Os palestrantes vêm de forma voluntária e os prêmios oferecidos em sorteio vêm por meio de doações. Também é feita a busca de suporte para o Poder Público,

²⁴² Informante Rosa, 59 anos, 2015.

²⁴³ Les Artistes Café Teatro, localizado na Av. Sete de Setembro, 377 - Centro, Manaus - AM, 69005-140.

dentro das secretárias e das instâncias de controle social, onde geralmente recursos humanos são cedidos para a realização de alguma palestra ou oficinas.

Figura 1 – Apresentação do Poder Público e Sociedade Civil às Trabalhadoras Sexuais



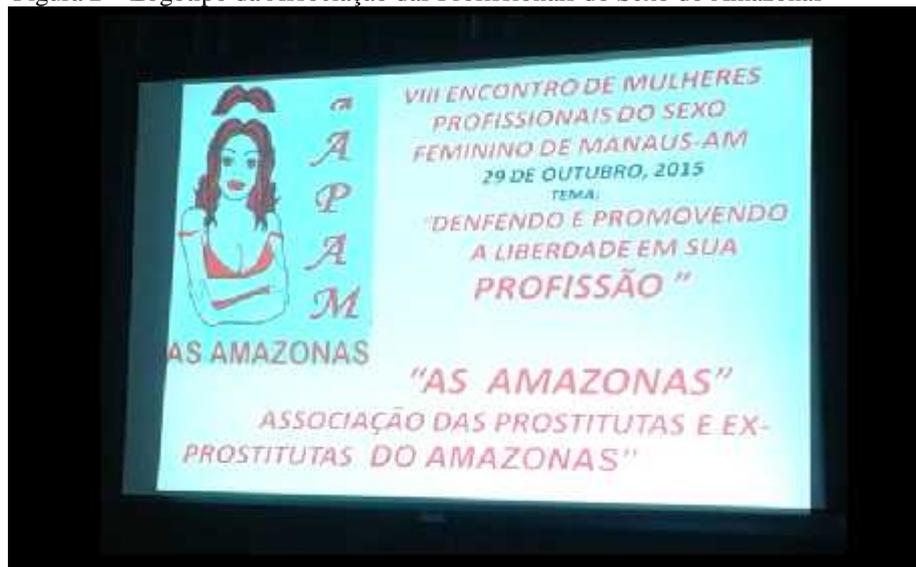
Fonte: Arquivo pessoal (Encontro realizado em 2015)

A divulgação dos encontros acontece via abordagem direta nos locais de trabalho fechado e ruas na semana que antecede o evento, onde na ocasião são distribuídos os convites físicos para as trabalhadoras, reforçando a importância do comparecimento ao encontro.

No dia do evento, uma das trabalhadoras que é muito ativa dentro da Associação e possui uma boa relação com boa parte das trabalhadoras, sai pelas ruas e boates, independente da distribuição de convite físico, chamando as profissionais para que participem do encontro anual.

Algumas trabalhadoras conseguem deixar seus postos de trabalho por um momento; outras não, sendo mais difícil o comparecimento de quem trabalha nas boates, principalmente pela dinâmica do funcionamento desse espaço fechado. Logo, boa parte que comparece são as que atuam majoritariamente nas ruas.

Figura 2 – Logotipo da Associação das Profissionais do Sexo do Amazonas



Fonte: Arquivo pessoal (Encontro realizado em 2015)

Figura 3 –Profissionais do sexo e seu cotidiano: Entre Resiliência, sensibilidades e lutas



Fonte: Arquivo pessoal (Encontro realizado em 2015)

O Encontro anual coloca-se como um evento importante e estratégico no calendário da Associação, pois se constitui como um momento, onde se reúne a maioria das trabalhadoras para refletir e discutir temáticas importantes para a categoria. É nesse encontro que há possibilidade de uma maior interação entre as trabalhadoras e a aproximação daquelas que ainda não têm conhecimento da organização nem contato mais próximo com a Associação.

No dia do encontro anual, há a sistematização de tempo específico para que sejam montados grupos de trabalho, com a finalidade de refletirem e pensarem estratégias que atendam às principais necessidades da categoria e que propiciem um momento para externar as problemáticas que envolvem esse universo no recorte de Manaus em relação às profissionais que trabalham no Centro da cidade.

É nesse momento, que vem à tona os relatos de abordagem violenta por parte da polícia, violência cometida por clientes, condições de trabalho insalubres, exploração do trabalho sexual e a ausência do Estado perante muitas questões, pois quando o Estado está presente, é para reprimir.

A violência está sempre associada à prostituição, numa visão pouco realista, mais para sensacionalista. Claro que a prostituição, sendo o submundo das fantasias sexuais da sociedade, traz e vive o componente da violência. Como gueto marginal, a zona acolhe os marcados pela sociedade, por um lado, mas também pode ser o canal da liberação de fortes repressões moralistas, que, em última instância, extravasam seus recalques de maneira grave. A violência que existe serve de justificativa para se instalar uma outra violência perpetua: a institucional. Porque na mentalidade comum a violência policial ou a discriminação ocorrem por motivos justos, mas não conhecidos.²⁴⁴

Gabriela Leite, que foi profissional do sexo e militante da categoria pela defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais e regulamentação da atividade, discorre que a violência há muito tempo se coloca como elemento presente, perdurando no tempo, inclusive sendo naturalizada como algo que pode ser justificado, na medida em que, “pode” ser utilizado para enquadrar àqueles, os quais fazem parte da “desordem” e ameaçam o *status quo*.

O componente da violência está muito presente para os que estão marginalizados na sociedade, sendo um dos membros pertencentes a este grupo, os trabalhadores sexuais, particularmente mulheres e do baixo meretrício. Dentro do periférico, são essas pessoas que sofrem fortes repressões moralistas, físicas e simbólicas, pois no seu compartilhamento de experiências em comum podem se organizar para resistir e lutar por seus direitos.

Kushnir na obra *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição: As polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*,²⁴⁵ ao falar da criação das associações de ajuda

²⁴⁴ LEITE, Gabriela Silva. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Ed: Rosa dos Tempos, 1992. p.78.

²⁴⁵ KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: As polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. p. 147.

mútua, reflete que a concepção delas demonstra a necessidade das mulheres de reconstruírem seus mundos pessoais e vivenciarem o coletivo.

Igualmente, como no estudo de Kushnir, é perceptível que em Manaus as mulheres que chegaram a cidade, em sua maioria de outras localidades, saíram ao encontro do desconhecido e de um mundo que acreditavam ser cheio de possibilidades. Nas dificuldades sentidas pelo fato de estarem em um lugar desconhecido e pelas vicissitudes do ofício era necessário formar laços de solidariedade nesse contexto.

A violência cotidianamente presente no campo do trabalho sexual comercial coloca-se como uma das molas propulsoras da emergência de organizações da categoria, além da necessidade de as mulheres compartilharem suas experiências pessoais e coletivas. É nessa dinâmica paradoxal de permanências e rupturas que os movimentos sociais vivem e lutam para garantirem a ampla defesa dos direitos sociais que não firam a dignidade humana, os direitos das mulheres e a regulamentação da profissão.

É importante colocar que as profissionais conseguem visualizar e têm a consciência de que precisam ter acesso a uma diversidade de direitos sociais, tais como moradia, saúde, previdência e assistência social, mesmo que parte das trabalhadoras não tenham conhecimento acerca do projeto de lei que diz respeito à regulamentação da profissão.

Entrevistadora: A profissional do sexo deve ter direito a uma aposentadoria?

Acácia: olha, na minha opinião sim! Porque tem muitas mulheres que precisam, muitas mesmo que vem para cá porque a necessidade é grande, [...] eu tenho uma amiga aqui! Ela tem 53 anos, eu digo paga, [...] é só 80 reais, tu ganha tanto dinheiro, ganhou tanto [...] paga porque quando tu fizeres 60 anos tu se aposentas, porque o mínimo é 30 anos de contribuição né! Muitas daqui eu conheço, tem mulher aqui que é mais velha do que eu e ainda está aqui! [...] eu paguei mais de 08 anos avulso [...] muitas delas daqui eu gostaria que tivesse direito a aposentadoria [...] eu gostaria que tivesse aposentadoria para elas no futuro, e essas meninas não pensam [...] elas tinham que estar pagando né [...] elas que tinha que fazer alguma coisa [...]

Entrevistadora: Se houvesse cursos e fossem oferecidas atividades, elas participariam?

Acácia: nem todas participariam,[...] mas a metade sim, muito delas antigas, as mais novas não participam.²⁴⁶

Há consciência para si de algumas trabalhadoras, no que concerne a legitimação legal e social de um trabalho reconhecido, pois isso significa ter acesso a uma série de

²⁴⁶ Informante Acácia, 63 anos, 2015.

direitos que permitam a garantia de lidar com alguma situação de doença, aposentadoria, licença maternidade, adicional de periculosidade, dentre outras garantias que cubram as vicissitudes da vida.

Acácia²⁴⁷ que trabalhou em uma atividade reconhecida legalmente, se aposentou pelos anos de contribuição, o que permitiu o acesso ao direito da aposentadoria.

Algumas profissionais hoje exercem além da ocupação sexual, atividades secundárias, como vender salgados, vender roupas, além do exercício do trabalho como diarista. Analisamos que na fala das trabalhadoras são consideradas atividades secundárias outros tipos de trabalhos e não os de atividade sexual comercial, que por sua vez, é adotada como a principal atividade laboral, o que nos possibilita pensar que há o reconhecimento por parte delas desse ofício, pois não há o sentimento de vergonha, mas uma percepção de que é um trabalho, mesmo que não seja reconhecido legalmente e socialmente.

Acácia é politizada, quando se trata da busca por direitos, reconhece a importância de ter contribuído para a Previdência, o que lhe garantiu uma certa segurança. A trabalhadora acrescenta que é essencial ter algo no qual afiance uma velhice mais tranquila, porém falta, muitas vezes, o preparo das mais jovens para os anos vindouros, quando estiverem mais velhas. Também destaca a falta de interesse das mais jovens em estudar e fazer cursos; enfatiza que quem geralmente participa das atividades ofertadas pela Associação são as mais antigas, embora algumas mulheres digam que já é tarde para se qualificarem.

As veteranas são as mais participativas nos encontros e reuniões, isso vai ao anseio de Rosa, quando reflete transparecendo uma certa inquietação: “Eu entrei já faz oito anos, só que para entrar outra coordenadora vai depender delas”²⁴⁸. Assim sendo, demonstra a necessidade de haver uma maior participação da categoria em Manaus.

É importante dizer que em alguns momentos, é visível um hiato entre a Associação e parte das profissionais, algumas trabalhadoras armam-se de táticas para garantir acesso a algum direito, independente da Associação. Em algumas situações para conseguir um benefício e até mesmo uma aposentadoria, articulam-se com pessoas inseridas nos Órgãos Públicos.

²⁴⁷ Informante Acácia, 63 anos, 2015.

²⁴⁸ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

Há também, trabalhadoras como Acácia²⁴⁹, que procuram em determinados momentos fortalecer as redes de solidariedade com as colegas de profissão, dando conselhos, sempre que possível, uma vez que atuou por muitos anos nesse trabalho.

Não há uma relação muito próxima da Associação com boa parte das profissionais, embora saibam da existência. Por estarem mais distantes da organização, especialmente as que atuam em boates²⁵⁰ têm a impressão de que poucas ações são realizadas.

Em conversas informais com trabalhadoras que se deram ao longo do estudo, foi sinalizado que algumas profissionais não têm conhecimento do Estatuto da organização nem do papel social que ela exerce, além de não fazerem nenhuma contribuição financeira, isso nos leva a refletir que essa falta de conhecimento influencia na pouca aderência da categoria na participação das ações empreendidas, exceto no encontro anual onde se tem uma participação massiva das trabalhadoras.

Em contrapartida, ao observarmos as profissionais que esporadicamente frequentam a Associação para pegar preservativos, há por parte delas a busca de informações sobre diferentes questões, pois enxergam aquele espaço como um local de acolhimento, haja vista que há o sentimento dessas trabalhadoras de que lá é uma referência para a qual se dirigem quando precisam, muito embora conheçam pouco sobre o funcionamento da organização e da importância de contribuir, porque ainda não se perceberam como parte de uma coletividade e categoria profissional.

A Associação sobrevive com um brechó improvisado que é alimentado por doações, oferecendo principalmente às trabalhadoras vestimentas e calçados a preços módicos. Por algum tempo, houve recursos que eram oriundos de projetos e que possibilitavam a execução de ações, mas não é algo que seja frequente, porque ficam na dependência de abertura de editais. Dessa forma, a Associação elabora táticas para que a organização continue funcionando, via doações, voluntariado e espaço físico cedido.

Portanto, são muitos os desafios existentes de cunho nacional e regional que demandam uma maior articulação da categoria de forma a diminuir as distâncias com as profissionais que pouco conhecem sobre a organização “As Amazonas”, que por sua vez, tem operado avanços com poucos ou quase nenhum recurso, sobretudo quando tem

²⁴⁹ Informante Acácia, 63 anos, 2015.

²⁵⁰ As profissionais que atuam nas boates, tem mais dificuldades em ir à associação em virtude de terem horários definidos no seu trabalho, tendo menos facilidades em relação as trabalhadoras que exercem seu ofício nas ruas e que fazem os seus horários com maior autonomia. Geralmente a aproximação com as trabalhadoras que estão em ambientes fechados, ocorrem quando a associação mensalmente faz a entrega de preservativos e informativos, pelas boates e ruas do centro de Manaus.

ocupado espaços estratégicos em instâncias de controle social, movimentando-se para atender necessidades dessa categoria de trabalhadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da dissertação, todavia não encaremos este estudo como o fim, mas como algo que possibilitará reflexões e estudos posteriores. Entre histórias ardidas e ardentes, as subjetividades e experiências deram forma as trajetórias dessas mulheres que começaram a trabalhar nos anos 70 e 80 como profissionais do sexo.

Por meio das narrativas das trabalhadoras com mais de trinta anos de profissão, foi possível passear nesse universo, ao traçar o encontro entre passado e presente. O que fui e o que eu sou hoje se encontraram nessas histórias, mostrando-nos as perspectivas dessas mulheres em relação às permanências e rupturas.

Podemos refletir através das falas dessas profissionais que as motivações pelas quais foram levadas a inserirem-se no ofício nos anos 70 e 80 do século XX, foram as mais diversas, sendo uma delas a busca pela independência e liberdade, em uma época em que há a coexistência do reflexo da revolução sexual nos anos 60, bem como as visões tradicionais acerca do corpo feminino que só poderia ter a função de procriar dentro da Instituição do Casamento.

As motivações de ordem financeira também aparecem, quando a necessidade de prover o seu sustento e manter a sua sobrevivência tornam-se urgentes dentro do contexto em que estavam inseridas, em conjunto com outros elementos que fomentaram a inserção no trabalho sexual. Ainda no âmbito das motivações, a curiosidade também surge como algo que possibilitou a entrada nesse neste campo.

[...] é difícil aceitar a ideia de que a mulher se prostitua por outros motivos que não a sobrevivência. Assim como também é difícil aceitar que uma mulher que tenha outras opções queira ser e permaneça prostituta”²⁵¹

Nesse aspecto, as motivações são diversas e nos permitem a repensar que atuar como profissional do sexo não está atrelada unicamente com a necessidades de ordem financeira e de sobrevivência, mas podendo variar de pessoa para pessoa, tendo em vista que cada uma tem uma história ou seja uma trajetória de vida. Logo, não cabe à sociedade glamorizar ou condenar uma pessoa por um ofício que ela exerça, pois cada

²⁵¹ SOUSA, Francisca Inar de. *O cliente: O outro lado da prostituição*. São Paulo: Annablumme; Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto, 1998. p. 146.

um tem uma história, tem uma vida e o direito de decidir os caminhos pessoais e profissionais pelos quais deseja trilhar.

Boa parte das trabalhadoras entrevistadas que não eram oriundas da capital, chegam a Manaus para estudar e buscar melhores condições de vida em uma cidade que estava em plena expansão e naquele contexto poderia oferecer mais chances de progredir na vida.

Todas essas histórias de vida demonstram semelhanças quanto [...] trajetórias percorridas, porém elas não devem ser percebidas como uma uniformidade modelar. Não existe uma única história possível, já que a singularidade de cada uma aponta as dificuldades e as possibilidades que essas mulheres encontraram e enfrentaram ao chegar a uma cidade como [...] [Manaus]²⁵²

Kushnir (1996)²⁵³ discorre que não existe uma história única, cada uma passou por dificuldades e traçou estratégias para sobreviver no espaço urbano, acabando por participar do mercado de trabalho possível, ficando nele até a idade avançada, como é o caso de algumas profissionais entrevistadas que permanecem nesta ocupação.

A ligação encontrada com a Zona Franca é que em função dela, muitas pessoas vieram em busca de oportunidades de trabalho. A cidade cresceu e conseqüentemente a demanda por todo tipo de serviço se expressou em diferentes mercados, inclusive na mercantilização dos prazeres.

Pudemos vislumbrar por meio das narrativas das trabalhadoras entrevistadas que as motivações relacionadas à entrada no comércio sexual não estão associadas à busca de trabalho pelas mulheres na Zona Franca que não foi bem sucedida, como havia pensado inicialmente, muito embora também acreditasse que a implantação da Zona Franca tivesse possibilitado o aumento populacional, expansão da cidade e ampliação das múltiplas expressões da questão social que teve como decorrência desse processo a oferta de todo tipo de serviço, inclusive os sexuais.

As trabalhadoras com suas narrativas nos permitiram mostrar além de suas vidas, os caminhos profissionais que trilharam desde sua inserção no ofício, pois boa parte delas passou praticamente por todas as experiências possíveis dentro da prestação

²⁵² KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: As polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. p. 146.

²⁵³ KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: As polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. p. 146.

dos serviços sexuais, atuando em bares, prostíbulos, garimpos e ruas ao longo das décadas.

Algumas trabalhadoras passaram pela experiência, inclusive, de serem traficadas e viverem em condição análoga à escravidão. Em suas narrativas, evocam lembranças que descortinam o dia a dia de quem vivia submetida às situações de violência e exploração sexual.

Ao analisar a passagem dos anos iniciais para o tempo presente em que parte das trabalhadoras permanece neste ofício, observamos a existência da transição do espaço ocupacional. Mais novas atuavam em bordéis e prostíbulos e anos mais tarde, veteranas na profissão, encontravam-se nas ruas, em razão de uma maior autonomia apontada por elas e por uma imposição do mercado que delimita os espaços de trabalho para quem já se encontra em idade avançada.

Nesse processo, destaca-se que nessa transição, hoje, parte delas tem autonomia no seu trabalho, na medida em que negociam os programas no que diz respeito aos valores e horários de trabalho, ao passo que mais novas eram intermediadas por alguém, quer seja por um membro da família, companheiro, quer seja por pessoas de fora.

As trabalhadoras, entretanto, relatam que pelo fato de estarem nas ruas, estão mais vulneráveis às situações de violência, muito embora, não estejam indiferentes a passar por situações que envolvam a violência em espaços fechados.

A violência em suas diversas manifestações, bem como a abordagem policial mais agressiva em relação às trabalhadoras sexuais, uma constante no exercício da profissão, delineou o desenvolvimento de organizações que atuam na defesa dessas profissionais em diferentes lugares no país, como em Manaus.

“As Amazonas”, Associação criada no ano de 2008, vem com essa proposta de atuar na defesa dos direitos dessas trabalhadoras, mesmo operando com muitas dificuldades. Ao longo do tempo, a Associação das profissionais sexuais em Manaus tem conquistado espaços de grande expressão, especialmente nas instâncias de controle social, onde possuem alguma representatividade nessas esferas, o que por sua vez, constitui-se como uma conquista.

Com todos os percalços, a Associação tem colhido frutos, como as parcerias realizadas com as secretarias de saúde que também têm possibilitado ações não só no sentido de atender à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, mas também de visar a saúde da mulher em sua totalidade.

O estudo possibilitou muitas quebras de paradigmas, pois tivemos a oportunidade de escutar histórias de vida de mulheres que atuam em uma profissão marginalizada. Assim, ouvir a voz delas permite-nos aproximar mesmo que de forma parcial, de suas vidas compostas de alegrias, tristezas, amores, resistências e resiliência, permitindo-nos refletir e desconstruir os estigmas construídos em torno deste ofício.

Quem disse que sexualidade tem idade? Quem disse que as motivações para ser trabalhadora sexual são apenas razões de sobrevivência? Quem disse que por serem profissionais do sexo fazem de tudo, porque são pagas? Quem disse que por serem mais velhas não podem ser profissionais do sexo? Quem disse que por serem mais velhas não têm uma clientela jovem? Quem disse que atuar no comércio sexual não caracteriza um trabalho?

Termos a oportunidade de conhecer um pouco dessas histórias, possibilitou-nos que por meio de cada experiência, pudéssemos vislumbrar trajetórias que compõem um coletivo, entendendo melhor o passado com a finalidade de fazer o uso político da memória para traçar estratégias de luta e resistências na busca por direitos hoje de uma categoria profissional.

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. ²⁵⁴

Deste modo, entre histórias ardidadas e ardentes, enxergamos trajetórias de vida provocadas pelo encontro entre passado e presente. Encerramos com uma frase que marcou ao longo do estudo: “Sou mulher, sou feminista, tenho história” ²⁵⁵

²⁵⁴ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaio de psicologia social*. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

²⁵⁵ Informante Rosa, 59 anos, 2015.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Prefácio*. In: RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: PazTerra, 1991.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL “MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA”, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ. 2012. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=informaton&op=readers>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ANDRADE, Aldair Oliveira de. Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais. In: **Somanlu**, ano 12, n. 2, jul. /dez. 2012.

AREND, Silvia Maria Fávero. “As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900 – 1940), **História Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 106-108, jan. /abr. 2006.

BARROS, José D'Assunção. **História Cultural: um panorama historiográfico e cultural**. [S. l.: s. n], [20--]. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de Velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaio de psicologia social. São Paulo: Ataliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto Lei 2848/40 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 de jan. 2017.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CAUDURO, Maria Teresa. **Profissionais do sexo: de fato e de direito?**.2009. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Direito) - Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2009.

CAZARRÉ, Marieta. **Projeto que regulamenta atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara**. In: EBC-Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa: projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v.35, n. 2, dez. 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DOPS inicia guerra a marginais armados. **A Crítica**, Manaus, 06 out. 1969.

FÁVERI, Marlene de. **Mercado do sexo e códigos urbanos no Tempo Presente**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, jul. 2011.

FÁVERI, M. de; SILVA, K. Mídias, mulheres e mercado do sexo: ambiguidades e consumo. **GAVAGAI: Revista Interdisciplinar de Humanidades**, UFFS/Campus Erechim., v. 1, p. 70-81, 2014.

FÁVERI, M.de. **Questões para estudos de história, memória e gênero**. Alcance (UNIVALI), Itajaí, ano 8, n. 6, p. 67-72, 2001.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas: territorialização da prostituição feminina em São Paulo**. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP, São Paulo, 1989.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANK, Gunder André; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua nova**, São Paulo, v. 89, n. 17. jun. 1989.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GUERRA aos Prostíbulos da Compensa. **A Notícia**, Manaus, 06 nov. 1969.

KRANTZ, Frederick. George Rudé e a Outra História. In: KRANTZ, Frederick (Org). **A Outra História: Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

KNEIB, Erika Cristine; SILVA, Paulo Cesar Marques da. Centralidades urbanas e geração de viagens: análise hierárquica no contexto do planejamento de transportes. *In*: ANPET - CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 25., 07 a 11 nov. 2011, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte, MG, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas suas Associações de Ajuda Mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAGENEST, H.D.B. **Lenocínio e Prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. *In*: HIRATA, Helena *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LEITE, Gabriela. **Caminho aberto para a puta cidadã**. [S. l: s. n], [20--]. Disponível em <http://www.beijodarua.org.br>. Acesso em: 23 maio 2017.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEME, Edson Holtz. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. 2. ed. rev. atual. Londrina: EDUEL, 2009.

LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. **A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)**. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de Ciências Humanas e letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

LÚCIA, Amara. **A difícil vida fácil: a prostituta e sua condição**. Petrópolis, Vozes, 1982.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Viagens pelo Rio das Amazonas. **Estudos Ibero Americanos (PUCRS. Impresso)**, v. 38, p. 189-198, 2013.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. Unisinos, 2004.

MATHIEU, Lilian. **An unlikely mobilization: the occupation of Saint-Nizier church by the prostitutes of Lyon**. *Revue française de sociologie*, n. 42, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Definindo História oral e memória**. Cadernos CERU, n. 5, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Prostituição à brasileira: cinco histórias**. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MERETRÍCIO não funcionará mais no centro da cidade. **O Jornal**, Manaus, 02 jun. 1964.

MERETRIZ de meio século engrossa com policiais. **A Crítica**, 23 set. 1969.

Natalie Zemon Davis, “Women’s History in Transition: The European Case”, **Feminist Studies**, n. 3, Winter 1975-1976.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidade de Manaus: Visões Interdisciplinares**. Manaus: Edua, 2003.

OLIVEIRA, Alexandra. Uma etnografia da prostituição de rua na cidade do Porto. Ana Cristina Pereira. In: **Antropologia: Gente como nós**. [S. l.: s. n], [20--]. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.noticias_cont/Andar na vida. Alexandra Oliveira. pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.noticias_cont/Andar_na_vida_Alexandra_Oliveira.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 29 set. 2015.

OLIVEIRA, Alexandra. **Andar na vida: prostituição de rua e reacção social**. São Pulo: Almedina, 2011.

PADILHA, A. C. B; SANTOS, M. R. Pedagogias de gênero em casa & jardim: a constituição da dona de casa moderna no espaço da cozinha (anos 1950 e 1960). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia/MG, v. 27, n. 2, p. 501-527, jul./dez. 2014.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo**, São Paulo: Editora Best Seller. 1991.

PARKER, Richard G. **Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

PEREIRA, Ivonete. “**As decaídas**”: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PEREIRA, Armando. **Prostituição: uma visão global**. 2.ed. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.

PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. **Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara**. 2014. 133f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

PERROT, Michelle. **Escrever a história das Mulheres**. In: MINHA História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 3.ed. Manaus: FUA, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELLI, Alessandro; RIBEIRO, Janine. O que faz a história oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 14, set. 2012.

PROFESSOR Haddad mostra risco no uso dos anticoncepcionais. **Comércio do Amazonas**, Manaus, 19 fev. 1970.

PROSTÍBULOS continuarão fechados **O Jornal**, 09 jun. 1964.

QUEIROZ, RITA Suely Bacuri de. **Territórios do prazer: ambiente e prostituição na Área central de Manaus**. 1999. 115f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)-Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1999.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a avenida Atlântica e a procura do prazer**. **Revista TERRITÓRIO**, ano 11, n. 3, jul./dez. 1997.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. **Soc. estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 151-172, jun. 2004.

SANTANA, Ana Lúcia. **A lenda das Amazonas**. In: NAVEGANDO e Aprendendo. [S. l.: s. n.], [20--]. Disponível em: <http://www.infoescola.com/mitologia/a-lenda-das-amazonas/>. 2006. Acesso em: 08 fev. 2017.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **As infinitas descobertas do corpo**. **Cadernos pagu**, n. 14, p.235-249, 2000

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Pobreza e Prostituição na Belle Époque manauara: 1890-1917. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 2, p.87-108, Inverno, 2005.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. **A Fisionomia do Suspeito: imprensa e criminalização do viver urbano em Manaus, 1890-1920**. 2011. 335f. Tese (Tese de Doutorado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCOTT, Joan W. **A invisibilidade da experiência**. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3 1994.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: Burke (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP. 1992.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: EDUA, 2005.

SELAU, Mauricio da Silva. **História Oral: uma metodologia para o trabalho com Fontes orais**. Revista Esboços, v. 11, n. 11, 2004.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. [S. l.], v. 25, ago. 2012.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUSA, Francisca Ilnar de. **O cliente: O outro lado da prostituição**. São Paulo: Annablumme: Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria: ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TILLY, Louse. **Gênero, história das mulheres e história social**. **Cadernos Pagu**, n. 3, 1994.

TONELI, MJF. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. *In*: JACÓVILELA, A. M.; SATO, L. (orgs.) **Diálogos em psicologia social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

VILELA, Janaína Alcântara. **O movimento social das profissionais do sexo e a luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais**. [S. l.: s. n], [20--]. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2017.